

À PROCURA DE "VIVER BEM": JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

JOSÉ CARLOS ALVES PEREIRA

ORIENTADOR: PROF. DR. FERNANDO ANTONIO LOURENÇO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

IFCH/UNICAMP

2007

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

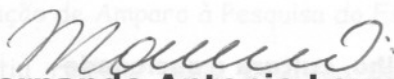
José Carlos Alves Pereira

À Procura de 'Viver Bem': jovens rurais entre campo e cidade

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Fernando Antonio Lourenço

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
16/04/2007

BANCA


Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço (Orientador)
IFCH/UNICAMP


Profa. Dra. Sonia Maria P. P. Bergamasco
FEAGRI/UNICAMP


Profa. Dra. Maria José T. Carneiro
CPDA/UFRRJ

Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rêgo (suplente)
IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (suplente)
IFCH/UNICAMP

Abril de 2007

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Pereira, José Carlos Alves

**P414p À procura de viver bem: jovens rurais entre campo e cidade /
José Carlos Alves Pereira. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

**Orientador: Fernando Antonio Lourenço.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Juventude rural. 2. Agricultura familiar. 3. Modernidade.
I. Lourenço, Fernando Antonio. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.**

**Título em inglês: In search of living well: the rural young
between countryside and city.**

(Keywords):	Palavras-chave em inglês	Rural youth Familiar agriculture Modernity
--------------------	---------------------------------	---

Área de concentração: Trabalho, cultura e sociedade

Titulação: Mestre em Sociologia

Banca examinadora:

**Fernando Antonio Lourenço
Maria José Carneiro
Sonia Maria P. P. Bergamasco**

Data da defesa: 16-04-2007

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

AGRADECIMENTOS

Tecendo a manhã

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
Se erguendo tenda, onde entrem todos,
Se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

João Cabral de Melo Neto

Sou grato a todas as pessoas que me acolheram em seus ambientes de trabalho, ou em seus lares e - generosamente - permitiram que eu as entrevistasse para a realização dessa pesquisa.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP pela bolsa concedida que me permitiu realizar essa pesquisa sem maiores preocupações financeiras; ao seu parecerista pelas apreciações dos meus relatórios, o que, me proporcionou maior interesse e dedicação.

Às professoras Sônia Maria P. P. Bergamasco (Unicamp) e Maria José Carneiro (CPDA/UFRRJ) que gentilmente compuseram a Banca de Exame dessa dissertação e muito colaboraram para a aprimoração do texto final com observações e questões instigantes.

Ao médico José Roberto, residente da Nefrologia - HC/UNICAMP, pela sensibilidade, solidariedade, seriedade e segurança no difícil exercício da medicina.

À Ana Cristina, Sandra Tiosse, Gláucia Jeremias, Sílvia Helena, Elaine, Zé Luiz e Mara

Landgraf da biblioteca da Unesp de Araraquara pelos inestimáveis préstimos, alegria e amizade marcantes em minha vida.

À Selma (Dpto Antropologia, Política e Filosofia da FCL/Unesp-CAR) e Eliane (Dpto de Sociologia da FCL/Unesp-CAR) pela simpatia.

À professora Darlene Ap. O. Ferreira que me apoiou e orientou nos primeiros passos da vida acadêmica.

Ao casal de mestres Edvanda Bonavina e João Aristeu - companheiros de risadas contagiantes e agradáveis viagens ao mundo da literatura e do saber popular.

Ao professor Jorge Miglioli pela amizade, incentivo e apoio em minha trajetória estudantil.

Ao casal de Professores Maria Helena F. D. Silva e Bento D. Silva que generosamente me cederam sua casa em Araraquara, para que eu pudesse morar e fazer a Pesquisa de Campo para esta dissertação.

Aos colegas da Cabana do Pai Tomás - Ademir, Fernando, Araketo, Gustavo, Emerson, Marcos, João, Edilson) de quem pude desfrutar grandes aprendizados durante alguns anos.

À Sylvia Iasulaitis e Elielson Carneiro, Wagner Mourão e Greicyane Marques, Lucelina Rosa, Danilo, Joana D'arc, Adriano Santos e Janaina pela amizade sincera, companheirismo e estímulo. Ao Mautheusinho (velho malungo), Alexandre "beigola" (contador de causos) e Dado (bom violeiro) - que muito me inspiram com suas artes de cantadores; à Patrícia, Gisele e Sabrina pela ternura e carinho de sempre.

À Neide e à Christina da Secretaria de Pós Graduação do IFCH/UNICAMP pelo profissionalismo e simpatia.

A Filipe Raslan e Rafael Pessoa pela acolhida na moradia estudantil da Unicamp. Aos colegas Bruno, Carol, Stela, Fábio Ocada, Glauber, Sílvio, Luci, Mariana, Danilo, Mauro, Andréa Vetorassi, Andreia de Sta. Ernestina pela rica convivência.

Aos colegas (Vanda Silva, Mariana Chaguri, Marisa Luna, Nashieli Rangel, Verena Nogueira, Juliana Guanaes, Carol, Augusto Postigo, Senilde Guanais) do Centro de Estudos Rurais - CERES do IFCH/Unicamp, pela companhia agradável, ternura e aprendizado.

À Wanderluce, Nelson e Vinícius Bison pela presença constante e amizade confortável. A Roberval, Neide, Bepe, Ari, Arivaldo, Luiz, Pe. Garcia, Ir. Ines, Ir. Sandra, Angélica,

Marleide, Pe. Valdiran, Pe. Júlio, Tia Lia, Elias - companheiros de longas caminhadas e lutas em defesa dos migrantes no campo e na cidade.

À Wandra, Araci, Silvânia, Giselda, Evandro, Wilson pela paciência, convivência e abertura dos primeiros caminhos na paulicéia.

Ao amigo Beto Novaes pelo aprendizado e dedicação à tarefa de compreender e revelar as angústias, os sonhos e realidades de milhares de camponeses migrantes. Agradeço a Paulo André e Seo Ormínio - amigos e prosadores roseanos das gentes, bichos, trilhas e veredas do Jequitinhonha - pelas alegrias esparramadas. Ao Jadir - parceiro nas trajetórias, lutas e estradas. Aos amigos Eugênio e Jane, especialmente distantes, afetivamente sempre presentes.

Agradeço à Maria do Carmo Masotti Moraes, José Carlos Moraes, Gisele Masotti Moraes, Daniela Masotti Moraes que generosamente me receberam em sua casa e dividem comigo seu aconchego e bem estar.

Agradeço ao Prof. Fernando Antonio Lourenço, meu orientador e amigo, pela atenção gentil, confiança, sabedoria, humildade e alegria com que sempre me tratou.

Aos meus familiares, especialmente minha vó Delmira, Ivanildo, Vanerli e meus tios Adelson, Lúcio, Maria, Eva e Zelita, Serafin, Juarez e Miguel que alegre e carinhosamente sempre me perguntaram: *"Mas você não já se formou, porque estudar mais? E quando é que acaba?"* Ao que eu respondia: *"Não sei. Isso já faz parte da vida. Vai mudar, mas, não acaba"*. E todos caíamos em boas gargalhadas. Às primas e primos pelo esforço e prazer de viver.

Ao meu pai (Antenor Alves Pereira) e minha vó (Maria Alves Pereira), ambos *in memoriam*, pelas lutas, histórias e graciosidades.

Agradeço à minha mãe - Rita Fernandes - e meus irmãos (Marcos, Roberto e Fernando) que mesmo de muito longe estiveram sempre presentes através de ricas e estimulantes lembranças.

À prenda que me fascina nessas idas e vindas por "águas que não páram das longas beiras" - Dani - que com um prazer fino de companhia alegra minha vida.

A todos, lux...

Campinas, abril de 2007

Resumo

Nesse trabalho reflito sobre as perspectivas dos jovens rurais sobre a conquista de sua autonomia e transição segura para a vida adulta. Abordo questões relacionadas à construção social da juventude; às dinâmicas regionais onde os jovens atuam; às estratégias familiares; relações de gênero. Os *locus* de análise são um assentamento e um bairro rural. O método analítico é o dialético e ajuda a revelar *habitus* estruturados e estruturantes dos agentes sociais influenciando as formas de organização familiar numa dimensão micro social e os processos socioculturais na dimensão macro social. Nesse contexto, a conquista da autonomia e transição segura para a vida adulta não implicam, necessariamente, em ruptura definitiva com o campo. Mas, se condicionam a um trabalho na área urbana.

Palavras-chave: juventude rural, agricultura familiar, modernidade.

Abstract

In this study I reflect upon the perspectives of the rural young regarding the accomplishment of their autonomy and their safe transition to the adult life. I discuss questions related to the social construction of youth; to the regional dynamics where the young individuals act; to the familial strategies; gender relations. The analysis's *loci* are an establishment and a rural quarter. The analytical method is the dialectic and helps disclose structurized and structurizing *habitus* of the social agents by influencing the familial organization ways in a microsocial dimension and the sociocultural processes in a macrosocial dimension. In this context, the autonomy's accomplishment and the safe transition to the adult life do not necessarily implicate in definitive rupture from the countryside. Actually, they condition themselves to work in the urban area.

Key-words: rural youth, familial agriculture, modernity.

	SUMÁRIO	
1	À Procura de Viver Bem: jovens rurais entre campo e cidade	3
1.1	INTRODUÇÃO – dos agentes sociais e seus <i>locus</i> à análise do material de campo	3
2	PRIMEIRO CAPÍTULO – GERAÇÃO, CLASSE SOCIAL E CULTURAS JUVENIS	23
2.1	<i>Juventudes e Pensamento Histórico-Social: Interpretações e Definições</i>	24
2.2	<i>Os Problemas Sociais da Juventude</i>	48
2.3	<i>O Conceito de Jovem Nessa Pesquisa</i>	61
2.4	<i>Considerações ao Primeiro Capítulo</i>	70
3	SEGUNDO CAPÍTULO – MODERNIDADE SUBVERTIDA	75
3.1	<i>Modernidade e Modernização</i>	77
3.2	<i>Modernidade e Modernização na Formação Social Brasileira</i>	81
3.3	<i>Modernidade, Modernização e os Jovens Rurais</i>	85
3.4	<i>Considerações ao Segundo Capítulo</i>	95
4	TERCEIRO CAPÍTULO - JOVENS RURAIS E A TRANSIÇÃO SEGURA PARA A VIDA ADULTA	99
4.1	<i>Infraestrutura e Dinâmica da Região na qual os Jovens Atuam</i>	102
4.2	<i>Estratégias na Agricultura Familiar e as Perspectivas dos Jovens</i>	113
4.3	<i>Autonomia dos Jovens e os Projetos Coletivos das Famílias</i>	130
4.4	<i>Gênero: Sombra Sobre as Mulheres</i>	153
4.5	<i>Políticas Públicas</i>	170
4.6	<i>Considerações ao Terceiro Capítulo</i>	181
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
6	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	201
7	ANEXOS	211

Índice de Gráficos e Tabelas

Gráfico 1	Perfil da produção agrícola de agricultores familiares de Araraquara	115
Gráfico 2	Perfil da produção pecuária de agricultores familiares de Araraquara	115
Gráfico 3	Destino dos produtos agropecuários de agricultores familiares de Araraquara	116
Tabela 1	Sexo dos entrevistados, por local de moradia	66
Tabela 2	Faixas de idade dos entrevistados, por local de moradia	67
Tabela 2.1	Faixas de idade dos rapazes, por local de moradia	68
Tabela 2.2	Faixas de idade das moças, por local de moradia	68
Tabela 3	Faixas de renda pessoal dos entrevistados, por local de moradia	132
Tabela 3.1	Faixas de renda pessoal dos rapazes, por local de moradia	133
Tabela 3.2	Faixas de renda pessoal das moças, por local de moradia	134
Tabela 4	Origem da renda pessoal dos entrevistados, por local de moradia	135
Tabela 4.1	Origem da renda pessoal dos rapazes, por local de moradia	135
Tabela 4.2	Origem da renda pessoal das moças, por local de moradia	135
Tabela 5	Formas de contrato de trabalho dos entrevistados, por local de moradia	136
Tabela 5.1	Formas de contrato de trabalho dos rapazes, por local de moradia	136
Tabela 5.2	Formas de contrato de trabalho das moças, por local de moradia	137
Tabela 6	Perspectiva de futuro dos entrevistados, por local de moradia	139
Tabela 6.1	Perspectiva de futuro dos rapazes, por local de moradia	139
Tabela 6.2	Perspectiva de futuro das moças, por local de moradia	140
Tabela 7	Escolaridade dos pais dos entrevistados, por local de moradia	145
Tabela 7.1	Escolaridade das mães dos entrevistados, por local de moradia	145
Tabela 8	Escolaridade dos entrevistados, por local de moradia	145
Tabela 8.1	Escolaridade dos rapazes, por local de moradia	147
Tabela 8.2	Escolaridade das moças, por local de moradia	147
Tabela 9	Anos de estudos dos entrevistados para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia	149
Tabela 9.1	Anos de estudo dos rapazes para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia	150
Tabela 9.2	Anos de estudo das moças para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia	150
Tabela 10	Acesso ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	175
Tabela 10.1	Acesso dos rapazes ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	175
Tabela 10.2	Acesso das moças ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	176
Tabela 11	Acesso dos pais (homens e mulheres) ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	176
Tabela 11.1	Acesso dos pais (homens) ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	177
Tabela 11.2	Acesso das mães ao PRONAF JOVEM, por local de moradia	177

1 - À PROCURA DE "VIVER BEM" : JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

*A gente tem de sair do sertão! Mas, só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro.
Guimarães Rosa – Grande Sertão: veredas. p. 254*

1.1 – INTRODUÇÃO – dos agentes sociais e seus *locus* à análise do material de campo

Nesse trabalho procuro fazer um exercício de reflexão e compreensão sobre as perspectivas de futuro dos jovens rurais em relação à agricultura familiar em um assentamento rural (Monte Alegre) e um bairro rural (Cabeceira do Boi), ambos situados no município de Araraquara-SP. Escolhi o tema a partir das conclusões de uma pesquisa¹ que fiz durante a graduação e que me permitiu constatar alguns processos sociais em curso na região pesquisada.

- a) a criação de programas de financiamento e cursos de capacitação rural por instituições governamentais com o objetivo de criar estímulos para os agricultores permanecerem no campo agregando valor aos seus produtos;
- b) as dificuldades dos agricultores em acessar os financiamentos e desenvolver nas propriedades o aprendizado nos cursos de capacitação rural oferecidos pelo Sebrae através do projeto SAI – Sistema Agroindustrial Integrado;
- c) o envelhecimento dos chefes de famílias, majoritariamente do sexo masculino;
- d) o desenvolvimento, entre muitos jovens, de um vínculo esporádico de produção com a atividade agrícola, por um lado, e, por outro, forte envolvimento com

¹O potencial das atividades agrícolas e não-agrícolas em pequenas propriedades rurais no município de Araraquara-SP. Pesquisa de iniciação científica realizada durante os anos de 2003 e 2004, financiada pela FAPESP e orientada pela profa. Dra. Darlene Ap. de Oliveira Ferreira.

atividades não-agrícolas na cidade buscando – a partir disso – a conquista de sua autonomia e condições de transição para a vida adulta.

Com efeito, a constatação desses processos me levou a formular algumas questões. Que perspectivas de futuro os jovens rurais vislumbram ao indicar a cidade e não a propriedade familiar como principal *locus* de trabalho e conquista de sua autonomia?; Buscam condições materiais de vida melhor que a de seus pais, ou simplesmente deslocam seus padrões e referências culturais para experimentarem de modo mais intenso os estilos de vida da cidade? Teria a agricultura familiar, como forma social de produção e vida, lugar em suas perspectivas de futuro?

A proposição dessas questões contemplando aspectos abrangentes como arranjos institucionais, ações e iniciativas dos jovens rurais em seu cotidiano implicou que a pesquisa fosse pensada em duas dimensões de análise: uma macro, outra micro-social.

Na primeira dimensão (macro-social) cabe considerar processos sociais estruturais – educação, emprego, questão de gênero, políticas para a agricultura familiar – e seus desdobramentos junto aos agentes sociais, sobretudo os jovens rurais. Na segunda (micro-social) cabe pensar três questões. Primeira: o modo como esses agentes sociais - em suas representações individuais e coletivas, subjetivas e objetivas – interagem com esses processos estruturais e suas perspectivas em relação à conquista de sua autonomia e transição para a vida adulta. Segunda: como eles pensam, vêem e representam o campo e a agricultura familiar em relação à cidade, e, de que modo reagem ao produto de suas representações. Por exemplo: sua migração para a cidade, como uma reação objetiva em busca de melhores condições de vida, corresponde às representações que fazem do campo e aspirações em relação ao futuro? Terceira: há uma interconexão entre as representações e práticas na dimensão micro-social e as questões estruturais da dimensão macro-social?

Se confirmada essa interconexão, seria pertinente observar se ela ocorre

expressando influência exclusiva de uma dimensão sobre a outra, ou se há influência recíproca de modo que não ocorre determinação exclusiva das representações e práticas dos agentes sociais sobre suas perspectivas de futuro, bem como não há determinação exclusiva dos processos estruturais na dimensão macro-social sobre as representações e práticas dos agentes na dimensão micro-social.

Ou seja, nos termos de Pierre Bourdieu (1983) ao trabalhar seu conceito de *habitus*, caberia pensar essa complexa relação entre os agentes, nas suas dimensões macro e micro-social, como “estruturas estruturadas”, ou pré-formatadas, mas também

[...] predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador de práticas e representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Nessa perspectiva, uma hipótese é que não há influência ou determinação exclusivas de uma dimensão sobre a outra, mas sim que elas são construídas e reformuladas a partir das ações e reações dos agentes sociais às suas condições materiais de vida.

Desse modo, na dimensão macro-social, além das questões sobre educação e emprego, a ênfase recairá sobre as dinâmicas sociais regionais, questão de gênero, políticas públicas voltadas à agricultura familiar e sua contemplação ou não dentro de um projeto de nação. O núcleo central dessa dimensão são as dinâmicas regionais e os arranjos institucionais voltados para a agricultura familiar. Já na dimensão micro-social, será dada ênfase às ações dos agentes sociais, como estratégias familiares, busca da autonomia pelos jovens e suas possibilidades de saída ou permanência no campo. Seu núcleo central são os arranjos e estratégias dos jovens com o objetivo de

conquistar sua autonomia e meios de transição segura para a vida adulta.

Ao longo do texto destacarei que – embora essas dimensões sejam fundamentais nos processos de produção e reprodução na agricultura familiar – cada uma, por si, isto é, isoladamente, não garante sua continuidade e vigor, tampouco a permanência dos jovens no campo. Reprodução social na agricultura familiar e possibilidades de permanência dos jovens no campo são desdobramentos da interconexão de arranjos institucionais na esfera macro com arranjos familiares na esfera micro-social.

Uma possibilidade dessa combinação se dá a partir do reconhecimento e aceitação política e social da agricultura familiar como uma forma pertinente de produção e modo de vida no âmbito de um projeto de nação que contemple, ao menos minimamente, as demandas apresentadas pelas populações rurais. Embora exista, atualmente, um esforço político e social nesse sentido (Schneider, Cazella, Mattei, 2004), veremos que a lacuna histórica em relação à contemplação da agricultura familiar na agenda política nacional ainda se constitui como um desafio a ser superado para a sua consolidação dentro de um projeto de nação moderna. Entenda-se por “nação moderna” não apenas o desenvolvimento de uma racionalidade instrumental, isto é, do progresso técnico, mas também – e necessariamente – o desenvolvimento de uma racionalidade normativa no sentido de produção cultural e padrões de comportamento social vinculados – positivamente – ao exercício da cidadania e justiça social (Wood, 2000; Giddens, 1993)

Mas, mostrarei que a plena consolidação da agricultura familiar não representaria, automaticamente, o fim do êxodo rural dos jovens, especialmente das moças. Pois, além desse aspecto político há uma socialização de hábitos e normas na qual o trabalho feminino não é reconhecido socialmente como tão pertinente, quanto o masculino.

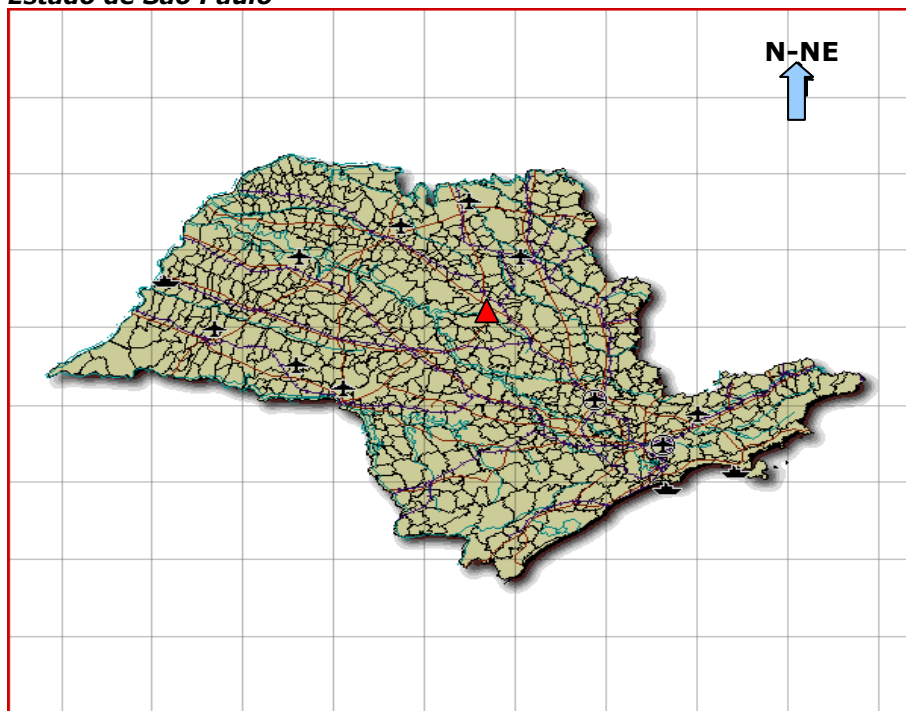
Isso implica em uma secundarização das moças em relação aos rapazes nos

processos de sucessão na agricultura familiar. Não obstante esforços governamentais e das próprias mulheres em seus movimentos organizados, essa marginalização feminina também é percebida nos mecanismos institucionais de acesso às políticas públicas. Minha reflexão apontará para a formação de uma sombra histórica sobre as mulheres rurais. Esta sombra, nas dimensões macro e micro-social, independentemente do fortalecimento político da agricultura familiar, se constitui como mola do êxodo feminino.

Portanto, são fatores de caráter macro e micro-social em permanente interação influenciando simultaneamente os agentes sociais em suas perspectivas e ações para o futuro. Desse modo, paradoxalmente, os mesmos fatores que poderiam permitir a permanência dos jovens no campo, também podem concorrer para sua saída ou para o seu retorno. Veremos que isso vai depender, em boa medida, das formas sociais como esses fatores são elaborados e socializados, bem como do caráter da divisão sexual do trabalho no núcleo familiar e sua representação fora dele.

O locus e os agentes sociais no processo em investigação

Estado de São Paulo



Capital: São Paulo

Número de Municípios: 645



Brasil

Fonte: IBGE – cidades

- rios
- rodovias pavimentadas
- estradas de ferro
- portos
- aeroportos
- aeroportos internacionais

Araraquara-SP

No município de Araraquara-SP, há predomínio espacial e econômico de grandes propriedades rurais altamente capitalizadas e inseridas no setor sucroálcooleiro da economia nacional e internacional. O município dispõe ainda, em sua área urbana, de uma infraestrutura como escolas profissionalizantes (Senai, Senac, etc.) e de empresas do setor industrial, agroindustrial, comércio e serviços.

Quanto à presença e atuação de instituições governamentais e sindicais que procuram atender aos agricultores e trabalhadores rurais, estão localizadas no

município a Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – Regional Araraquara (SAASP –RA); Sindicato Rural Patronal; O Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; a Federação dos Agricultores Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP; etc.

Ademais, há a presença do Sebrae-SP que realiza cursos profissionalizantes e/ou de aprimoramento para os cidadãos da região e cursos de capacitação rural para moradores e trabalhadores rurais, principalmente pequenos arrendatários e proprietários. Há também no município de Araraquara-SP, três assentamentos rurais (Bela Vista, Bueno de Andrada e Monte Alegre²), e alguns bairros rurais como Machados, Cabeceira do Boi, Rosa Martins, etc.

Tanto nos assentamentos, quanto nos bairros rurais há muitos jovens buscando alternativas de vida fora da agricultura, ou estratégias de atuação que viabilizem sua permanência no campo em um contexto socioeconômico no qual sua condição de pluriativos se destaca. Atividades potenciais como turismo rural, pesque-pague, artesanato, pedreiro, pintor, doméstica, padaria caseira, etc, já foram diagnosticadas naquelas áreas por Pereira e Ferreira (2004).

É tendo como pano de fundo esse cenário social que analiso processos sociais nos quais muitos jovens rurais procuram buscar alternativas para a realização de seus projetos de vida dentro e/ou fora da agricultura, porquanto esta, por si só, não lhes possibilita efetivos meios de melhorar seu padrão de vida, ou ascensão social.

Escolhi como *locus* de investigação o assentamento Monte Alegre e o bairro rural Cabeceira do Boi – ambos situados no município de Araraquara-SP. Como são dois espaços construídos e diferenciados socialmente, cabe fazer uma breve explanação sociológica sobre sua formação e definição.

O assentamento pode ser formado a partir da concessão de Títulos de

²Esse último assentamento ocupa terras de três municípios: Araraquara, Matão e Motuca.

Domínios, ou Concessão de Uso de terras devolutas ocupadas irregularmente ou em poder do Estado; da desapropriação de antigas fazendas, cujos proprietários não cumpriam a função social da terra e/ou a legislação trabalhista. Nesse caso as terras são distribuídas entre as famílias que nela trabalharam ou moraram durante vários anos sem que seus direitos trabalhistas tivessem sido cumpridos.

Mas, a forma mais corriqueira é o assentamento rural formado por famílias - a *priori* - sem terra e que - a *posteriori* - através de sua participação junto aos movimentos sociais rurais em prol da reforma agrária ocuparam terras, montaram acampamentos, conquistaram um lote de terras e foram assentadas como aponta Loera (2006).

Além da moradia e relação de produção com a terra, as famílias assentadas têm com ela um forte vínculo político e - em muitos casos - cultural, quando trata-se de agricultores que foram expulsos do campo no processo de modernização da agricultura, mas retornaram a ele via projetos de reforma agrária ou outras formas de acesso à terra, como compra, herança, posse, arrendamento.

Sociologicamente³, o assentamento rural pode ser definido como um espaço conquistado a partir de um objetivo comum às famílias que se organizaram para ocupar terras devolutas ou improdutivas socialmente e reivindicar sua desapropriação para fins de reforma agrária. Em um primeiro momento essas famílias podem não ter elementos culturais comuns entre si, tampouco se constituem, necessariamente, como grandes grupos de parentesco.

Elas podem vir de diversos lugares e seus costumes e manifestações culturais

³Há uma vasta literatura antropológica e sociológica sobre a formação e funcionamento de assentamentos rurais. Para maior aprofundamento sobre o tema, confira: BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira.; NORDER, Luis .A.C. **O que são assentamentos rurais**, Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996; NEVES, Delma Pessanha. **Assentamentos: reforma agrária em migalhas**. Niterói: Eduff, 1997.; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999; SILVA, Maria A. Moraes. Assentamento Bela Vista: a peleja para ficar na terra. In: José de Souza Martins (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.; WANDERLEY, Maria N. Baudel. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (estudo de caso no Nordeste). In: José de Souza Martins (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.; MEDEIROS, Leonilde; LEITE, Sérgio (Orgs.) **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

podem ser muito diversificados. A partir da convivência, abre-se a possibilidade de trocas de experiências, o surgimento de manifestações culturais comuns e o sincretismo. Um dos principais elementos que viabilizam sua coesão social é o ideal comum em torno da conquista inédita, ou retorno a um lote de terras para a família.

Já o Bairro Rural, *a priori*, é formado por famílias que tiveram acesso à terra por meio de herança familiar ou compra. Seu vínculo com a terra é de moradia, produção e também afetivo já que esta pode ter pertencido a um ancestral comum a todos e distante no tempo. Como o grupo familiar ancestral foi crescendo, a terra foi sendo dividida e deixada como herança aos novos casais que se formavam. Estes, paulatinamente, construíram nos contornos do bairro o seu hábitat. Todavia, isso não significa circunscrição de suas relações sociais nesse espaço.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) – no clássico livro “Bairros Rurais Paulistas” – aponta que, sociologicamente, o bairro rural pode ser definido por sua forma específica de implantação no solo. Um hábitat disperso, centralizado por pequeno núcleo de habitações em torno da capela e pelos vínculos socioculturais que unem seus membros. Tais vínculos se exprimem como ajuda mútua, tanto no campo da economia, quanto em outros campos sociais. A festa religiosa que é o meio por excelência de promover uma reunião entre vizinhos, só é possível quando todos os habitantes do bairro se congregam e reúnem suas dádivas, a fim de realizá-la. Se os habitantes renunciam a essas atividades, o bairro entra em crise como bairro. Isto é, pode perder suas características e significado.

Além disso, há um caráter psicológico que é típico do bairro rural, o “sentimento de localidade e de pertencimento”. Os habitantes de um bairro têm um vínculo de pertencimento muito forte ao bairro e pleiteiam benefícios e vantagens em seu nome. Tanto o aspecto das festas, quanto esse “sentimento de pertencimento” viabilizam a coesão do grupo de moradores (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973).

Ainda sobre a importância e o significado social do “sentimento de localidade e

pertencimento” para os habitantes do bairro rural, é pertinente destacar um diálogo entre Antonio Candido e um de seus interlocutores no clássico livro “Parceiros do Rio Bonito”.

O que é bairro? – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta pronta exprime numa frase o que se vem expondo aqui: - *Bairro é uma naçãozinha*⁴. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (CANDIDO, 1971, p.65).

Não se pode dizer que as famílias assentadas também não tenham o “sentimento de pertencimento” em relação ao assentamento. Entretanto, esse sentimento difere entre as famílias do assentamento e as do bairro rural a partir de dois elementos significativos, o “local do nascimento” e a “conquista da posse da terra”.

A diferença elementar é que o “sentimento de pertencimento” para as famílias do bairro rural, em geral, se relaciona ao nascimento de seus membros no local do bairro e não à conquista da posse da terra que, por sua vez, se constitui como o elemento central do “sentimento de pertencimento” das famílias assentadas, cuja maioria é formada de migrantes que antes de chegarem ao assentamento podem ter passado por vários acampamentos em diversos municípios. Nesse caso, diferentemente do “nascimento no local” para as famílias do bairro rural, é a “conquista da posse da terra” que simboliza o “sentimento de pertencimento” das famílias assentadas ao local do assentamento.

Feitas a distinção sociológica entre assentamento e bairro rural, convém observar os motivos da escolha dessas localidades para a pesquisa empírica. O assentamento Monte Alegre e o bairro rural Cabeceira do Boi foram escolhidos no município de Araraquara-SP, porque estão em um contexto no qual os agricultores familiares sofrem as pressões das monoculturas de cana e laranja, suas circunvizinhas,

⁴Grifos meus.

e por sua localização estratégica com rodovias e linhas de ônibus municipal e intermunicipal a facilitar o deslocamento dos agricultores para os centros urbanos.

Nessas circunstâncias e considerando o forte desejo de conquista de autonomia pelos jovens e a atração que a cidade lhes exerce, qual o lugar da agricultura familiar nas perspectivas dos jovens rurais? Como os jovens do assentamento e do bairro rural percebem e reagem aos eventos políticos referentes à questão agrária? Quais e como vislumbram seus projetos de vida para o futuro? Respostas à essas questões gerais exigiram um trabalho de campo caracterizado, sobretudo, por entrevistas e aplicação de questionários junto aos jovens como principais agentes sociais no processo investigado.

O Método

O método de investigação adotado é o dialético e servirá como apoio, não como camisa de força dentro da qual a análise se esgotará. A perspectiva dialética comporta, adequadamente, a análise da relação entre as dimensões macro e micro-social, bem como entre categorias sociológicas como, “geração”, “classe social” e “cultural” que serão exploradas para a compreensão da problemática social e sociológica acerca dos jovens.

Em síntese⁵, na sociologia da juventude há três correntes teóricas que se debruçam mais detidamente sobre as questões inerentes a esse tema. A corrente geracional que reflete sobre a juventude e as questões sociais que a envolvem a partir da formação de gerações e os conflitos intra e intergeracionais. A exceção de alguns poucos autores, como Karl Mannheim (1982) que trabalha a partir de categorias como “situação de geração”, “geração real” e “unidades de geração”, os pesquisadores dessa corrente concebem a juventude como uma categoria social homogênea; a corrente

⁵No capítulo 1 abordarei mais detalhadamente essa problemática teórica.

classista que aborda a juventude a partir da perspectiva da classe social à qual pertencem os jovens e que os concebe como uma categoria social heterogênea devido às divergências sociais entre as classes, e, por fim, a corrente culturalista que também considera a juventude como categoria social heterogênea. Porém, não devido apenas às divergências sociais entre as classes às quais pertencem os jovens, mas, heterogênea a partir, de sua diversidade sociocultural. Isso envolve a questão da geração, da classe social, os hábitos e costumes em relação às artes e outras expressões sociais dos jovens.

Nesse sentido, no plano teórico, a problemática dessa pesquisa pode ser compreendida, adequadamente, se considerar elementos chaves da perspectiva geracional, como os conflitos entre gerações e suas unidades de gerações; elementos chaves da corrente classista como o lugar que os jovens ocupam na estrutura social onde atuam e vivem, e, nessa questão como esse lugar é ocupado e/ou disputado; elementos chaves numa perspectiva de culturas juvenis, como os valores e representações cotidianas dos jovens sobre si mesmos e sobre instituições como o Estado e a família.

A exploração dessas perspectivas diferenciadas se fundamenta na idéia de que

[...] *análise e teorização*⁶ são sinônimos, fundamentando-se num vai e vem dialético entre observações e conceptualizações. [...] é a própria realidade que nos obriga a transitar de uns a outros de seus aspectos e, paralelamente, de uns conceitos a outros (PAIS, 2003, p. 65).

Em um procedimento de análise dialética Pierre Bourdieu (1983) também observa a importância de se considerar fatores aparentemente contraditórios numa mesma perspectiva teórica. Na sua reflexão sobre as respectivas perspectivas da “geração” e a da “classe social”, como chaves analíticas para a compreensão da

⁶Grifos originais.

juventude, o autor considera que

[...] para além de todas as diferenças de classe, os jovens têm interesses coletivos de geração, porque independentemente do efeito da discriminação anti-jovens, o simples fato de se relacionarem com diferentes estados do sistema escolar, faz com que venham a obter menos de seus títulos que a geração precedente. Há uma desqualificação estrutural da geração. [...] Mesmo na burguesia, uma parte dos conflitos atuais se explica, sem dúvida, por aí, pelo fato de que o tempo da sucessão se alonga e que, como bem mostrou Le Bras num artigo de *Population*, a idade em que se transmite o patrimônio ou os cargos se torna mais e mais tardia, e os filhos mais novos das classes dominantes devem agüentar pacientemente essa situação (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Desse modo, não convém ignorar elementos significativos das três correntes teóricas (geracional, classista e culturalista) para a compreensão do problema. Mas, também não é salutar descartar uma postura crítica sobre essas perspectivas teóricas, como a tendência homogeneizante da corrente geracional no seu aspecto da “geração como um todo homogêneo”; o determinismo social da corrente classista, e, o caráter subjetivo da corrente culturalista que busca compreender nas ações cotidianas dos jovens as interpretações e representações que eles fazem da sociedade. Isso significa menos avançar pelo meio termo, e mais explorar elementos esclarecedores que essas correntes de pensamento têm a oferecer entre si.

Formas de investigação

Na execução do Trabalho de Campo procurei privilegiar a família, e as perspectivas individuais dos jovens agricultores como universos distintos, mas não desconexos na elaboração das estratégias coletivas e individuais. Desse modo, pretendi compreender como esses atores percebem e reagem às transformações políticas, sociais, culturais e econômicas que influenciam diretamente sobre o seu modo de vida. Para isso, realizei

entrevistas e apliquei questionários junto aos jovens rurais do assentamento Monte Alegre e do bairro rural Cabeceira do Boi. Apliquei questionários fechados a 40 jovens, sendo que 24 deles são do sexo masculino e 16 são do sexo feminino. Desse universo de 40 jovens, 30 (18 rapazes e doze moças) são do assentamento Monte Alegre e os outros 10 (seis rapazes e quatro moças) são do bairro rural Cabeceira do Boi.

Ademais, dos 40 jovens que responderam ao questionário, 10 foram entrevistados com perguntas abertas. Desses, sete (quatro homens e três mulheres) são do assentamento e três (dois homens e uma mulher) são do bairro rural.

Também entrevistei outros agentes sociais como:

- ✓ Pais e mães de alguns dos jovens entrevistados (as). Quatro (três homens e uma mulher) no assentamento Monte Alegre e dois (um homem e uma mulher) no bairro rural Cabeceira do Boi.
- ✓ O diretor da Secretaria da Agricultura – Regional de Araraquara e uma agrônoma (também da referida Secretaria) coordenadora de área e do projeto Micro-bacias.

O questionário e o roteiro de entrevistas foram elaborados a partir das várias questões que apresento no primeiro capítulo dessa pesquisa e leitura de outras bibliografias⁷, cujos temas perpassam trabalhos dessa natureza.

Para resumir, a investigação está amalgamada por questões teóricas e empíricas em que explorei a percepção e a representação social sobre os jovens, bem como os desafios postos para esses agentes sociais no mundo contemporâneo. Procurei enfatizar a realidade encontrada em Araraquara-SP e, sempre que possível, a comparei com outras situações no Brasil. Reforçaram as questões empíricas

⁷ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (2005); ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* (1998); ABRAMOVAY, Ricardo (Coord), (2001); BOURDIEU, Pierre (1983); BOURDIEU, Pierre (1999); CARNEIRO, Maria José (1998), CARNEIRO, Maria José (2001); CASTRO, Elisa Guaraná (2005); DURSTON, John (1998); FORACCHI, Maria Alice Mencarine (1972); GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro (2005); MANNHEIM, Karl (1982); MARTINS, Heloísa T. de Souza & AUGUSTO, Maria Helena Oliva (2005).

questionários e entrevistas que realizei junto aos pais, técnicos agrícolas e aos principais sujeitos envolvidos com a problemática da pesquisa - jovens rurais de 15 a 29 anos que trabalham e/ou habitam com seus pais no assentamento Monte Alegre e no bairro rural Cabeceira do Boi.

SOBRE A ANÁLISE DO MATERIAL DE CAMPO

Para análise do material de campo elaborei um agrupamento temático de questões que deram suporte ao questionário e roteiro de entrevistas, bem como embasaram outras perguntas que surgiram durante as visitas a campo. Elas podem ser alocadas em quatro grupos temáticos que, a despeito de separados para efeitos de exposição, se relacionam entre si e expressam a variedade e conexão entre as perguntas.

I Grupo Temático: questões de caráter teórico metodológico

- a) Os jovens do bairro rural e os do assentamento percebem e reagem às questões sociais da agricultura familiar como uma geração real, como unidades de geração, ou de modo que nenhuma dessas categorias analíticas possa traduzir?;
- b) Os vínculos diferenciados com a terra fazem com que esses jovens percebam e reajam de modo diferenciado às questões políticas e sociais que envolvem a agricultura familiar?;
- c) Em vez disso, será que os vínculos distintos pouco influenciam na sua percepção e reação de modo que, independentemente do seu *locus* social, suas sensibilidades são semelhantes no modo como percebem e interagem com a realidade?;
- d) Será, ainda, que a problemática vivenciada por esses jovens possui um duplo

caráter como questão geracional e questão social concomitantemente?;

II Grupo Temático: dinâmica e sociabilidade interna do grupo familiar

- a) De que modo ocorrem as negociações no núcleo da família visando a sucessão da propriedade e/ou a implantação de novas práticas produtivas?;
- b) Ficam na propriedade os filhos com tendência de seguir a conduta dos pais, ou aqueles com disposição de resignificar a tradição sobrepondo a ela outros valores e referências caracterizados como progressistas?;
- c) Como percebem e reagem à questão de gênero no meio rural, sobretudo no que diz respeito à divisão do trabalho e a sucessão dos pais na propriedade familiar?

III Grupo Temático: fatores políticos, sociais e culturais externos ao grupo familiar

- a) Os jovens rurais preocupam-se politicamente com a agricultura familiar?;
- b) Se sim, como percebem a questão agrária e o que vislumbram para sua solução?;
- c) Como percebem e interagem à organização dos movimentos sociais rurais?

IV Grupo Temático: interação entre fatores internos e externos ao grupo familiar

- a) Em caso de sucessão, os jovens estariam dispostos a abandonar seu eventual trabalho na cidade para suceder ao pai na propriedade rural?;
- b) Que elementos os estimulam a ficar no campo e quais atuam como fonte de atração nas cidades?;
- c) O que pensam e fazem os jovens rurais para superarem as dificuldades de acesso às políticas públicas e de se apresentarem ao núcleo familiar como agentes mais capacitados para desenvolver inovações na propriedade e aumentar as chances de sua reprodução social?;
- d) De que modos procuram se organizar para superar o problema no campo ou

buscar novas alternativas na cidade?; etc.

Esses agrupamentos temáticos servirão como suporte à interpretação dos dados obtidos no Trabalho de Campo. As informações poderão não fornecer elementos que possibilitem respostas adequadas a essas questões. Todavia, independentemente de serem respondidas, elas podem abrir horizontes para novas reflexões.

Com a análise do material de campo pretendo testar as seguintes hipóteses:

- a) Os jovens rurais desassistidos ou assistidos inadequadamente por políticas públicas tendem a usar o campo como local de moradia. Perdem o vínculo afetivo e de produção com a terra vislumbrando na cidade o *locus* exclusivo de conquista de sua autonomia e transição para a vida adulta;
- b) Os jovens rurais socializados nas experiências de suas famílias; nas pedagogias dos movimentos sociais; experimentando novos valores e referenciais culturais elaboram um “campo de possibilidades⁸” que lhes permitem conciliar a vida no campo e na cidade sem, necessariamente, romper os vínculos de afeto e/ou de produção com a terra. Vislumbram nela, sua principal plataforma para a concepção de projetos futuros no campo e/ou na cidade.

Feita essa explanação sobre a metodologia e as formas de investigação, passo a explicação sobre a forma de organização e exposição do trabalho. Dividi-o em três capítulos além dessa introdução e das considerações finais. Não obstante a divisão para fins de exposição, procuro articular os capítulos entre si na abordagem da problemática inicial da pesquisa.

No primeiro capítulo farei uma abordagem sobre o pensamento histórico e sociológico referente a noção da categoria “jovem” e os principais problemas que lhes afligem na sociedade contemporânea. A partir desse exercício, procuro formatar um

⁸A expressão “campo de possibilidades” é utilizada aqui em sintonia com o sentido que lhe deu Gilberto Velho. Qual seja: em uma sociedade complexa as pessoas vivem dentro de um campo de possibilidades para executar suas ações e por ele são subordinadas, mas, também o influenciam a partir de suas representações e ações tornando-se relativamente independentes. Nessa perspectiva há uma margem de manobras com escolhas e opções possíveis, as quais as pessoas podem, ou não acionar. Cf. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

conceito de “jovem” – para essa pesquisa – contemplando a realidade encontrada no assentamento e no bairro rural, mas sem perder de vista situações mais abrangentes que, embora possam ser generalizantes, propiciam uma visão de conjunto acerca das percepções e representações sociais sobre os jovens.

No segundo capítulo abordarei elementos da problemática histórica da questão agrária brasileira e como os jovens percebem e reagem ao seu projeto modernizador. Em que pese o atual esforço político e social para a plena consolidação da agricultura familiar, ela não aparece para os jovens entrevistados como um modo de vida através do qual possam conquistar sua autonomia e transição segura para a vida adulta. Estas parecem se condicionar à prática da pluriatividade ou trabalho na cidade articulado a um vínculo de moradia e/ou produção com o campo.

Apontarei que essa percepção avaliativa dos jovens está baseada na comparação que fazem entre o padrão de vida que tiveram, ou têm seus pais e o padrão que desejam para si. É nesse sentido que o atual esforço político é de fundamental importância, sobretudo na criação de programas como o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e seus subprogramas especiais, como o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem⁹; a criação de Conselhos municipais e estaduais de desenvolvimento rural, mas não é o ponto de chegada no embate político e ideológico em torno da plena afirmação da agricultura familiar na agenda política nacional.

No terceiro capítulo faço uma discussão sobre os processos de conquista da autonomia pelos jovens e sua transição segura para a vida adulta. Como esses processos são caracterizados por elementos das duas dimensões analíticas – macro e

⁹O Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem são linhas especiais de financiamento no âmbito do PRONAF. Com essas linhas especiais pretende-se facilitar o acesso das mulheres adultas e dos jovens (rapazes e moças) a recursos financeiros que lhes permitam ampliar a produção agrícola e/ou artesanal de sua unidade familiar, ou ainda fortalecer associações e cooperativas das quais, eventualmente, as mulheres e os jovens possam fazer parte. Ainda que com problemas de operacionalização, a criação dessas linhas especiais pode ser vista como um esforço para o reconhecimento político e social das mulheres e dos jovens como agricultores.

micro-social – procuro captar as perspectivas dos jovens dentro de uma totalidade social. Minha preocupação não é dar a explicação dessa totalidade – tarefa de resultado duvidoso – mas estabelecer um vínculo entre ela e as perspectivas dos jovens por menores que sejam estas.

Destacarei nesse exercício a importância de elementos estruturais como a dinâmica regional onde os jovens atuam, a questão de gênero, as políticas públicas, bem como o peso substancial dos elementos micro-sociais como as estratégias familiares, os projetos individuais dos jovens em busca de sua autonomia na consubstanciação de suas perspectivas. Ver-se-á que o alcance destas está diretamente ligado à articulação entre as duas dimensões macro e micro-social.

2 – PRIMEIRO CAPÍTULO - GERAÇÃO, CLASSE SOCIAL E CULTURAS JUVENIS

Introdução

Nesse capítulo, procuro indicar como as ciências sociais abordam o tema da juventude, sendo que algumas correntes de pensamento, como a corrente classista e a corrente das culturas juvenis, partem da premissa de que os jovens formam uma categoria social heterogênea, o que as torna diferente da corrente geracional que aborda a juventude como uma categoria homogênea.

Para os pesquisadores da corrente classista a heterogeneidade da juventude é desdobramento das culturas de classe que determinam as formas de socialização e transição para a vida adulta. Já os pesquisadores da corrente das culturas juvenis vêem a diversidade menos como um determinismo das culturas de classe e mais como desdobramentos das ações dos jovens tendo em vista a realidade sociocultural de seu cotidiano. Para essa corrente, independentemente dos conflitos entre geração ou entre classes sociais a preocupação dos jovens é conseguir emprego e fazer a transição para a vida adulta. As formas de transição é que variam sob influências da classe social a que pertencem os jovens e do modo como ocorreu o processo de socialização pela geração mais velha. Como há várias formas de transição, não haveria uma juventude e sim várias juventudes.

Também indicarei alguns problemas sociais que atingem os jovens e dificultam a conquista de sua autonomia e transição para a vida adulta. Nesse exercício de compreensão da realidade dos jovens meu objetivo não é identificá-los como sinônimos de problemas, mas como agentes sociais imersos em problemáticas sociais como a autonomia, transição para a vida adulta, questão agrária e modernidade. Não sendo os jovens o problema, este se constitui na crise de empregos, educação,

oportunidades para conquistar autonomia, cuja expressão e potencial de transformação social, indubitavelmente, fazem parte da modernidade e do cotidiano dos jovens rurais.

Depois de refletir sobre esses temas no final do capítulo indicarei a definição teórica de “jovem” que utilizo nessa pesquisa com um caráter sociológico, mas, também considerando autorepresentações que os agentes sociais fazem sobre si mesmos a partir de suas interações sociais.

2.1 - Juventudes e Pensamento Histórico-social: interpretações e definições

Uma pertinente porta de entrada na temática da juventude como questão social e questão sociológica é considerá-la intrinsecamente atrelada aos processos de desenvolvimento técnico, cultural, político e social porque passa a sociedade contemporânea. Com efeito, alguns autores observam que a juventude é uma criação social, sobretudo da sociedade moderna e também se torna um de seus maiores problemas, o que a torna objeto pertinente para a sociologia. Nessa perspectiva, Helena Abramo observa que tanto como questão social, como questão sociológica

[...] a juventude aparece, assim, como uma categoria especialmente destacada nas sociedades industriais modernas, na verdade, nas sociedades ocidentais como um problema da modernidade (ABRAMO, 1993, p.4).

É como um fenômeno da sociedade moderna, portanto, que a juventude emerge como tema para a sociologia. Na verdade, esta disciplina se interessa pela juventude na medida em que determinados setores juvenis parecem problematizar o processo de transmissão de normas sociais, ou seja, quando se tornam visíveis jovens com comportamentos que fogem aos padrões de socialização aos quais deveriam ser submetidos [...] (ABRAMO, 1993, p.8).

Veja-se que a concepção de juventude, como um problema da modernidade,

não está descolada da idéia de racionalidade instrumental que é uma característica da modernização. Isto é, do desenvolvimento técnico-industrial que tem sido sobrevalorizado em relação à racionalidade normativa, por sua vez uma característica da modernidade¹⁰.

Quando os jovens problematizam o processo de transmissão das normas sociais, na verdade, eles estão colaborando para a elaboração de uma racionalidade normativa não, necessariamente, para negar o passado, mas para resignificá-lo à luz dos problemas contemporâneos. Com isto, o jovem se projeta como agente político e detentor de autonomia moral colocando em questão certas normas de socialização que antes ele não tinha como problematizar ou o fazia com pouca ou nenhuma intensidade.

Alguns estudos procuram dar conta dessa problemática sobre os jovens rurais. No Brasil, apesar de já haver alguns estudos sobre Casas Familiares Rurais¹¹, cujo público especial são os jovens, só muito recentemente, a partir da década de 1990, é que cientistas sociais brasileiros começaram a desenvolver estudos sobre processos sociais rurais nos quais os jovens rurais ganhavam especial atenção como agentes principais na análise. Dentre outros, pode-se apontar os respectivos trabalhos de Ricardo Abramovay (1998; 2001); Anita Brumer (2003); Maria José Carneiro (2004);

¹⁰Cf. Norbert Lechner (1990). No segundo capítulo explorarei mais detalhadamente a questão sobre modernização e modernidade.

¹¹As Casas Familiares Rurais também são conhecidas como Escolas do Campo. Os estudos sobre elas são relevantes, mas vale ressaltar que seu caráter é mais de "pré-diagnóstico" de sua operacionalidade e menos de investigação sociológica de sua formação, relação e influência na região que as abrigam, com as famílias e os jovens que as frequentam. Em geral, as Casas Familiares Rurais são criadas pelas próprias famílias dos jovens em parceria com sindicatos, igrejas, associações, cooperativas em sua região. Os jovens que são enviados para essas Casas devem aprender ou aprimorar seus conhecimentos sobre produção agropecuária e gestão da propriedade dentro de um ou três anos. O processo de aprendizado ocorre da seguinte forma: divide-se o mês em duas etapas de quinze dias. Na primeira etapa o jovem aprende – na Casa Familiar Rural – técnicas de produção agropecuária e agregação de valor aos produtos agrícolas. Na segunda etapa o jovem vai para a propriedade de sua família e procura praticar as técnicas aprendidas na Casa Familiar Rural. Essas Casas são mantidas com pequena taxa recolhida junto às famílias dos jovens; repasses de verbas governamentais e recursos adquiridos de organizações não-governamentais – ONGs. As Casas Familiares são muito frequentes no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e nos estados da Região Nordeste do Brasil. No município de Araraquara não há registro de Casas Familiares e nenhum dos jovens entrevistados declarou ter frequentado essas Casas em outros municípios ou regiões. Para uma leitura mais detalhada sobre a criação e funcionamento dessas Casas, cf. PASSADOR, Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do estado do Paraná. In. FARAH, Marta F. Santos; BARBOZA, Hélio Batista (Orgs.). **Novas Experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Elisa Guaraná de Castro (2005); Vanda Silva (2005); Nilson Weisheimer¹² (2005); Valmir Stropasolas (2006); o número 2 do volume 17 da *Tempo Social* – revista de sociologia da USP (2005) e alguns outros projetos de pesquisa em fase primária de desenvolvimento.

Em outros países, como França, os estudos sobre processos sociais rurais nos quais os jovens aparecem como agentes especiais são um pouco mais remotos. Todavia, seu caráter analítico era menos sociológico e mais técnico-econômico o que deixava uma lacuna explicativa sobre a dimensão sociocultural dos jovens. Seu objetivo central era

[...] satisfazer os pedidos de pesquisas dos organismos encarregados de planificação regional, assim como das tarefas de repartição e de formação de mão-de-obra; em suma dar aos economistas e aos homens de ação certo número de "receitas" destinadas a verificar as chamadas "resistências" camponesas para a integração da agricultura na economia (GIGOU, 1968, p. 73).

Para o conjunto da América Latina, a elaboração desses estudos também é recente. Mais remotamente encontra-se um ou outro trabalho como o de Adolfo Gurrieri *et al* (1971). Mais recentemente (1980/2005) temos as investigações do antropólogo John Durston (1998) no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Em seu conjunto, as pesquisas revelam que no âmbito das ciências sociais e fora delas houve esforços para conceituar o que se entende por juventude. Entretanto, nas diferentes áreas, da saúde até a sociologia, o conceito forjado nunca foi consensual. Todos os esforços realizados expressam a complexidade da juventude seja no seu caráter biológico, ou no caráter histórico-social.

Numa perspectiva biológica, a Organização Mundial de Saúde – OMS define a

¹²Seu trabalho consiste num importante mapeamento dos estudos sobre juventude rural realizados até então no Brasil. O mapeamento é elaborado inclusive por regiões e temas abordados.

fase da infância humana como o período correspondente entre 0 e 9 (zero e nove) anos de idade; a fase da adolescência entre 10 e 19 anos e a fase da juventude correspondente ao ciclo de vida que vai da pré-adolescência (15 anos) até os 24 anos (OMS, 2001, p.90, 93; 1965).

Em que pese a pertinência do critério etário e seu reconhecido valor nas ciências biológicas e da saúde, no âmbito das ciências sociais a definição de jovem não é tão precisa, cristalizada e linear assim, pois depende muito do contexto político, social e cultural em que esses indivíduos se encontram e, fundamentalmente, da organização e representação cultural de suas sociedades. É assim que algumas questões são fundamentais para se definir e entender os jovens. Os jovens trabalham e são casados ou vivem em união estável? Trabalham, mas não são casados? Mesmo os casados, em certas circunstâncias, são aceitos como jovens?

Em vista dessa problemática, historiadores, antropólogos e sociólogos, a despeito de dialogarem entre si, têm olhares e percepções diferenciadas sobre os jovens de acordo com as perspectivas e prerrogativas metodológicas de suas respectivas áreas.

Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt (1996), na introdução da importante coletânea sobre a história dos jovens, abordam as diferentes formas, como esses agentes sociais foram percebidos na sociedade. Em sua abordagem os dois historiadores observam que não há uma juventude homogênea, mas diferentes juventudes no tempo e no espaço de acordo com as formas socioculturais de assimilação e construção de valores e noções como infância, juventude, velhice.

Nesse sentido, o conceito de juventude não deixaria de abarcar critérios biológicos e jurídicos, mas deve transcendê-los e contemplar as formas socioculturais de sua construção. Para os dois historiadores

[...] a juventude como construção social: em nenhum lugar, em

nenhum momento da história a juventude poderia ser definida, exclusivamente, segundo critérios biológicos ou jurídicos. Sempre e em todos os lugares ela é investida também de outros símbolos e valores. De um contexto a outro, de uma época a outra os jovens desenvolvem outras funções e logram seu estatuto definido de formas diferentes: da cidade ou do campo, do castelo feudal ou da fábrica do séc. XIX, da organização do *compagnage* no *ancien* regime ou na cidade antiga (LEVI & SCHMITT, 1996, p. 14).

Nessa perspectiva não haveria um único conceito de jovem com características universais, tampouco fundamentado exclusivamente em critérios biológicos ou jurídicos. Ainda que haja elementos comuns entre os jovens como categoria universal, os valores e símbolos culturais intrínsecos a cada sociedade se constituiriam como o caráter fundante do conceito. Para cada uma delas teríamos – possivelmente – uma definição do que é ser jovem.

Na antropologia, a despeito dos poucos trabalhos nessa área (Castro, 2004), pode-se apontar duas perspectivas distintas – critérios locais e critérios universais – pelas quais procura-se avançar na elaboração do conceito. Na primeira perspectiva – critérios locais - além dos valores intrínsecos a cada sociedade, há que se considerar também suas representações. Assim, o conceito desliza para uma dimensão subjetiva, cuja compreensão não pode escapar à singularidade de diversas situações, inclusive dentro de uma mesma sociedade e não apenas entre várias. Com efeito, não se considera cada sociedade em si como sendo homogênea, mas as diferentes situações e contextos no interior de cada uma delas. Para ilustrar, vejamos como Maria J. Carneiro (1998) formata o conceito de jovem numa pesquisa realizada em dois municípios brasileiros (São Pedro da Serra –RJ e Nova Friburgo-RS) em contextos de pluriatividade.

Antes de classificarmos a juventude por parâmetros universais, decidimos recorrer à classificação do próprio meio em que a pesquisa foi realizada. [...] São considerados basicamente dois critérios para a

definição do jovem: estar em fase de preparação para o ingresso no mercado de trabalho e não ter constituído ainda uma unidade familiar autônoma via casamento. Ambos os critérios são igualmente frágeis e carregados de ambigüidades construídas culturalmente. Na realidade, ser jovem corresponde também a uma auto-representação que tende a uma grande elasticidade em termos etários, proporcional às dificuldades crescentes em termos de ingresso no mercado de trabalho e sua informalização excessiva no Brasil (Carneiro, 1998, p.98).

Nesse caso, o conceito de jovem se caracteriza mais como categoria êmica e menos como categoria sociológica, pois vê-se que a autora considera as especificidades nas quais a pesquisa foi realizada, o contexto socioeconômico dos agentes sociais foco da investigação e sua auto-representação.

Além disso, considera-se também fatores que eventualmente possam estar vinculados à esfera jurídica como o casamento; se os agentes estão aptos ou não para o mercado de trabalho; se têm chances de conseguir emprego e realizar a transição para a vida adulta; se são responsáveis por uma unidade familiar autônoma; que representação fazem de si mesmos, etc.

A despeito da anunciada fragilidade dos critérios, eles ajudam a vislumbrar a gama de possibilidades em diferentes sociedades sobre a representação de quem é reconhecido como jovem; compreender, com mais clareza, a auto-representação desses agentes, como eles podem ser percebidos e se percebem mediante aptidões ou inaptidões para determinadas ações e responsabilidades sociais.

Um ponto de tensão no conceito é o aspecto da constituição de uma unidade familiar autônoma via casamento. Isto é, uma pessoa casada, independentemente da idade, não poderia mais se apresentar como jovem. Diferentemente, uma pessoa não casada, independentemente da idade, poderia se apresentar como jovem. Como os critérios de classificação são fundamentados na perspectiva êmica, a tensão se torna tênue, pois trata-se de representações e classificações dos próprios agentes sociais em seu meio. A perspectiva êmica adotada por Maria J. Carneiro como núcleo do conceito

de jovem difere da perspectiva sociológica que tende a utilizar critérios universais como núcleo desse conceito, todavia, sem – necessariamente – excluir critérios específicos do próprio meio, entre eles a perspectiva êmica.

Outro antropólogo, John Durston (1998), pensa o conceito de jovem numa segunda perspectiva, a de critérios universais. Baseando-se no enfoque etário, o autor procurou construir uma definição sobre jovem no seu estudo sobre juventude e desenvolvimento rural na América Latina. Durston observa que

para construir um marco teórico é fundamental baseá-lo em um enfoque etário que dê conta das mudanças e relações socioeconômicas de uma pessoa vinculada a evolução de sua idade (Durston, 1998, P. 8)¹³.

Para ele,

[...] a juventude começa com a puberdade e termina com a aquisição de responsabilidades e autoridade do adulto. As que corresponderiam para a mulher e o homem um lugar economicamente independente (Durston, 1998, P. 7).

Todavia, o próprio Durston faz a ressalva de que isso não diz nada se não se leva em conta o comportamento das pessoas na zona rural, posto que há diferenças entre estes e os jovens urbanos. Os jovens rurais já na sua infância assumem responsabilidades e desenvolvem atividades típicas dos jovens e dos adultos. Isso também ocorre entre os jovens urbanos, porém com uma frequência bem menor que a constatada nos jovens rurais.

Diante disso, o autor procura trabalhar na perspectiva de um enfoque etário que, para ele, possui três processos distintos, todavia intercalados. São eles:

- a) o ciclo de vida da pessoa, no qual seriam observados e considerados seus comportamentos e atividades desenvolvidas durante suas etapas de

¹³Todas as citações de Durston (1998) foram traduzidas por mim do original em espanhol.

crescimento;

- b) a evolução cíclica do lugar em que a pessoa vive – esta se refere aos ambientes freqüentados e o significado deles nas etapas de crescimento;
- c) as relações intergeracionais e intrageracionais que surgem, em grande medida, da interação entre o ciclo de vida do filho ou filha e o da evolução do seu lugar de socialização.

A despeito do caráter universalista, essa elaboração metodológica de Durston dialoga com a perspectiva de Arensberg e Kimbal (1968) que trabalharam numa investigação tendo em vista critérios locais de classificação. Ao estudarem três aldeias camponesas na Irlanda, os dois pesquisadores indicam que a definição de jovem está relacionada ao ciclo de vida da pessoa, ao seu local de vida, bem como às relações intra e intergeracionais. Elisa Guaraná de Castro ao analisar o trabalho desses autores observa que, *a priori*, o caráter

[...] apontado pelos autores como definidor desses grupos seria a idade, associado a momentos específicos de suas vidas. Assim, eram jovens aqueles que já haviam saído da escola e passado pela crisma, momento em que os filhos assumiam parte das tarefas do pai e as filhas assumiam algumas tarefas da mãe, o que tendia ocorrer por volta dos 15 anos. [...] Outro fator definidor de ser jovem era ser solteiro, o que pode ser observado na população que freqüentava os espaços considerados jovens. Mas, [...] essas duas características nem sempre estavam presentes na definição de jovem (CASTRO, 2004, p. 284).

Considerando o ciclo de vida da pessoa, a evolução cíclica do seu local de vida, bem como as relações intrageracionais – elementos presentes no enfoque etário de John Durston – vejamos o depoimento de um camponês considerado “velho” - entrevistado por Arensberg e Kimbal – sobre a possibilidade de os jovens freqüentarem os lugares freqüentados pelos velhos.

Não seria apropriado (para os jovens virem). Eles se juntam na casa de Jack Roche e riem, contam piadas e jogam cartas. Eles falam sobre o próximo jogo e a próxima dança, que é tudo que conhecem. É muita bobagem. Só os homens velhos, os homens com família e que carregam responsabilidades são os que vêm... Nós temos discussões verdadeiras em que resolvemos problemas. Em outros momentos discutimos produção. Não seria adequado para os homens mais jovens virem, mas quando nós envelhecermos e eles casarem, aí se reunirão e conversarão sobre isso e aquilo. É assim que tem sido sempre e é assim que sempre será (depoimento de um camponês a Arensberg e Kimbal, apud Castro, 2004, p. 286).

Por esse depoimento vê-se a importância de se considerar o ciclo de vida dos agentes sociais e a dinâmica do seu local de vida que, se não determinam, influenciam sobremaneira as autoclassificações e as classificações atribuídas aos agentes no seu cotidiano social. Além disso, nas perspectivas de Durston (1998), Arensberg e Kimbal (1969), mais do que a idade cronológica do indivíduo, relevante é a seqüência das etapas no ciclo normal de vida. Esta seqüência variaria de acordo com as pessoas, ou gênero. Há casos em que algumas fases não se realizariam. Vejamos as fases e seu caráter sociológico sugerido por Durston.

- a) etapa da infância – *em alguns casos esta não há, ou há conjugada ao trabalho;*
- b) etapa juvenil – fase escolar, fase de ajudante do pai ou da mãe em suas tarefas, fase de parcial independência econômica, fase de recém casado, fase de pais jovens de filhos menores;
- c) etapa adulta – fase dos pais com força de trabalho familiar infantil; com força de trabalho adolescente; fase dos chefes de um lugar estendido; fase de crescente perda de controle sobre os filhos; fase de doação ou concessão da herança antecipada da terra; fase de anciãos dependentes.

Sobre o lugar onde a pessoa vive e a etapa da infância no meio rural é interessante observar o caso dos filhos dos migrantes, sobretudo, os temporários¹⁴.

¹⁴MARTINS, José de Souza. **Não há terra para plantar nesse verão**. Petrópolis: Vozes, 1986. Nesse livro

Enquanto seus pais desenvolvem atividades no local de destino, os filhos “maiores” cuidam dos filhos “menores”, da casa, de animais de pequeno e médio porte, bem como de atividades agropecuárias como plantar, colher, capinar e ordenhar. Todavia, não são considerados como adultos. Em geral, são chamados de “os meninos”. Quando querem diferenciar-lhes pelo ciclo de vida, chamam de “os meninos mais novos” e “os meninos mais velhos”. Pude observar isso durante as visitas que fiz às famílias de migrantes no Vale do Jequitinhonha-MG, às famílias de migrantes pendulares nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre em Araraquara-SP. Ademais, diversos trabalhos, como os de Maria B. Heredia (1979) e Afrânio R. Garcia Jr. (1989), trazem – detalhadamente – essa questão.

É quando os pais passam a experimentar sua etapa adulta e os filhos a sua etapa de adolescente que os conflitos em torno dos projetos individuais e coletivos da família começam a se acentuar. Nessa perspectiva um elemento que se destacaria seria a realização de projetos individuais como característica forte do jovem em busca de sua autonomia financeira.

Todavia, a realização desses projetos está fortemente condicionada aos objetivos e lugar paterno que, por sua vez, conta com a força de trabalho dos jovens em vigor para impulsionar os projetos da família, isto é, coletivos. Assim, a juventude – como uma fase da vida – pode ser percebida como um processo de forte tensão. Pois, entre os projetos individuais e coletivos os pais contam com o trabalho dos filhos para minorar ou fugir da pobreza. Os filhos, por sua vez, querem dinamizar seus projetos individuais tendo no seu horizonte de possibilidades a simples saída da casa

o autor procura esclarecer teoricamente o significado de diversos tipos de migração envolvendo, entre outros agentes sociais, um número significativo de pequenos agricultores de diversas regiões do Brasil. Martins observa que é difícil definir, teoricamente, as migrações, dada a sua complexidade. A migração sazonal, por exemplo, pode ser entendida também como temporária de acordo com o ciclo de lavouras como cana, laranja, algodão, etc. para onde se dirigem trabalhadores migrantes. Este movimento de ida e vinda acompanhando o ciclo das lavouras também pode sugerir a idéia de pêndulo. Entretanto, como é longo o período de tempo decorrido entre a ida e a volta dos trabalhadores, essa migração foi classificada como sazonal ou temporária. No caso da migração pendular, esta também pode ser entendida como sazonal devido o seu caráter temporário. Todavia, a idéia de pêndulo pode sugerir um tempo bem menor entre a ida e volta dos trabalhadores dos seus locais de serviço.

paterna para estudar, trabalhar ou constituir novas famílias, em suma, fazer a transição para a vida adulta.

O desejo dos pais de escapar da pobreza com a ajuda dos filhos já crescidos faz parte das estratégias de produção e reprodução social dos agricultores de base familiar. Trata-se de um consenso na organização coletiva do trabalho entre pais e filhos, isto é, uma estratégia comum de produção. Sobre a estratégia comum entre os membros do grupo familiar, Durston observa que ela se constitui como

[...] o resultado de uma interação e uma transação entre os interesses divergentes. Esta exige aporte de todos os membros. Esta estratégia não é exclusiva da família rural. Em muitos países, mais da metade dos jovens em áreas urbanas trabalham fora em atividades não-agrícolas e canalizam parte de suas rendas para despesas do grupo doméstico. Assim, esse imperativo cultural opera tanto no campo, quanto na cidade. A diferença essencial é que no campo essa renda pode ser também canalizada para a produção e não apenas para o consumo (DURSTON, 1998, p.10),

como na maioria dos casos ocorre na cidade. Entre os agricultores familiares, esse imperativo cultural constitui-se na fusão entre a unidade de consumo (doméstica) e a unidade de produção, ainda que elas possam ser dissociáveis para fins analíticos¹⁵.

Diante do que foi exposto, na perspectiva antropológica de John Durston, além do caráter etário, do ciclo de vida da pessoa, do ciclo de evolução do seu local de socialização, um elemento a destacar na concepção de juventude é a forte tensão na escolha entre os projetos individuais e coletivos no âmbito familiar. A opção por projetos individuais ou alternativas de vida na cidade pode representar para os jovens uma saída diante das inseguranças inerentes à atividade agrícola. Como essa problemática é característica da tensão entre os projetos individuais e coletivos se coloca não apenas para jovens de uma região ou país, mas diversos países, Durston leva em conta na sua perspectiva conceitual e metodológica aspectos universais como

¹⁵Para uma análise mais detalhada sobre as relações entre a unidade de consumo e a unidade de produção, cf. HEREDIA, Maria Beatriz Alásia de. (1979).

o enfoque etário e as características sociais de suas etapas de vida.

No âmbito da sociologia a elaboração do conceito de jovem não é menos simples, e há uma tendência de se considerar fatores de natureza universal. Isso, na perspectiva antropológica de Elisa Guaraná (2005) pode implicar no risco de tomar o jovem como uma categoria social homogênea.

Todavia, entre os sociólogos que se debruçaram sobre o tema da juventude, há algumas correntes, como a culturalista, e a classista que, embora utilizem critérios de natureza universal se resguardam de compreender a juventude como uma categoria social homogênea. A idéia, como na perspectiva dos historiadores Levi e Schmitt (1999), é de que há várias juventudes seja no plano cultural, seja no plano das classes sociais.

Além das perspectivas culturalista e da classe social, outra corrente de pensamento sociológico que explora a questão da juventude é a geracional. Embora existam alguns pontos comuns entre essa corrente e as duas primeiras, difere-as o modo como compreendem e analisam a juventude. Enquanto as correntes classista e culturalista adotam o princípio de que há várias juventudes, a corrente geracional aborda a juventude como uma categoria homogênea (Pais, 2003).

Considerando a dinâmica dessa fase biológica e seus distintos aspectos culturais, na definição sociológica da categoria jovem são destacados comportamentos e responsabilidades típicas desses agentes sociais como atores que se encontram em fase de elaboração ou mesmo execução de projetos individuais; que ainda não assumiram responsabilidades sociais como constituição de uma unidade familiar autônoma; que experimentam potenciais conflitos com as gerações mais velhas – a começar pelos pais – e diferenciações inter e intrageracionais, tal como apontam pesquisadores da corrente geracional, como Karl Mannheim (1983). Ademais, procura-se investigar a tendência dos jovens questionarem e resistirem aos processos de socialização lhes impostos, como observou Helena Abramo (1993).

Desse modo, na perspectiva sociológica de critérios universais a abordagem não é – necessariamente – linear, tampouco concebe a juventude como uma fase genuinamente transitória ou que tenha como elemento fundante a idade biológica dos agentes sociais. Ao contrário, parte-se da idéia de que juventude e velhice são categorias socialmente construídas e são objetos de disputa social (Bourdieu, 1982). Portanto, são passíveis de transformação no tempo e no espaço históricos.

Assim se constituindo, a compreensão sobre as juventudes passa pela reflexão de três categorias chaves na chamada sociologia da juventude, quais sejam: *classe social*, *geração* e *culturas juvenis*. É a partir dessas três chaves analíticas que Marialice Mencarini Foracchi (1972), Pierre Bourdieu (1982), Karl Mannheim (1983), Paul Willis (1991), José Machado Pais (2003) – ancorados em diferentes perspectivas – abordaram o tema da juventude.

Para Bourdieu, a chave da geração sugere que os jovens constituam uma faixa homogênea da população e deixa latente as diferenças de classe. Já a chave da classe social – na qual trabalha o autor – sugere que se tenha cuidados com os abusos de linguagem, diferenças culturais e socioeconômicas. Desse modo, Bourdieu destaca a necessidade de

[...] pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes. [...] Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc. dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade econômica familiar do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com moradia e alimentos a preços baixos, entradas para teatro e cinema a preços reduzidos, etc. [...] Dito de outra maneira, é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito universos sociais que praticamente não possuem nada em comum (BOURDIEU, 1983, p. 113-4).

Na perspectiva da classe social, a idéia é que nem todos os jovens, embora pertençam a uma mesma geração, tenham aspirações e comportamentos

semelhantes. A classe social a que pertence o jovem influenciaria muito nas suas condições de vida, no seu jeito de vestir, falar, facilitar seu acesso à educação, à uma profissão de maior *status* e prestígio social. No limite, poderia influenciar nas suas opções políticas e ideológicas contribuindo para formar diversas juventudes no mesmo espaço social e tempo histórico. No entanto, essas juventudes seriam portadoras das características da classe social a qual pertencem. Portanto, a formação das diversas juventudes seria também expressão da reprodução das estruturas sociais de classe.

Para o culturalista britânico Paul Willis (1991), a transição dos jovens para a vida adulta seria sempre marcada por desigualdades sociais. Nesse contexto os jovens desenvolvem diferentes manifestações culturais, como a forma de vestir, falar, andar, gosto musical, etc. Mas, todas essas manifestações se constituiriam como “culturas juvenis” e teriam uma linguagem própria e seriam formas de resistência às manifestações culturais das classes burguesas; poderiam ser também formas de resistência às manifestações culturais das classes trabalhadoras; resistência à ordem institucional vigente. Acresce observar que essas manifestações seriam também caracterizadas de acordo com o lugar social e condições materiais de vida dos jovens.

Seguindo a trilha de Paul Willis, José Machado Pais observa que

O cabelo “à *punk*”, os “lábios pintados de roxo”, os “medalhões” ou os “remendos nas calças”, seriam nessa ordem de idéias, sinais de “cultura juvenil” utilizados para desafiar os “consensos dominantes”, isto é, a ideologia dominante das classes dominantes. As *distinções simbólicas* entre os jovens (diferenças de vestuário, hábitos lingüísticos, práticas de consumo, etc.) são sempre vistas como diferenças interclassistas e raramente como diferenças intraclassistas (PAIS, 2003, p.62).

Desse modo, as culturas juvenis (culturas de classe) teriam sempre um significado “político”. Os rituais dessas culturas acabariam sempre por manifestar uma capacidade de resistência, ganhando e criando espaços culturais (PAIS, 2003). Desse modo, no processo de formação de novas juventudes haveria um determinismo

sociocultural vinculado à estrutura de classes na sociedade, o que não impede a formação das culturas juvenis que se expressem como forma de resistência. Todavia, cada uma delas se reportando à sua classe social de origem. Os jovens operários elaborariam manifestações culturais que expressariam sua identidade e se constituiriam também como canais de resistência às culturas burguesas. Por seu turno os jovens burgueses também poderiam ter comportamentos de resistência às expressões culturais dos jovens operários.

Já a chave da geração, a despeito de não dar conta das diferenças de classe entre os jovens, lança luz sobre o tema do conflito entre gerações, isto é, entre velhos e jovens independentemente de qual classe social pertençam. Na perspectiva geracional, seja nas classes burguesas ou nas classes trabalhadoras, os jovens procuram logo se tornar autônomos, independentes financeira e moralmente de seus pais, pois almejam para si as posições de chefe que os pais ocupam no núcleo familiar – caso dos agricultores - ou nas suas empresas – caso das classes burguesas. Os agentes sociais considerados como “velhos”, por sua vez, tanto numa, quanto noutra classe relutam em transferir de imediato ou integralmente as posições de comando do núcleo familiar ou empresa para os filhos . Assim, a tensão está instaurada. Além da perda ou ganho das posições de comando, estão em jogo a sensação de declínio ou ascensão social.

Decorre daí também um outro aspecto: a idéia de que juventude e velhice - mais do que meros dados biológicos - são, antes de tudo, criação e objeto de disputa social. Convém salientar que essa concepção é consenso entre as correntes geracional e classista, pois constataam esse problema entre gerações diferentes. É assim que Bourdieu - ancorado na perspectiva das classes sociais - procurou destacar essa relação intergeracional na disputa pela juventude ou pela condição de adulto nos casos em que uma ou outra fosse benevolente aos interessados. O autor observa que “a Juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os

jovens e os velhos” (BOURDIEU, 1983), pois

do mesmo modo que os velhos têm interesse em manter os jovens em sua “juventude”, os jovens têm interesse de remeter os velhos à sua velhice (BOURDIEU, 1983, p. 120).

Nessa perspectiva, para muitos “velhos”, a juventude seria entendida como fase de não maturidade, não aptidão para responsabilidades sociais. Já para muitos jovens, a velhice seria entendida como fase em que os sujeitos não conseguem mais corresponder ou reagir satisfatoriamente aos novos impulsos, reconfigurações e valores na dinâmica das relações sociais.

No que se refere à corrente geracional, no sub tópico “O método”, em linhas gerais, aponte que esta analisa a juventude como uma categoria homogênea e que Karl Mannheim é um de seus poucos autores que procuram evitar o caráter homogeneizante em suas abordagens. É relevante detalhar as reflexões de Mannheim sobre a juventude. Para ele, a chave da geração não pode conceber os jovens como um todo homogêneo, pois o pertencimento a uma geração não significa, necessariamente, partilhar dela as idéias, as aspirações e ações. Assim como há diferenças entre jovens de classes sociais distintas, também o há entre jovens de uma mesma geração a partir da forma como interpretam e experimentam sua vida social. A idéia central é que, embora existam vínculos culturais entre os membros de uma geração, não decorre daí que eles constituam um grupo social concreto, como o simples pertencimento de um indivíduo a uma classe social não implica – necessariamente – que ele tenha consciência de classe.

Nesse sentido, há um nexos analítico entre *geração* e *classe* que se fundamenta na idéia de que

[...] a posição de classe baseia-se na existência de uma estrutura econômica e de poder em transformação na sociedade. A situação de

geração está baseada na existência de um ritmo biológico na vida humana – fatores de vida e de morte. Os indivíduos que pertencem a uma mesma geração são dotados de uma situação comum na dimensão histórica do processo social. O problema sociológico das gerações, portanto, começa nesse ponto onde é descoberta a relevância sociológica dos fatores biológicos” (MANNHEIM, 1982, p. 71-2).

Mannheim afasta-se de Bourdieu no que concerne ao nexó analítico entre classe e geração, por um lado, por outro, os dois sociólogos se aproximam no que se refere à percepção dos fatores biológicos. Estes não são fundantes na definição de jovem, tampouco o são na definição de geração. Entretanto, a percepção social desses fatores está intrinsecamente ligada aos jogos de interesse e disputas travadas entre uma geração e outra, entre jovens e velhos. Daí a relevância sociológica dos fatores biológicos apontada por Mannheim.

O autor observa também que no âmbito da geração podem ocorrer três aspectos distintos, quais sejam:

- a) *situação de geração*;
- b) *geração real* e
- c) *unidades de geração*.

Cada um desses aspectos corresponde a uma forma diferente de percepção e experimentação individual ou coletiva da realidade social.

Pertencer a uma geração não implica que se comungue as mesmas idéias e/ou a mesma *práxis* que os demais membros a ela pertencentes. Para Mannheim (1982), isso configuraria uma *situação de geração*. Ou seja, tal qual os membros de uma classe social sem o sentimento de consciência de classe, os indivíduos estariam dentro de uma mesma comunidade histórica e cultural, mas não orquestrariam – necessariamente e automaticamente – suas potencialidades coletivas para usufruir vantagens e privilégios inerentes a uma geração na experimentação de processos sociais.

No que se refere à *geração real*, esta se configura a partir da

[...] criação de um vínculo concreto entre os membros de uma geração, através da exposição deles aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de desestabilização dinâmica (MANNHEIM, 1982, p. 86).

Nesse caso, todos os membros experimentam e reagem, em comum, à dinâmica intelectual e cultural do processo histórico inerente à comunidade ou sociedade a qual pertencem. Esse é o ponto fundamental que os difere dos indivíduos em mera *situação de geração*, na qual não há experimentação e reação comum ao processo histórico.

Por último, as *unidades de geração*. Sua distinção da *situação de geração* e da *geração real* é que as unidades de geração têm como característica o

[...] fato de que não envolvem apenas a livre participação de vários indivíduos em um padrão de acontecimentos partilhados igualmente por todos (embora interpretado diferentemente por indivíduos diferentes), mas também uma identidade de reações, uma certa afinidade no modo pelo qual todos se relacionam com suas experiências comuns e são formados por elas (MANNHEIM, 1982, p. 89).

Um exemplo disso seriam os diversos grupos de jovens que se formam, como gangues, jovens ligados à diversas manifestações religiosas, grupos ligados a partidos políticos, etc. Assim, a constituição da *unidade de geração* não exclui, mas está para além da experimentação intelectual e cultural – de modo semelhante – do processo histórico na mesma comunidade (*geração real*).

Mais do que isso, indivíduos há que teriam discordância ou afinidade de percepção e relação com esse processo. Exatamente os indivíduos com afinidade de percepção ou reação são os que tenderiam a formar grupos constituindo as *unidades de geração*. Estas, por sua vez, podem ser várias, diferenciadas e antagônicas dentro de uma geração real. Tendem ainda a formar vínculos muito mais concretos e constringentes sobre seus membros devido à estreiteza de suas percepções e reações

frente ao processo histórico.

Entre outras coisas, isso implica menos na centralidade em um recorte etário e na homogeneização sobre a definição de jovem e mais na eleição de uma gama altamente complexa de fatores para a compreensão da juventude como categoria social e categoria sociológica. É assim que uma unidade de geração pode ser constituída tanto por pessoas biologicamente jovens e/ou velhas. O que define sociologicamente sua juventude ou velhice é a forma como se percebem, são percebidos e transformam a realidade social.

Durante o trabalho de campo pude perceber comportamentos e expressões que apontavam para a importância de refletir sobre a juventude a partir da chave analítica da classe social, mas também a partir da chave analítica da geração. Vejamos alguns depoimentos.

[...] Tem dois, três anos que eu casei, mas não deixei de participar das reuniões do grupo de jovens. Meu marido também participa e a gente leva nossos dois filhos. [...] O pessoal do grupo não estranha, eles até gostam que a gente participa e ajuda a discutir os problemas dos jovens aqui no assentamento. Só quem não gosta que a gente participa são os nossos pais. No dizer deles, porque a gente não tem mais idade para isso. Só que a gente foi criado nesse meio e também se sente jovem e os jovens do grupo gostam que a gente vai lá. [...] A gente ajuda a organizar o grupo de música, a festa de São João e outras brincadeiras que a gente faz aqui de vez em quando. Agora, nessas festas que a gente faz aqui vem todo mundo, jovem, menino, adulto, velho tudo vem aqui e brinca. Só que na hora de organizar é mais a gente mesmo e de vez em quando vem uns dos adultos. Mas, eu e meu marido, oh, é só falar assim: tem encontro dos jovens hoje de noite ou então, domingo à tarde, e a gente vem. A gente se sente jovem (Maria de Lourdes, 28 anos, casada, dois filhos, 8ª série, assentamento Monte Alegre¹⁶).

¹⁶Para preservar a identidade dos meus entrevistados e a pedido de alguns deles, atribui-lhes nomes fictícios. Procurei também editar os depoimentos com o cuidado de preservar todo o seu conteúdo. Restringi a correção, basicamente, aos pronomes e concordância verbal.

A auto percepção de M. Lourdes como jovem não é aceita pelos pais que, no caso, tomam o critério etário e a condição de casado ou solteiro para definir a condição de jovem. No entanto, M. Lourdes tem 28 anos, está casada e, tanto ela, quanto seu marido se percebem como jovens contrariando a percepção de seu pai. Ademais, a percepção de M. Lourdes e seu marido sobre si mesmos como jovens é respaldada pelos membros do grupo de jovens que não adotam como critério o casamento ou a idade, mas a sociabilidade do casal no interior do grupo.

Entre outras coisas, isso indica que a percepção e transformação podem ser expressas e sentidas de diversos e até mesmo antagônicos modos, o que *à priori* contribui para a constituição de unidades de geração dentro da geração real. Os próximos dois depoimentos dão uma dimensão da diversidade de percepções e comportamentos entre jovens que freqüentam os mesmos espaços, como os jovens do assentamento e os do bairro rural.

Aqui tem os jovens que gostam do teatro, tem os que gostam da música, tem os que vão nas reuniões da igreja e todo mundo aqui dá certo com todo mundo. Não tem encrência e nem assim, vamos dizer, disputa, sabe? A única coisa que está começando a mudar é que está tendo aí esse pessoal que planta cana e vende para as usinas. Aí os jovens que também estão fazendo isso estão deixando de vir nas reuniões, porque o povo começou a falar demais contra a cana. Aí eles botaram a posição deles né, de falar que eles não tem dinheiro, que o governo não ajuda a agricultura familiar e que é por isso que eles têm que plantar cana para poder arranjar o dinheiro de comprar comida. Mas não teve jeito não. Deu divisão mesmo. Aí ficaram dois grupos aqui. O grupo que é contra a cana e o grupo que planta cana. Aí os jovens que é desse grupo que planta cana não estão mais vindo na reunião. Mas, ninguém expulsou eles daqui. Acho que foram eles mesmos que sentiram que não dava para ficar junto. [...] A gente se encontra aí e conversa, mas eles não vêm mais na reunião não (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Tem jovem que é de família rica né. Não precisa trabalhar. Esse não

fica, assim, vamos dizer como a gente.

J.C.A.Pereira: ____ O que é “não ficar assim como a gente”?

M. Lourdes: ____ *Ah, eles não trabalham na lavoura. Andam de bota e de chapéu. Mas, é só para mostrar. Se você mandar ele tirar leite ou capinar, ele não sabe fazer o serviço ou então não agüenta meio dia de trabalho (Maria de Lourdes, 28 anos, casada, dois filhos, 8ª série, assentamento Monte Alegre).*

Aqui no bairro tem poucos jovens. A maioria do pessoal mais novo daqui – assim como eu – foi para a cidade. Foi estudar ou então trabalhar. Eu também estudo lá (na cidade), mas volto para cá e ajudo meus pais no serviço. Eles não agüentam sozinhos. Mas, a verdade é que mexer com lavoura não atrai os jovens, porque é um negócio pouco valorizado. A grana que você consegue é muito curta. Até nos assentamentos você vai ver que trabalhando mesmo são poucos jovens. Os caras que têm idade mais ou menos igual a minha caem foram (Lucas, 20 anos, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

Os depoimentos são muito ricos para ilustrar as diferentes possibilidades de percepção e formação de grupos de jovens a partir da forma como experimentam seu cotidiano objetivo. Samanta revela em seu depoimento os diferentes gostos artísticos e opções religiosas dos jovens no assentamento e chama a atenção para o fato de que essa diversidade não atrapalha o convívio dos jovens nesse espaço. Todavia, os jovens membros das famílias que cultivam cana-de-açúcar no assentamento para fornecer às usinas de açúcar e álcool da região preferiram se afastar do grupo mesmo que este não os tenha reprimido, ou os isolado pelo fato de suas famílias fornecerem cana às usinas.

Nesse caso, não se pode afirmar que os jovens assentados pertençam às classes sociais diferentes e explicar por aí a divisão do grupo. Mas, também não se pode dizer que o grupo – caracterizado por serem todos os seus membros da mesma geração e do mesmo espaço social – seja homogêneo. Alguns de seus membros percebem e

reagem aos problemas da agricultura familiar, como a falta de financiamentos, de modo diferente de outros membros do grupo. Ao perceberem as divergências na forma de reação à carência de créditos para a agricultura familiar, os jovens - cujas famílias plantam cana de açúcar para aumentar sua renda mensal - se afastaram dos outros jovens, cujas famílias não plantam cana-de-açúcar para fornecer às usinas. Instaurou-se, então, uma cisão no grupo de jovens. Ela não implicou em um fim do diálogo entre os jovens como expressou Samanta: *"A gente se encontra aí e conversa, mas eles não vêm mais na reunião não"*. Todavia, essa cisão pode ser caracterizada como um conflito.

Este fato pode ser uma ilustração precisa para se considerar a importância das unidades de geração, bem como evitar as possíveis armadilhas que a perspectiva da classe social pode apresentar. No caso dos jovens assentados, o fato de eles terem uma condição social semelhante não implicou em uma reação homogênea às problemáticas de sua realidade objetiva, no caso, as dificuldades enfrentadas na agricultura familiar.

Ademais, pode-se dizer que os vínculos heterogêneos com a terra entre os jovens do assentamento e os do bairro rural parecem não implicar em uma percepção diferente sobre as questões políticas e sociais que envolvem a agricultura familiar. Há uma concepção comum de que a agricultura familiar é desvalorizada e que precisa de mais apoio político. No entanto, os modos como eles reagem a essa percepção são diferentes.

Procurando superar problemas políticos e sociais na agricultura familiar algumas famílias e seus jovens se vinculam como fornecedores de cana às usinas de açúcar e álcool. Já outras famílias e jovens procuram resolver os problemas se assalariando em tempo integral ou parcial na cidade, ou ainda desenvolvendo atividades não-agrícolas concomitante às agrícolas no bairro rural, ou no assentamento. Elas preferem se assalariar, mas não estabelecer vínculos com as usinas de açúcar e álcool.

Reações diferentes às percepções comuns permitem dizer que os jovens

formam unidades de geração dentro de uma geração real. Mas, os depoimentos apontam ainda para outro aspecto, a questão cultural. O depoimento de M. Lourdes sobre os jovens que usam bota e chapéu, mas não sabem e não agüentam o trabalho no campo evidencia que a chave analítica da geração, de fato, apresenta espaço para armadilhas e equívocos. O fato de alguém se apresentar esteticamente (“*andar de bota e de chapéu*”) como um trabalhador rural, ou como alguém que vive no campo não significa que ele conheça e saiba desenvolver atividades agropecuárias, ou que viva no campo. Nesse caso, seria mais adequado à análise sociológica considerar a perspectiva culturalista que prioriza não apenas as formas como os jovens se apresentam, mas sua representação objetiva do mundo, isto é, suas ações cotidianas.

Nessa perspectiva, a reflexão e elaboração de um conceito sobre juventude a partir da categoria geração podem conduzir a uma homogeneização dos jovens enquanto grupo social, mas, os conflitos e as formas como eles são experimentados pelos jovens no cotidiano revelam a heterogeneidade da juventude seja no âmbito das classes sociais, seja no das unidades de gerações. O caráter fundante dos conflitos é menos geracional e mais sociocultural. Embora este último seja mais expressivo que o primeiro, não chega – todavia – a anulá-lo. Isso implica observar que a problemática vivenciada pelos jovens tem um duplo caráter, geracional e sociocultural. Se tomarmos os jovens, ou a geração como sinônimos dos problemas, adotaremos uma perspectiva pragmática e funcionalista que não permitiria a flexibilidade necessária para compreender a percepção e noção de juventude caracterizada tanto por aspectos geracionais, culturais e classistas.

Os jovens podem se apresentar como agentes investidos de diferentes estilos de percepção e interação social, e podem fazê-lo individualmente ou coletivamente em diversos e antagônicos grupos, sendo que a *unidade de geração* é a expressão máxima dessa diversificação que pode ser bem apreendida a partir de uma análise baseada na perspectiva de classe, nos problemas de caráter social, bem como na expressão de

“culturas juvenis”.

Essas culturas são elaboradas e reelaboradas no cotidiano dos jovens através de suas relações entre si e com outros agentes sociais possibilitando sociabilidades e socializações entre eles (Pais, 2003).

Evidentemente que ao tomar a classe e as culturas juvenis como perspectivas analíticas a partir de critérios universais, alguns elementos específicos a cada sociedade ou comunidade ficam sob o risco de passarem “invisíveis” na reflexão, o que pode torná-la lacunosa no seu caráter *lato*. Nesse sentido, seguramente, ela não pode ser pretensiosa da explicação absoluta da realidade, tampouco estabelecer critérios cristalizados, definitivos para a elaboração e compreensão de categorias sociológicas, pois o processo histórico e seus agentes sociais são dinâmicos. A escolha dos critérios deve ser rigorosa e não os conceitos em si devem ser cristalizados. Eles podem mudar seu corolário e sabor de acordo com o estado da arte política e cultural cotidiana dos agentes sociais envolvidos.

Nesse sentido,

[...] há que distinguir os “*universos simbólicos*” que os jovens utilizam – quais nortes de orientação e bússola cognitiva – para desenvolverem as suas ações dos *referenciais simbólicos* que a sociologia capta como instrumentos interpretativos ou explicativos. Os primeiros podem ser definidos como princípios cognitivos, tácitos ou explícitos, que os indivíduos utilizam no seu dia-a-dia e que dão sentido à sua vida quotidiana; os segundos são também princípios cognitivos, mas de um nível diferente – que as ciências sociais utilizam e que dão também sentido (sociológico, antropológico) às interpretações que a propósito da realidade produzem (PAIS, 2003, p.77).

Ademais, cabe considerar que a eleição de critérios específicos, dado a sua natureza singular, permite uma compreensão profunda de uma realidade específica, mas, tornaria praticamente impossível elaborar uma visão de conjunto – ainda que lacunosa – das juventudes enquanto fenômeno socialmente criado e politicamente disputado. Um modo de escapar às armadilhas de um e de outro critério seria

averiguar se há conexões entre situações em diversos locais e agentes. A partir daí, procurar trabalhar os diversos elementos passíveis de conexão, a fim de poder observá-los como componentes de um conjunto. Obviamente sem ter a pretensão de explicar tudo. Acabaria explicando nada.

2.2 – Os Problemas Sociais da Juventude

É consenso entre pesquisadores das ciências sociais que os jovens formavam - até recentemente - à exceção dos estudantes universitários - uma categoria pouco perceptível como questão social. Essa percepção parcial também se estendia ao plano dos arranjos institucionais, até pouco tempo, escassos para esses agentes sociais.

Embora seja recente a mensuração estatística sobre problemas como desemprego e defasagem educacional para os jovens, eles não são um produto apenas do presente, mas também o são de sua lacuna histórica como questão social.

Fato emblemático disso é o desemprego¹⁷ estrutural e a defasagem educacional que atingem os jovens de classe média e, sobretudo, os das classes trabalhadoras, entre eles os rurais. Numa população de 33,85 milhões de jovens entre 15 e 24 anos no Brasil, 19% não trabalhava nem estudava em 2003. Quando se faz o recorte para os negros e as mulheres jovens, esse percentual sobe para 21% e 26%, respectivamente (IBGE, 2003 [Pnad, 2003]; IPEA, 2005). Ainda outra pesquisa (Perfil da juventude brasileira) - encomendada pelo Instituto Cidadania, Instituto de Hospitalidade e Sebrae - revela que entre novembro e dezembro de 2003, 32% dos jovens entre 15 e 24 anos já tinham trabalhado, mas estavam desempregados e

¹⁷Mostrarei mais adiante que o trabalho - especialmente o trabalho remunerado típico da sociedade capitalista - é um dos principais fatores que viabilizam a conquista da autonomia e a transição dos jovens para a vida adulta. Nesse sentido, o desemprego estrutural pode ser visto com um dos problemas centrais para os jovens no mundo contemporâneo.

outros 24% nunca tinham trabalhado, mas estavam procurando emprego. Passados três anos, já em 2006, os índices de desemprego entre os jovens não só permaneceram altos, mas também aumentaram em relação a 2003. De acordo com o Dieese, em setembro de 2006, o desemprego entre os jovens era de 31,8%, o que corresponde a quase o triplo do existente entre as pessoas com 25 anos ou mais que é de 12,7%. Além disso, a grande maioria dos jovens não consegue conciliar trabalho e estudo. Cerca de 70,1% dos jovens ocupados, em São Paulo, não estudam. Dilatando o período de comparação, Pochmann (2007) observa que a quantidade de jovens desempregados em 2005 era cerca de 107% superior a de 1995.

Diversos fatores constituem a defasagem de bem estar social para os jovens. Um deles é a dificuldade dos pesquisadores de construírem um conceito que possa dar conta do aspecto subjetivo do estado de ser jovem e do caráter multifacetado das experiências de um ser humano em sua etapa biológica considerada, socialmente, jovem. As dificuldades de esclarecimento sobre essas questões são tais que

[...] proceder à explicação das transformações que têm afetado a juventude quando referida a uma fase da vida, ou seja, quando referida a um processo que se desenvolve num período determinado de tempo, isto é, que se inscreve numa duração, é um dos maiores desafios que se colocam à sociologia (PAIS, 2003, p.37).

Noutros termos: a complexidade que envolve as ações e pensamentos dos jovens enquanto agentes sociais; enquanto membros de um coletivo (família) ao qual são subordinados moral e/ou financeiramente; agentes portadores de enorme potencial de conflito, enfim, enquanto agentes sociais desprovidos de autonomia jurídico-civil em um determinado período de suas vidas formam um obstáculo para a construção de um conceito sociológico que possa explicar esse estado e fase da vida sem o risco de deixar escapar sua constante criatividade e ímpeto de mudanças. Em síntese, os problemas não são apenas de caráter social, mas

também sociológico, na medida em que o próprio pensamento esclarecido teria dificuldades de descobrir, compreender e revelar agentes sociais numa fase especial de suas vidas construídas e percebidas a partir de aspectos socioculturais (Bourdieu, 1983; Abramo, 1993).

Em outra área do conhecimento, a história, mas também nessa perspectiva, alguns pesquisadores observam que

[...] de resto é precisamente sua natureza fugidia que carrega de significados simbólicos, de promessas e de ameaças, de potencialidades e de fragilidades essa construção cultural, a qual, em todas as sociedades é objeto de uma atenção ambígua, ao mesmo tempo cautelosa e plena de expectativas. Com esse olhar cruzado e ambivalente, no qual se misturam atração e desconfiança, as sociedades sempre “construíram” a juventude como um fato social intrinsecamente instável, irredutível à rigidez dos dados demográficos ou jurídicos, ou – melhor ainda – como uma realidade cultural carregada de uma imensidão de valores e de usos simbólicos e não só como um fato social simples, analisável de imediato (LEVI & SCHMITT, 1999, p.8).

Outro fator constitutivo dos problemas sobre os jovens são as disputas e interesses sociais em torno da juventude. Essas disputas e interesses – para além do caráter biológico – fazem com que não apenas uma juventude, mas diversas juventudes sejam socialmente criadas, recriadas, interpretadas e disputadas tanto no âmbito das gerações, quanto das classes sociais e ainda no das “culturas juvenis”. É nesse sentido que seus problemas não são efêmeros, mas desdobramentos de relações sociais no processo histórico. Em seu trabalho sobre “culturas juvenis” em Portugal, José Machado Pais salienta que

[...] a juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo (PAIS, 2003, p. 37).

Convém salientar que, tempo este marcado por disputas e conseqüentemente por declínio social de uns e ascensão de outros. Esse declínio e ascensão se tornam mais explícitos se observarmos as relações de disputas entre jovens e velhos. Pierre Bourdieu – embora este autor tenha sido crítico da corrente geracional – observa que juventude e velhice não se constituem como meros antagonismos, pois não trata-se apenas de pares de oposição. Um fato é que

[...] nem todos os velhos são anti-jovens, mas a velhice também é um declínio social, uma perda de poder social e através deste viés, os velhos têm , no que se refere aos jovens, uma relação que é característica das classes em declínio (BOURDIEU, 1983, p.119).

O que viabiliza – em termos analíticos – um acesso maior aos problemas vividos pelos jovens é a existência de algumas pesquisas que procuram abordar seu caráter rebelde e, sobretudo, mais recentemente, sua predisposição para a formação de grupos diferenciados como “ganges”, “galeras”, movimento estudantil, etc. Exemplos são os excelentes trabalhos de Marialice M. Foracchi (1972), e Helena W. Abramo (1993). Essas pesquisas também indicam a complexidade inerente a uma definição consistente do que é ser jovem. Isto é, dificuldade de cercar conceitualmente atores sociais em fases muito dinâmicas de suas vidas muito mais demarcadas socialmente do que sociologicamente.

Mas, em que pese a abordagem daquelas pesquisas se firmar em torno dos jovens, um fato a destacar é que trata-se de jovens como “categoria geral” – por um lado – cujo conceito deve considerar critérios universais, e, por outro – jovens em situações bastante específicas (estudantes, gangs, tribos , etc), cujo conceito teria que ser mais estreito mas, dialogar com critérios universais na definição de juventude.

No caso de jovens rebeldes, as pesquisas se referem basicamente a jovens vinculados ao movimento estudantil durante o período da ditadura militar, como mostram os trabalhos de Ianni (1968) e Foracchi (1972). No caso das “ganges”,

“galeras” e tribos, tratam-se de jovens que freqüentemente se reúnem para ir a bailes, bares, cinemas, shoppings centers (Frúgoli Jr.,2002). Outros jovens, individualmente ou organizados em grupos que não tenham esses hábitos - até recentemente - ficavam à margem das pesquisas e políticas públicas.

Se existem lacunas nos estudos sobre jovens urbanos, ao volver o olhar para áreas rurais percebe-se que a atenção social, política e sociológica sobre as dinâmicas sociais dos jovens são muito mais recentes.

No Brasil, autores clássicos da sociologia rural como Antônio Candido (1971), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) que abordaram, de forma brilhante, as mudanças e continuidades de manifestações políticas, sociais e culturais de populações tidas como tradicionais (“caipiras”, camponeses, agricultores familiares, etc.) não elegeram o jovem como um agente social privilegiado na análise desses processos. Certamente, os problemas sociais, ou as questões sociológicas do seu tempo eram outras, como a dinâmica sociocultural do campesinato no processo de urbanização e modernização.

Não obstante, uma leitura mais criteriosa de suas pesquisas pode fornecer elementos para a reflexão sobre os jovens, ainda que não fossem os sujeitos centrais nas problemáticas por eles investigadas. Em seu clássico “Parceiros do Rio Bonito”, Antônio Candido – ainda que de modo marginal – indica critérios fundamentais na dissociação entre crianças, jovens e adultos para os caipiras de Bofete-SP. Os elementos centrais nessa dissociação são a autonomia e o trabalho dos indivíduos. Candido indica que,

[...] com efeito, para o caipira o trabalho é o critério principal para determinar a passagem para a vida adulta. Os meninos desde cedo ajudam os pais na faina da lavoura, mas apenas quando apresentam certo vigor físico, aos treze ou quatorze anos, recebem o peso total do serviço do eito. Neste momento estão já homens formados podendo ir sós à vila, embriagar-se, fazer compras por conta própria e daí a pouco considerar a perspectiva de casamento (CANDIDO, 1971, p.250).

Embora essa afirmação seja marginal no âmbito do seu livro e restrita ao universo do caipira paulista, no mundo contemporâneo são importantíssimas as duas questões apontadas por Antônio Candido como marcantes na passagem da juventude para a vida adulta: trabalho e autonomia.

Vale observar que nesse caso o trabalho deve ser entendido para além da formulação de Georg W. F. Hegel no clássico livro "Princípios da filosofia do direito" ([1770-1831], 2000). Isto é, o trabalho como "mediação entre o homem e seu mundo" de diferentes formas, como escambo ou ajuda, e para diversas finalidades. Além dessas, uma característica central do trabalho como principal elemento na transição dos jovens para a vida adulta é a remuneração. Ou seja, o trabalho pago, oferecido ou adquirido como mercadoria, típico da sociedade capitalista que através do salário pago aos trabalhadores possibilita-lhes a aquisição de produtos por eles demandados. Dessa forma, como aponta Karl Marx em "A ideologia alemã" ([1818-1883], 1982) um trabalho que além de assegurar a subsistência do homem se constitui também como a produção de sua própria vida, ou um modo de vida determinado.

No que se refere à autonomia, esta é entendida como o grau em que os indivíduos são independentes, em termos materiais e morais, da tutela de seus pais. Isto é, tornam-se sujeitos capazes de interagirem socialmente produzindo e adquirindo recursos para sua sobrevivência, bem como passam a expressar suas vontades e interesses próprios. Note-se que trata-se de uma autonomia de idéias e ações em relação a um tutor moral e não de uma autonomia, ou independência da vontade em relação a um desejo, ou objeto de desejo material, como é pensada por Kant ([1724-1804], 2006). Para a problemática em análise, a autonomia dos jovens é pensada como independência moral ou material em relação a tutores morais para conseguir objeto de que precisam ou interagir socialmente orientando suas ações a partir de interesses próprios. Assim, as práticas que a revelam podem ser muito diversificadas como a liberdade para expressar opiniões próprias; produzir, comprar e

vender produtos; constituir novas unidades familiares autônomas sem, obrigatoriamente, consultar os pais.

Os dois fatores – trabalho e autonomia - estão na base de transição para a vida adulta entre os jovens contemporâneos e, em muitos casos, chegam mesmo a determinar condições de transição retardando ou antecipando-a independentemente da classe social a que pertença o jovem.

De acordo com o exposto até aqui, o trabalho e a autonomia parecem, de fato, se constituírem como elementos principais na definição e percepção de e sobre quem é jovem e também como questões principais no seu processo de transição para a vida adulta no mundo contemporâneo.

Também Pierre Bourdieu apontou para a pertinência do trabalho como elemento central na concepção social sobre quem é jovem e também na percepção dos próprios jovens sobre si mesmos. O autor demonstra conhecer

[...] o caso do filho do mineiro que quer trabalhar na mina o mais rápido possível, porque isso representa a entrada no mundo dos adultos. (Ainda hoje, uma das razões pelas quais os adolescentes das classes populares querem abandonar a escola e começar a trabalhar muito cedo, é o desejo de aceder o mais rapidamente possível ao estatuto de adulto e as capacidades econômicas que lhe são associadas: ter dinheiro é muito importante para se afirmar em relação aos colegas; pra sair com os colegas e as meninas; portanto, para ser reconhecido e se reconhecer como "homem") (BOURDIEU, 1983, p. 115).

A possibilidade de conquista da autonomia mediante desenvolvimento de um trabalho remunerado parece despertar mais o interesse dos jovens e legitimar sua independência junto aos pais.

Nessa pesquisa, a despeito do recorte geográfico - um bairro rural e um assentamento rural no município de Araraquara-SP - também constatee a preocupação de pais e jovens acerca daqueles elementos para a conquista da autonomia e do *status* de "adulto" dos filhos. Os depoimentos que se seguem ilustram essa constatação.

Eu trabalho e estudo. Também estudo. O estudo é bom e a gente fica sabendo das coisas. Ajuda até arranjar emprego, porque é preciso ter leitura. Mas, só que acho que o que manda hoje é o dinheiro não é?! Se eu não trabalhar para ter o dinheiro, vou ficar sempre dependendo dos meus pais. Aí nunca que eu vou poder fazer o que quero. Eu acho que a escola prepara a gente para o mundo, pra vida. Mas, aí, pra viver bem, aí a gente tem que trabalhar [...]. Eu moro com meus pais, mas sou independente deles, porque eu trabalho e eles não precisam comprar nada para mim. Eles também não falam que é para eu fazer isso e aquilo outro, mas é eu mesmo que compro umas coisas lá para casa. Acho que eles mesmos já vêem que a gente é uma pessoa de responsabilidade, que já está trabalhando. Então, não precisa ficar em cima, dando ordem, mandando fazer as coisas. Agora, só que antes de eu trabalhar não tinha isso não. Eles mandavam e eu tinha que fazer de tudo sabe?! (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

Antes de eu trabalhar, vivia pedindo dinheiro a meu pai e minha mãe. Quase sempre não ganhava, porque eles não tinham, não podiam me dar. E eu também tinha que obedecer a eles. Eu não podia sair muito e nem fazer o que eu queria. Antes tinha que falar, perguntar se podia. Mas, quando eu comecei a trabalhar e ajudar eles dentro de casa, aí eu já comecei a sair também e eles não reclamavam. Fazia minhas coisas sem perguntar se podia ou não. [...] Às vezes quero comprar uma vaca. Não preciso perguntar se pode ou não. Compro e boto aí no sítio. Só na hora de plantar alguma coisa, aí converso com pai e mãe. Pergunto onde eles vão botar roça pra eu não colocar a minha no lugar deles. Eu trabalho, ajudo lá em casa e faço as minhas coisas sem ter que pedir aos meus pais (Sandro, 22 anos, 1º grau completo, solteiro, bairro rural Cabeceira do Boi).

Eu, desde a idade de 12 anos que eu trabalho. Quando eu fiz 13 anos, me lembro como se fosse hoje, meu pai me deu o indulto¹⁸. Mas, é como eu te falei, eu já trabalhava. Então, era como se fosse assim, ele viu que eu já era responsável. Que eu podia me virar sozinho. [...] O jovem de hoje, a maioria não trabalha, então não tem como saber se é

¹⁸Indulto – desculpa, graça, perdão; dispensa ou comutação de obrigação religiosa dada pela autoridade competente; decreto pelo qual se concede uma graça ou privilégio. p.1104. Cf. FERREIRA, Aurélio B. Holanda. **Novo dicionário século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. O sentido dessa palavra (indulto) no depoimento do sr. Jovelino é de “liberdade em relação à tutela paterna”.

responsável ou não, se a gente pode confiar (Jovelino dos Santos, 63 anos, 2ª série do primário, casado, cinco filhos, assentamento Monte Alegre).

Os depoimentos não só deixam clara a importância do trabalho na definição do jovem e na conquista de sua autonomia, como também revelam que é a partir deles (trabalho e autonomia) que se pode avaliar a responsabilidade do jovem e do futuro adulto, como expressou o sr. Jovelino sobre a conquista de seu indulto (autonomia) e também demonstrou Sandro ao dizer que antes de trabalhar “[...] *não podia sair muito e nem fazer o que eu queria. Antes tinha que falar, perguntar se podia. Mas, quando eu comecei a trabalhar e ajudar eles (os pais) dentro de casa, aí eu já comecei a sair também e eles não reclamavam. Fazia minhas coisas sem perguntar se podia ou não*”.

Observei anteriormente que o “trabalho” e a “autonomia” estão na base da transição para a vida adulta independentemente da classe social dos jovens. No entanto, a conquista em si da autonomia parece mudar de caráter de acordo com as gerações e expressões culturais dos grupos sociais. O senhor Jovelino revela em seu depoimento que sua autonomia foi lhe delegada por seu pai através do indulto lhe concedido aos 13 anos de idade. Ele observa que, no entanto, já trabalhava e “*podia me virar sozinho*”.

Já o jovem Sandro sugere em seu depoimento a existência de um acordo tácito entre ele e seus pais que dispensou a concessão formal do indulto no processo de conquista de sua autonomia. Ao afirmar que “*quando eu comecei a trabalhar e ajudar eles dentro de casa, aí eu já comecei a sair também [...]. Fazia minhas coisas sem perguntar se podia ou não [...]*” ele aponta que a conquista de sua autonomia se condicionou ao desenvolvimento de um trabalho remunerado, mas, não lhe foi delegada formal e explicitamente, como no caso do senhor Jovelino. Sua vinculação a um trabalho remunerado e a ajuda em casa foram suficientes para que ele pudesse expressar suas

idéias e ações sem a prévia liberação dos pais.

Um ponto de convergência entre as duas autonomias conquistadas é que elas parecem se estender das ações materiais às morais. No caso do senhor Jovelino o *"podia me virar sozinho"* revela que ele - aos 13 anos de idade - podia produzir, vender, comprar produtos, migrar para outros lugares e/ou constituir uma nova unidade familiar autônoma. Sandro, por sua vez não chega a indicar um marco etário para a conquista de sua autonomia. No entanto, o *"Fazia minhas coisas sem perguntar se podia ou não"* também revela a ampla extensão da sua liberdade para desenvolver ações de caráter material ou moral sem solicitar permissão aos pais.

Ainda nesses depoimentos vale a atenção para a secundarização da educação escolar em relação ao trabalho nesse processo. Embora Luciano tenha admitido a importância do estudo dizendo que este *"ajuda até arranjar emprego, porque é preciso ter leitura"*, procura deixar claro sua preferência pelo trabalho ao emendar que *"[...] se eu não trabalhar para ter o dinheiro, vou ficar sempre dependendo dos meus pais. Aí nunca que eu vou poder fazer o que quero. Eu acho que a escola prepara a gente para o mundo, pra vida. Mas, aí, pra viver bem, aí a gente tem que trabalhar"*. Perguntado sobre o que significava para ele *"viver bem"*, Luciano não demorou em responder que *"viver bem" significava "ter vida própria, liberdade para fazer o que quiser, ter casa própria, ter um emprego bom, ter um carro, poder tirar um lazer, não ficar dependendo muito dos outros"*. Noutros termos, ter autonomia.

Nessa problemática, embora o trabalho se constitua como elemento chave para a conquista da autonomia e transição para a vida adulta, ele não é exclusivo na definição de quem é jovem ou adulto. Um outro elemento significativo também influencia nessa definição, a saber, o estado civil. Isto é, se é solteiro (a) ou casado (a). mais adiante retomarei essa questão. Por enquanto me aterei aos problemas que afligem a juventude, sendo a defasagem educacional e o desemprego os mais agudos, e, este último se constituindo como o maior obstáculo para se alcançar a autonomia, e

o “viver bem”.

A despeito de aparecer no depoimento dos próprios jovens como elemento importante para a conquista do trabalho, a escola não é decisiva como este e a constituição de uma nova família para a conquista da autonomia e do *status* de adulto.

Alguns autores observam que nos processos de contracultura escolar os jovens da classe operária, muitas vezes, desistem da escola, porque antevêm que essa instituição muito pouco contribuirá para sua transição à fase adulta e obtenção de empregos. Para esses jovens o diploma ou a qualificação conferido pela escola toma muito do seu tempo e não garante sua entrada na vida adulta e sucesso profissional. É nessa perspectiva que Paul Willis procura compreender as causas do desinteresse dos jovens em relação à escola e suas qualificações “duvidosas” como os diplomas. O autor observa que os jovens têm

[...] um ceticismo profundamente arraigado quanto ao valor das qualificações, em comparação ao que deve ser sacrificado para obtê-las: um sacrifício, afinal, não do simples tempo morto, mas da qualidade da ação, do envolvimento e da independência. A gratificação imediata não é apenas imediata, ela é um estilo de vida e oferece hoje a mesma coisa que será oferecida daqui a dez anos. Ser um *cê-dê-efe* agora e obter qualificações de valor duvidoso significa renunciar para sempre às habilidades que permitem e geram gratificações imediatas, de qualquer tipo, em qualquer tempo. (WILLIS, 1991. P.160).

Para os “rapazes” sucesso significa tornar-se aprendiz num trabalho fabril ou obter um trabalho de escritório. Esses trabalhos parecem oferecer pouco e exigir muito. E essa avaliação é claramente feita sob o modo cultural. O envolvimento cultural livre, a coletividade social, o risco da rua e do chão de fábrica e a independência mental seriam todas coisas perdidas em troca de um prêmio que é principalmente formal e não real (WILLIS, 1991. P.161).

Ao lado de outros fatores, como os altos índices de desemprego e a carência de investimentos governamentais em educação pública, a percepção dos jovens sobre a educação como elemento não decisivo – ao menos no Brasil – para a conquista da autonomia em relação aos meios de sobrevivência pode ajudar a explicar a

secundarização da educação escolar confrontada à possibilidade de conseguir um emprego. Entre os jovens que entrevistei, alguns chegaram a declarar que não gostam de estudar, porque o estudo não garante a conquista dos objetivos desejados. Clementino indica que estudar

[...] toma muito tempo e a gente quase não consegue nada. O que eu queria mesmo era arranjar um emprego e ter minhas próprias coisas. Meu pai reclama que eu envolvo muito com a escola e não posso ajudar ele todo dia e nem arrumo emprego. Se eu tivesse assim um emprego, acho que ele (o pai) não ia encher tanto meu saco e ia me deixar mais livre. Eu vejo aí os meus colegas que têm emprego. Fazem o que quer e os pais deles não falam nada. Agora, a gente que não tem, toda hora é reclamação, encheção de saco. Mas, não é fácil de arrumar emprego. [...] Aí quando eu conseguir um serviço, aí tem que parar de estudar. Só se a escola for perto pra dar tempo de chegar (Clementino, 20 anos, cursando 8ª série, assentamento Monte Alegre).

É pertinente destacar que o trabalho é visto assim tanto pelos filhos, como pelos pais. Isto é, por gerações diferentes. Isso significa que eventuais conflitos entre as gerações podem ser amenizados com a inserção dos filhos no mercado de trabalho, bem como com as possibilidades e formas de transição para a vida adulta. No caso em análise, a conquista da autonomia e a transição para a vida adulta parecem ocorrer caracterizadas, ainda que não exclusivamente, por valores sociais como o trabalho percebido e reconhecido socialmente como sinônimo de responsabilidade e fonte de idoneidade para quem o desenvolve.

Mas, se considerar aqueles altos índices de desemprego e o retardamento na constituição de novas famílias autônomas, pode-se afirmar que um dos grandes problemas sociais elementares da juventude hoje é a conquista da autonomia financeira e realizar a passagem ou transição segura para a vida adulta.

O desemprego, como questão social, faz acirrar os conflitos entre gerações mais

velhas e novas. Se, por um lado, os conflitos se instauram no âmbito das gerações, por outro, eles não decorrem simplesmente das relações entre elas, mas de questões sociais como a valorização e associação do trabalho à responsabilidades e podem decorrer também dos altos índices de desemprego, na medida em que os pais vêem os filhos “sem fazer nada”. Isso pode não ser válido como regra, mas parece se configurar como tendência. É o que deixa transparecer o depoimento do sr. Jovelino.

Olha, está difícil de arrumar emprego. Mas, se procurar direito acha. Só que o jovem de hoje não procura não. Muitos deles querem que o emprego vem bater na porta deles. Quer dizer: quer que o patrão vem aqui e fala: olha, eu tenho um emprego para você. Mas isso não acontece e eles não procuram direito. Aí fica difícil né da gente dar confiança para eles. O homem tem que dar exemplo é desde cedo. Tem que ser trabalhador, se não vira moleque (Jovelino dos Santos, 63 anos, 2ª série do primário, casado, cinco filhos, assentamento Monte Alegre).

Nesse sentido, pode-se considerar que a problemática que envolve a juventude, embora possa ocorrer no plano geracional, se expressa com muito mais força no plano social, onde as posições e divisões de tarefas e responsabilidades são fortemente demarcadas pela socialização de normas e padrões de comportamentos. Não obstante essa demarcação se torne tênue ou imperceptível com a entrada dos jovens no mundo do trabalho – que se constitui como questão social – ela parece se tornar mais explícita no âmbito das gerações, principalmente no âmbito familiar com as fricções entre pais e filhos, adultos e jovens. Cria-se assim uma falsa aparência de que o caráter dos conflitos é, sobretudo ou exclusivamente, geracional, quando na verdade as questões sociais, como o desemprego, a falta de perspectivas para o futuro, isto é, as condições de existência são as suas principais fontes.

É nesse perspectiva que Pierre Bourdieu – ao formatar seu conceito de *habitus*

– observa que

[...] na mesma lógica, que os conflitos de geração opõem não classes de idades separadas por propriedades de natureza, mas *habitus*¹⁹ que são produtos de diferentes *modos de engendramento*, isto é, de condições de existência que, impondo definições diferentes do impossível, do possível, do provável ou do certo, fazem alguns sentirem como naturais ou razoáveis práticas ou aspirações que outros sentem como impensáveis ou escandalosas, e inversamente (BOURDIEU, 1983: p. 64).

Entretanto, esses “modos de engendramento”, ou as condições de existência no interior da família costumam permanecer latentes como questão social. Com essa característica quase que não se irrompem. Eclodem, aparentemente, como questão geracional no âmbito das relações familiares. Isso evidencia o peso da socialização e da sociabilidade familiar em relação a outras instituições como igrejas e escolas, historicamente reconhecidas por sua capacidade de influenciar e moldar hábitos e comportamentos sociais e reforça o caráter social dos problemas vividos pelos jovens.

2.3 – O Conceito de Jovem Nessa Pesquisa

Não obstante a relevância da clareza conceitual, meu objetivo é menos de circunscrever os jovens no âmbito de uma teoria e mais de buscar compreender e revelar problemáticas nos processos sociais nos quais eles atuam. Na definição conceitual de quem é jovem não suprimo aspectos biológicos, como a idade, já que em diversas situações, sobretudo para se ter acesso à políticas públicas, o primeiro marco definidor dos possíveis beneficiados é o caráter etário.

No último censo demográfico o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE considerou como jovens os indivíduos que tinham de 15 a 24 anos. Mas, para o próximo censo (2007) o IBGE - atendendo a solicitações da Secretaria Nacional de

¹⁹Todos os grifos são originais.

Juventude mediante suas pesquisas e experiências – considerará como jovens os indivíduos que tenham de 15 a 29 anos. Esse aumento da faixa etária não é fortuito. Como vimos, no mundo contemporâneo há grandes dificuldades – sobretudo pela crise do emprego, a partir do qual pode-se conquistar a independência econômica – de os jovens fazerem a transição para a vida adulta.

Entre outras coisas, e, de acordo com os levantamentos da Secretaria Nacional de Juventude (NOVAES, 2006), isso implicou no aumento do tempo de escolaridade e no retardamento da realização de matrimônios o que fez aumentar o número de pessoas com até 29 anos, desempregados, solteiros, morando na mesma casa dos pais e com franca dependência financeira.

Tendo em vista esse contexto histórico, o ponto de partida para considerar alguém como jovem é que ele ou ela tenha entre 15 e 29 anos de idade. Todavia, esse recorte etário não será tomado como dado cristalizado. Ao contrário, servirá como baliza para a minha percepção sobre os jovens. Considerarei também nesse exercício os fatores históricos e sociais intrínsecos à compreensão e definição de quem é percebido como jovem: se são solteiros, se trabalham, se estão desempregados, etc.

A priori, será entendido como jovem o indivíduo que tiver entre 15 e 29 anos de idade, trabalha ou não, e, tenha constituído ou não uma unidade familiar autônoma. Embora não se possa tomar como regra cristalizada, essa situação parece ser a mais recorrente entre as pessoas que se vêem e são consideradas como jovens. Os que, estando nessa faixa etária e já tenham constituído uma nova unidade familiar autônoma, só serão considerados como jovens a partir de sua autodefinição como tal e de sua aceitação por jovens solteiros do seu círculo social de convivência. Vale observar que na dimensão macro-social já há instituições (IBGE, Secretaria Nacional da Juventude) dispostas a percebê-los como jovens. Desse modo, se uma pessoa - que tenha entre 15 e 29 anos, trabalha ou não e que tenha constituído uma unidade familiar autônoma – se apresenta como jovem e assim é percebida nas dimensões

macro e micro-social, também será reconhecida nessa pesquisa como sendo jovem.

Em síntese, o que será priorizado na definição de jovem são os critérios: etário; independência dos pais; estado civil e a aceitação pelo grupo social de convivência como um indivíduo que – embora casado (a) se auto apresenta e é aceito como jovem. Desse modo, levarei em conta a percepção dos próprios sujeitos sobre si mesmos em seu círculo social de convivência doméstica (espaço do bairro, ou do assentamento rural – dimensão micro-social), bem como os elementos externos – instituições e suas formas de socializações (dimensão macro-social) – que influenciam na construção social de quem é jovem e quem não o é. Ou seja, são os comportamentos, o *habitus* como “estruturas estruturadas”, mas também “estruturantes” dos agentes relacionando entre si que estarão na base de sua definição conceitual nessa pesquisa.

A transição para a vida adulta também será entendida como desdobramento de processos sociais nas dimensões micro e macro social. Por “transição para a vida adulta” entenda-se o processo no qual os indivíduos se preparam para constituir uma nova unidade familiar autônoma e/ou não se identificam mais como jovens e/ou assim deixam de ser percebidos nos seus grupos sociais de convivência (família, amigos, escola, trabalho). Como apontam Maria das Dores Guerreiro e Pedro Abrantes (2005) é pertinente observar que a transição para a vida adulta não significa apenas um momento, ou um rito de passagem. Além disso, ela expressa o desenredo de um percurso da vida biológica e social, no qual se procurou – dialeticamente – firmar a alteridade da identidade jovem, bem como a autonomia e transição para a vida adulta.

Ademais, de acordo com os referidos autores, a transição para a vida adulta pode ocorrer de vários tipos e expressar as condições materiais e estilos de existência dos jovens, sobretudo, a partir do seu lugar social. Em seu trabalho (Guerreiro e Abrantes, 2005) elencaram sete tipologias de transição para a vida adulta. Como tipologias, elas não correspondem com precisão à realidade social vivida pelos jovens, que se caracteriza pela diversidade e complexidade de temas e questões. No entanto,

elas podem servir como aporte para investigações mais detalhadas. Vejamos os sete tipos de transição.

- a) *Transições profissionais* – os jovens caracterizam-se por um investimento quase exclusivo no trabalho, nos primeiros anos, relegando os projetos familiares, ou de lazer par um futuro mais ou menos longínquo. Alguns não demonstram grandes ambições no plano familiar, mas a maioria pretende adquirir o “pacote familiar” quando tiver assegurado um estatuto profissional mais estável;
- b) *Transições lúdicas* – caracterizam-se por longos trajetos de escolaridade e inserções precárias e/ou temporárias no mercado de trabalho, que não implicam grandes compromissos e responsabilidades. Quase sempre, estes jovens permanecem até uma idade tardia na casa dos pais, gozando de um estatuto de “semi-dependência”, com liberdades quase ilimitadas e encargos financeiros quase nulos, mas refletindo também dificuldade na obtenção da independência financeira.
- c) *Transições experimentais* – caracterizam-se por uma sucessão de configurações de vida temporárias e imprevisíveis, como opção de vida ou como período de experimentação antes de “assentar”, casar e ter filhos. À semelhança do que acontece nas sociedades mais avançadas (Galland, 1995; Furlong e Cartmel, 1997 citados por Guerreiro e Abrantes, 2005), viver sozinho, em coabitação com um grupo de amigos tornaram-se modelos culturalmente valorizados;
- d) *Transições progressivas* – caracteriza-se por formas de transição relativamente lineares e programadas, em que o percurso de escolaridade antecede a progressiva integração profissional e a esta sucede a constituição de família. Aliás, ante a insegurança crescente na esfera do trabalho, os modelos progressivos e planejados de transição tendem a ser defendidos como estratégia de gestão dos riscos (Brannen e Nilsen, 2002 citados por Guerreiro e Abrantes, 2005);

- e) *Transições precoces* – este modelo corresponde à passagem rápida e numa idade precoce de um estatuto de dependência na casa dos pais, ao estatuto de trabalhador, em vida conjugal, muitas vezes com filhos e desejavelmente (mas nem sempre) em casa própria. [...] As fracas aspirações escolares, a entrada precoce no mercado de trabalho, as limitações na esfera do lazer e do consumo, o maior controle familiar a que estão sujeitos e o menor planeamento familiar são razões que conduzem, freqüentemente, os jovens das classes desfavorecidas a seguir este tipo de transição, após uma passagem curta e periférica pelo universo juvenil (Bourdieu, 1984 citado por Guerreiro e Abrantes, 2005);
- f) *Transições precárias* – estas se caracterizam por constantes (re)adaptações dos jovens aos constrangimentos que lhes vão sendo impostos, denotando campos de possibilidade e de opção muito reduzidos. [...] Em geral, os jovens com “transições precárias” fazem parte da massa de “trabalhadores descartáveis”, que se encontram com inserção precária no mercado de trabalho e com muitas possibilidades de desinserção de longo prazo (Beck, 1992; 2000; Castells, 1996 citados por Guerreiro e Abrantes, 2005);
- g) *Transições desestruturantes* – estas se caracterizam pela incapacidade, revelada por alguns jovens, para a construção de uma transição para a vida adulta e independente, mergulhando em espirais de exclusão social, com a quebra de uma série de vínculos sociais e, potencialmente, sentimentos de depressão aguda e/ou experiências de marginalidade social. Esses processos podem surgir de uma miríade de razões entre as quais devemos hoje salientar o desemprego de longa duração (GUERREIRO & ABRANTES: 2005, pp. 167-170).

Nesse trabalho usarei a expressão “transição segura para a vida adulta”, cujas características para os jovens são: a conquista de uma escolaridade de no mínimo

nível médio, isto é, 2º grau, ou algo correspondente, como cursos técnicos; a manutenção de um emprego, ou fonte de renda relativamente estável que lhes possam permitir autonomia financeira em relação aos pais e viabilizar a constituição de uma nova unidade familiar autônoma.

Como aponte na introdução, para esta pesquisa apliquei questionários a 40 jovens. Destes, dez (quatro rapazes e três moças do assentamento Monte Alegre, e, dois rapazes e uma moça do bairro rural Cabeceira do Boi) concederam entrevista aberta.

Do universo de 40 jovens, 30 (dezoito rapazes e doze moças) são de famílias assentadas; os outros 10 (seis rapazes e quatro moças) são de famílias do bairro rural. Vejamos a Tabela 1.

Tabela 1. *Sexo dos entrevistados, por local de moradia*

	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
SEXO	n	%	n	%	n	%
Masculino	18	60,0	6	60,0	24	60,0
Feminino	12	40,0	4	40,0	16	40,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A composição quantitativa desse quadro nas duas localidades (40 jovens, sendo 30 [18 rapazes e 12 moças] do assentamento e 10 [6 rapazes e 4 moças] do bairro rural) e sua distribuição por gênero foi elaborada tendo em vista a maior facilidade de encontrar jovens, principalmente do sexo masculino, no assentamento do que no bairro rural. Não considerei nenhum índice demográfico ou estatístico para definir a quantidade de entrevistados com questionários fechados. Portanto, os números não têm a menor pretensão de representar estatisticamente a realidade geral dos jovens rurais e isto pode se constituir como uma fragilidade da composição estatística do quadro.

Não obstante, isto não me impedirá de fazer uma abordagem sociológica dos

fatos nos quais os jovens entrevistados estejam envolvidos e comparar situações entre o assentamento e o bairro rural. Sem generalizar as conclusões, a partir da análise das situações encontradas nessas duas localidades escolhidas confirmarei ou não tendências apontadas por outros pesquisadores em outros lugares, bem como poderei apontar singularidades de situações entre a região em análise e outras já pesquisadas.

As Tabelas 2; 2.1 e 2.2 mostram o perfil etário, o de gênero e o habitacional (local de moradia) dos jovens entrevistados para a pesquisa.

Tabela 2. *Faixas de idade dos entrevistados, por local de moradia*

IDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
15 a 19 anos	7	23,3	3	30,0	10	25,0
20 a 24 anos	16	53,4	6	60,0	22	55,0
25 a 29 anos	7	23,3	1	10,0	8	20,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A Tabela 2 apresenta um dado interessante que é a tendência de os jovens com mais de 25 anos serem encontrados com maior frequência no assentamento – onde entrevistei sete desses jovens – do que no bairro rural, onde apenas um entrevistado estava nessa faixa etária. Esse prolongamento da condição de “jovem” pode indicar que os jovens do assentamento encontram mais dificuldades de realizarem a transição para a vida adulta do que os do bairro rural. Essa dificuldade, em boa medida, tem vínculos com a marginalização social, na qual os jovens podem viver como a baixa escolaridade e qualificação profissional e, sobretudo, os baixos salários e empregos precários que têm se apresentado como uns dos principais problemas vividos por eles e que retardam sua independência financeira, ou a constituição de novas unidades familiares autônomas.

É pertinente observar também nesse dado a questão de gênero. Serão as

moças, os rapazes, ou ambos com maior dificuldade de transição para a vida adulta? Ademais, por que um ou outro?. Vejamos a Tabela 2.1 e a Tabela 2.2.

Tabela 2.1. Faixas de idade dos rapazes, por local de moradia

IDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
15 a 19 anos	5	27,5	1	16,5	6	25,0
20 a 24 anos	8	45,0	3	50,0	11	45,5
25 a 29 anos	5	27,5	2	33,5	7	29,5
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 2.2. Faixas de idade das moças, por local de moradia

IDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
15 a 19 anos	3	25,0	2	50,0	5	31,0
20 a 24 anos	8	66,5	2	50,0	10	62,5
25 a 29 anos	1	8,5	0	0,0	1	6,5
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

As tabelas 2.1 e 2.2 mostram que a grande maioria (sete de oito) dos jovens entrevistados na faixa etária de 25 a 29 anos é do sexo masculino. Além disso, seis desses oito jovens, inclusive a única moça, são do assentamento. Mostrarei mais adiante que é também o assentamento o lugar onde os jovens têm os menores graus de escolaridade e maior inserção precária no mercado de trabalho. Como esses aspectos são os que mais dificultam a transição para a vida adulta, eles podem ajudar a explicar a maior concentração de jovens de 25 a 29 anos no assentamento Monte Alegre. A menor constância de jovens do sexo feminino nessa faixa etária, tanto no assentamento (apenas uma moça), quanto no bairro rural (nenhuma moça entrevistada) pode indicar que elas constituem novas unidades familiares mais cedo

que a maioria dos rapazes, ou ainda estabelecem um vínculo de trabalho e moradia mais forte na cidade e retornam com menor frequência ao assentamento, ou ao bairro rural.

2.4 – Considerações ao Primeiro Capítulo

Nesse capítulo procurei refletir sobre os problemas sociais da juventude passando pela discussão sociológica do que se entende por jovem até a questão central dessa pesquisa - jovens rurais e suas perspectivas de futuro em relação à agricultura familiar.

Apontei que havia uma defasagem histórica em termos de arranjos institucionais voltados ao bem estar social dos jovens, o que concorria para que seus problemas não fossem vistos como problemas sociais. Desemprego, baixa escolaridade e dificuldade de transição para a vida adulta que atingem os jovens não tinham estatuto de problemas sociais a serem atacados.

Por seu turno, o pensamento histórico-social sobre a juventude se caracteriza pela diversidade de compreensão e definição da juventude. As definições vão desde àquelas que adotam critérios biológicos como a idade; às que consideram como sendo válidos a percepção dos próprios sujeitos sobre si mesmos – o que se configura como categoria êmica – e àquelas que consideram na definição, além da perspectiva e percepção dos próprios sujeitos, valores socialmente atribuídos à juventude. Valores estes que, *a priori*, tomam a juventude não apenas como um fenômeno biológico, mas como uma categoria historicamente criada e politicamente disputada.

Em síntese, a juventude como categoria socialmente criada tem um estatuto que compreende elementos com diversas características como:

- a) questões de caráter biológico que usa a idade como critério para determinar quem é, ou não, jovem;
- b) questões de caráter cultural como a autopercepção e autorepresentação que os indivíduos elaboram sobre si mesmos atribuindo-lhes ou não a condição de jovem;
- c) diferentes expressões sociais dessa condição a partir da formação de grupos,

ou da constituição sociocultural do lugar ou lugares onde os jovens atuam;

d) questões de caráter político como a disputa para permanecer ou sair da juventude e assumir, ou perder determinadas posições sociais - como chefe de família, direção de empresas, liderança de grupos - vinculadas às competências intelectuais e culturais, mas, também ao ciclo de vida da pessoa considerando se ela é jovem, adulta ou idosa.

Todas essas questões conferem ao estatuto social da juventude um caráter extremamente complexo e dinâmico. Isto é, multifacetado e sujeito a constantes mudanças no tempo e no espaço de acordo com as transformações políticas e culturais de cada grupo ou sociedade.

Já como categoria sociológica, a juventude tem um estatuto que procura compreender todas as questões sociais acima apresentadas em diferentes correntes interpretativas. Um ponto de partida para a construção desse estatuto é, como aponta José Machado Pais (2003), indagar:

a) em que medida os jovens vêem as questões sociais da juventude como sendo suas questões e como reagem a elas?;

b) por que e como a juventude adquire maior visibilidade e mesmo o caráter de grupo social ou geracional nas sociedades industriais modernas?;

c) qual a relação entre a formação de diversas juventudes e as classes sociais dos jovens tendo em vista suas condições materiais de vida e suas expressões culturais?

Estas questões podem compor o ponto de partida para a compreensão do estatuto sociológico da juventude. Tal estatuto oscila – de acordo com as correntes interpretativas – de temas particulares para os gerais e vice versa adquirindo complexidade analítica que pode ser expressa na escolha de diferentes questões e suas formas de abordagens.

Desse modo, a juventude como estatuto social e/ou sociológico é investigada

por diversas correntes de pensamento que, através de suas abordagens, revelam as clivagens quanto à forma de percepção e análise - como o fazem entre si a corrente geracional e a corrente classista - sobre a juventude. Dentre algumas perspectivas de investigação, destaquei três que utilizo como eixos balizadores da pesquisa. São elas:

a) abordagem sobre a juventude considerando como chave analítica a "geração" e seus diferentes grupos, como as "unidades de geração" analisados por Mannheim (1982). Percebeu-se que há uma juventude homogênea na perspectiva do seu pertencimento a uma mesma geração, mas também uma juventude heterogênea, não pela vinculação dos jovens às diferentes classes sociais, mas por seu vínculo à diferentes "unidades de geração" dentro de uma mesma geração;

b) a chave analítica das "culturas juvenis" analisadas por Pais (1993). Por essa chave não há um determinismo da classe social ou da geração sobre as formas e expressões da juventude. Em muitos casos, a heterogeneidade desta, é devida a forma como os jovens manifestam suas culturas no modo de falar, vestir, comer, gosto musical, religião, etc. Essas manifestações, embora possam se vincular à questão da classe social e/ou da geração, muitas vezes independem destas adquirindo um caráter original captado a partir da compreensão das "culturas juvenis", isto é, comportamento e expressões típicos dos jovens;

c) abordagem sobre a juventude considerando as classes sociais as quais pertencem os jovens. Pierre Bourdieu (1983) é um dos autores que defendem essa perspectiva. Por ela visa-se captar as diferentes formas de expressão da juventude de acordo com suas diferentes realidades no conjunto da sociedade. O objetivo é mostrar que a juventude não é homogênea, mas heterogênea de acordo com a vinculação dos jovens às diferentes classes sociais e a forma como percebem e reagem aos problemas sociais.

Com isso, minha preocupação é de não circunscrever os jovens no âmbito de um conceito, mas buscar compreender e revelar o corolário dos processos sociais nos quais esses agentes atuam ou por eles são envolvidos. O entrelaçamento dessas três questões tornou-se mais claro com a realização do Trabalho de Campo, ao longo do qual percebi que as questões relativas à geração, à classe social e à cultura ora se amalgamavam ora se separavam no cotidiano dos jovens como expresso nesses trechos de entrevistas.

Eu vejo que nós sofremos preconceitos das pessoas da cidade por sermos assentados. Então, vejo que uma dificuldade de ser agricultor familiar está também aí. Quer dizer, se for assentado já é visto como pé rapado, pé de poeira e também o que a gente produz passa a ter valor diminuído. Mas só que acontece que nem todos os meus colegas daqui (do assentamento) conseguem ver isso. Então, fica difícil da gente se unir e valorizar nossa maneira de viver né (Jonilson, 23 anos, 8ª série, assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

Aqui a gente tem vários grupos de jovens, porque o assentamento é muito grande né. Tem os evangélicos, os católicos, tem gente que é do hip hop e agora estão formando aí o grupo das jovens. Mas, a gente não fica dividido na hora de conseguir coisas para o assentamento. Mas também tem uns que não participam de nada, só do jogo (de futebol). Fiquei sabendo também que tão fazendo um grupo de teatro. [...] Então tem muita diferença, mas a gente é unido (Fernanda, 20 anos, Assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

Os dois depoimentos mostram como as questões da geração, da classe social, da cultura e da modernidade não se excluem e estão presentes no cotidiano dos jovens, o que implica em um exercício de reflexão que não exclua uma ou outra, mas que explore em cada uma delas suas contribuições para a compreensão dos problemas culturais, políticos e sociais, tal qual apresentaram Jonilson e Fernanda em seus depoimentos.

No próximo capítulo abordarei algumas dinâmicas políticas e culturais no processo de formatação da nação brasileira e seus desdobramentos para a agricultura familiar, bem como a percepção, reação e interação dos jovens à essas dinâmicas. Com essa reflexão espero contribuir para a compreensão de suas perspectivas em relação ao campo e a cidade em contextos de modernidade.

3 - SEGUNDO CAPÍTULO - MODERNIDADE SUBVERTIDA

Introdução

Há aspectos da modernidade, como o desenvolvimento de sistemas de risco e segurança; o deslocamento da noção e relação tempo-espço nas relações sociais; o questionamento da ciência como instrumento eficaz na produção de conhecimentos e mesmo um questionamento da própria modernidade como uma característica do mundo contemporâneo, sobre os quais têm-se produzido debates nas ciências sociais. Embora esses temas sejam pertinentes, não pretendo abordá-los diretamente nesse momento²⁰.

Nesse capítulo, procuro refletir sobre a noção de modernidade a partir do seu aspecto técnico e cultural, ou instrumental e normativo. É com base nessas duas características que o pensamento ilustrado a reivindica como produto de suas ações em busca e manutenção do progresso (Touraine, 1994). Mas, é também com base nessas características (técnico e cultural) que tentarei mostrar elementos da subversão da modernidade em modernização e a sobreposição desta última sobre a primeira na sociedade contemporânea.

O ponto de partida para esta reflexão é a idéia gramsciana de que a filosofia como exercício de reflexão não pode ser separada da política como prática de governo, se o que se deseja é o bem estar da humanidade.

As formas sociais de apropriação e uso de técnicas historicamente têm sido balizadas pelo fortalecimento do poder para alguns setores sociais e a estigmatização de outros. Se essa é uma característica fundamental da vida social, como diria Max

²⁰Para ver uma abordagem detalhada sobre esses temas cf. IANNI, Octávio. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.; GIDDENS, Anthony. **Consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

Weber (1998/2000), não é menos verdadeiro que tenha bloqueado o desenvolvimento do bem estar e equilíbrio social. Nesse tipo de comportamento sobressaiu - radicalmente e com aparência natural - a dominação e expropriação de umas classes sobre outras, de uns indivíduos sobre outros. E isto, como apontou Weber (1998/2000), em todas as instâncias sociais hierarquizadas, inclusive nas políticas de Estado. Ao contrário, seu caráter é essencialmente sociocultural.

A relação entre essa problemática e a questão agrária brasileira, especialmente no que se refere à agricultura familiar, é que esta foi escamoteada por boa parte do pensamento político brasileiro como o avesso da modernização e da modernidade. O mote político era de que somente os homens ilustrados e devotados à técnica eram capazes de desenvolver uma agricultura condizente com o progresso da nação brasileira. Portanto, os milhares de agricultores familiares "sem conhecimento" e "sem técnica" teriam posição inferior na hierarquia social do projeto de nação, porquanto "eram incapazes" de desenvolver uma agricultura competitiva para uma nação moderna. Fato emblemático disso foi o processo de modernização da agricultura e sua relação com o forte êxodo rural do campesinato.

Criou-se um hiato entre a reflexão filosófica e a prática política para o bem estar social. Nesse sentido, pensar a conquista da autonomia e transição segura para a vida adulta dos jovens rurais implica considerar a defasagem histórica, cultural e política institucional a que os agricultores de base familiar foram submetidos na formatação da nação brasileira baseada sob o lema "ordem e progresso".

3.1 – Modernidade e Modernização

Antonio Gramsci em “Cadernos do Cárcere” (1999, Vol.1, Caderno 11, pp.93-114) ao fazer um exercício de análise da realidade social confere fundamental importância à filosofia como exercício intelectual e à filosofia da práxis como canais de compreensão e interação política. A articulação entre essas duas dimensões da filosofia seria um meio pelo qual poder-se-ia diminuir a distância e injustiças sociais entre os ilustrados (intelectuais) e a massa (homens simples), ou entre categorias sociais hierarquizadas.

Entre outras coisas, o combate às injustiças dependeria das formas sociais de produção material e imaterial, e, sobretudo, do modo como essas formas de produção são apropriadas e difundidas socialmente. Para Gramsci, não haveria uma distância social muito grande entre os intelectuais e as massas se, no processo de produção, apropriação e difusão do conhecimento, os intelectuais se comportassem como intelectuais orgânicos das massas no sentido de qualificar sua ação social e política. Esta relação entre os homens de ciência (intelectuais) e os homens simples (massas) apontaria para uma organicidade de pensamento e cultura que

[...] só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social (GRAMSCI, [1891-1937], 1999, p. 100).

O contrário disso, o distanciamento abissal entre a ilustração e a massa, seria reflexo direto dos equívocos das filosofias imanentistas, pois não criaram uma unidade entre o baixo e o alto, entre o simples e o intelectual, entre a idéia e a ação. Não

houve a organicidade entre os intelectuais e os simples nos processos sociais, políticos e culturais que tinham como idéias originais a organização de uma sociedade, na qual os homens se constituíssem como sujeitos históricos incondicionalmente à sua etnia, sexo ou classe social. Ao contrário, o pensamento esclarecido foi cada vez mais utilizado como instrumento de controle social e facilitador das operações de produção e comercialização.

Nesse contexto, o objetivo de emancipação do homem enquanto Ser histórico não se esfumou, mas tornou-se marginal ao longo do processo histórico. A produção e apropriação do conhecimento muitas vezes se prestaram a desobstruir todos os obstáculos às formas de dominação sobre as classes populares. Alguns pensadores críticos desse processo observaram que o conhecimento, ou

[...] o saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo. Do mesmo modo que está a serviço da economia burguesa na fábrica e no campo de batalha, assim também está a disposição dos empresários, não importa a sua origem. [...] A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho de outros, o capital (ADORNO/HORKHEIMER, 1985, p. 20).

O que isso tem a ver com a modernidade? Qual a relação com os processos que envolvem a agricultura familiar e seus agentes sociais? Mais precisamente, qual sua relação com as questões que envolvem os jovens rurais? Ainda que paradoxalmente, essas questões guardam vínculos entre si. Principalmente quando se reflete sobre os fatos históricos em cujo contexto se constituiu a modernidade e com ela o aprofundamento de disputas e desigualdades sociais entre os intelectuais e as massas, entre ricos e pobres, urbanização e industrialização, patrões e trabalhadores, agricultura empresarial e agricultura familiar.

Guardadas as devidas peculiaridades históricas de cada região ou país, ao recuar um pouco no processo histórico percebe-se que a formatação da modernidade,

enquanto expressão sociocultural - referente a estilos de vida, organização social (Giddens, 1991) e desenvolvimento de tecnologias (Touraine, 1994) - foi reivindicada como obra de homens percebidos como ilustrados, dos quais, a grande maioria via as massas como perigoso elemento que deveria, a todo custo, ser fortemente controlado para salvaguardar o desenvolvimento cultural racional (ilustrado) das orientações religiosas e de pensamentos e atitudes vinculados à tradição. Concomitantemente a esse processo de formatação da modernidade desenvolve-se e difunde-se a idéia de modernização.

A idéia e a noção de modernização, embora tenham diferentes significados de acordo com suas correntes teóricas (evolucionistas, difusionistas, culturalistas) e áreas do pensamento (sociologia, economia, psicologia) que dela se ocuparam, têm elementos centrais comuns a qualquer dessas áreas do pensamento. São eles: desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização (O'Donnell, 1986).

Nessa perspectiva, embora possam haver divergências metodológicas e ideológicas entre as diferentes áreas do pensamento, uma idéia comum entre elas é que a modernização se constitui como um processo de desenvolvimento econômico, urbano, industrial e político de sociedades tradicionais que, mediante tal processo, perdem a característica de "*folck*" e adquirem a de "urbana", "moderna". Essas características centrais referentes à noção de modernização aparecem nos trabalhos de Talcott Parsons & Levy Jr. (1965); S. Eisenstadt (1968) e Guillermo O'Donnell (1972).

Talcott Parsons e Levy Jr. (1965) entendem que as sociedades tradicionais se desenvolverão perseguindo metas como o desenvolvimento técnico, urbano e, sobretudo, trilhando os caminhos que a Europa ocidental e os EUA fizeram para chegar a modernização.

Já S. Eisenstadt (1968) e Guillermo O'Donnell (1972) entendem que as sociedades tradicionais podem alcançar a urbanização, industrialização, desenvolvimento político sem, necessariamente, trilhar os mesmos caminhos da

Europa e/ou EUA, pois não há uma circularidade na história social da humanidade. Para eles, no processo de modernização, as sociedades tradicionais devem considerar suas próprias particularidades regionais e não fórmulas cristalizadas do ocidente (Europa e EUA).

Salvaguardadas as diferenças entre esses autores, o eixo comum entre suas concepções teóricas sobre a modernização é o desenvolvimento técnico e urbano.

Por seu turno, Norbert Lechner (1990) define a modernização como sendo o desenvolvimento da racionalidade técnica instrumental com vistas à previsibilidade e ao controle dos processos sociais e naturais. A modernidade, por sua vez, constituiria-se como a elaboração de uma racionalidade normativa e apontaria para a autodeterminação política e a autonomia moral. Para Norbert Lechner, essas duas racionalidades (instrumental e normativa) não são excludentes entre si. Ao contrário, podem se articular e caracterizar – dialeticamente – o processo de produção de tecnologias e as formas sociais de sua apropriação e uso. Ademais, juntas, elas constituiriam a modernidade que implicaria em novos padrões de comportamento, modos de produção e estilos de vida.

Entretanto, a modernização deslocada da racionalidade normativa e da autodeterminação política adquiriu primazia política e social sobre a modernidade, de modo que é possível afirmar que a concepção de modernização influenciou fortemente sobre a noção de modernidade e colaborou para a separação entre filosofia do pensamento e filosofia da práxis, cuja contribuição – nesse contexto – foi acionada para o controle das massas procurando bloquear sua qualificação política nos processos sociais. Tal qual a modernidade, a modernização é reivindicada como empreendimento dos homens ilustrados e se caracterizaria pela ruptura com a tradição.

Esse processo teria como elemento fundante e norteador a concepção ocidental de progresso técnico que se confunde com a idéia de modernidade e procura substituí-

la. Para Allan Touraine,

a idéia ocidental de modernidade confunde-se com uma concepção puramente endógena da modernização. Esta não é a obra de um déspota esclarecido, de uma revolução popular ou da vontade de um grupo dirigente; ela é a obra da própria razão e, portanto, principalmente da ciência, da tecnologia e da educação, e as políticas sociais de modernização não devem ter outro objetivo que o de desembaraçar os caminhos da razão suprimindo as regulamentações, as defesas corporativistas ou as barreiras alfandegárias, criando a segurança e a previsibilidade de que o empresário necessita e formando administradores e operadores competentes e conscienciosos (TOURAINÉ, 1994, p. 19).

Nessa perspectiva, a idéia de modernidade passa a ser subvertida pela idéia de modernização e é reivindicada por uma elite ilustrada que se arvora como agente do progresso e luz dissipadora das trevas sob as quais – supostamente – viviam os homens. Essa reivindicação e concepção foram difundidas, sobretudo, a partir dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento e serviram como matriz política e cultural para as classes dominantes desses últimos países.

3.2 - Modernidade e Modernização na Formação Social Brasileira

Como os homens não migram sozinhos, mas trazem consigo suas idéias e práticas sociais, as concepções sobre modernização e modernidade aportaram-se no Brasil influenciando modos de pensar e agir em nossa vida social urbana e rural.

Os ilustrados se arvoraram como elite portadora – se não exclusiva, principal – da modernização e da modernidade social brasileira. A importação das idéias modernistas foi feita, sobretudo, pelas elites liberais reformistas. Os conservadores e liberais – estes últimos podendo ser divididos em dois grupos distintos (SANTOS, 1978; FAORO, 1994) – se arvoraram como os ilustrados patronos da “nação moderna”

que tinha como bandeira o desenvolvimento industrial e cultural mediante forte sujeição dos trabalhadores e o centralismo de poder no Estado. "Ordem e progresso". Esse foi o lema que então balizaria a execução do projeto modernizador da nação brasileira.

Para retomar as questões anteriormente apresentadas, especialmente no caso do Brasil, convém observar como isso ocorreu no campo. Quais suas relações com a agricultura empresarial e a familiar? Qual a percepção e as relações políticas e sociais desenvolvidas pelo Estado e as elites intelectuais e agrárias com os "homens pobres livres", especialmente os rurais?

As relações políticas e sociais no meio rural brasileiro foram orquestradas tendo em vista a promoção dos interesses de sua classe dominante (grandes fazendeiros capitalizados e descapitalizados) entendidos como homens do progresso, enquanto os pequenos agricultores foram escamoteados como incultos, destituídos e refratários ao saber científico que poderia possibilitar-lhes o progresso técnico e a condição de cidadãos ilustrados alforriados de crendices e tradições.

Para tornar mais crítico esse quadro social, cientistas, no Brasil do século XIX, como o químico austríaco Franz Wilhelm Dafert (primeiro diretor do Instituto Agrônomo de Campinas convidado por D. Pedro II), pensadores como Francisco José de Oliveira Vianna (cujo pensamento acerca das inferioridades das raças mestiças e o centralismo de Estado influenciou muito na formatação política e social da nação brasileira) defenderam - em seus estudos - a tese de que a modernidade seria alcançada mediante firme intervenção estatal estimulando e promovendo os homens de bem (cidadãos progressistas) e sujeitando, sob severas penas de lei, os homens "vadios", pouco afeitos ao progresso e ao saber. Franz W. Dafert sustentava que

[...] contra os vadios e desocupados se procure por todos os meios e principalmente pela instrução elevar a moral dos proletários inculcando-lhes idéias de progresso que, criando novas condições e

necessidades, os obrigarão a maior constância no trabalho, e, em última análise, aplicando rigorosamente a “lei contra a vagabundagem” promulgada nos últimos tempos da monarquia. Criem-se colônias de detenção e trabalho forçado [...] Quando se proclama nesse momento na velha Europa: “o direito do homem trabalhar” [...] nós aqui devemos escrever em letras de ouro, sobre cada porta, em nossas armas e em nossas consciências as palavras: o dever do homem é trabalhar. (F. W. Dafert, 1895 *apud* Lourenço, 2001, p. 17-18).

De par com esse pensamento e na perspectiva da superioridade das raças e sua relação com a modernidade, Oliveira Vianna enfatizava em suas pesquisas que o Estado deveria ser o berço e a morada do poder; guardião da ordem e do progresso contra a anarquia e a inculturação das raças mestiças que, de acordo com ele, teriam na amoralidade constitucional o traço de raças inferiores, incapazes de formar parêntese com a modernidade. Para ele o mestiço seria inapto

[...] às atitudes que exigem disciplina e continuidade. Na ordem moral e intelectual, na ordem legal e política, na ordem econômica ou social, ele é sempre, por exigências da própria psicologia, um excessivo, um instável, um irregular, um descontínuo, um subversivo. Por isso, a anarquia é para ele a verdadeira liberdade. [...] Daí as suas atitudes habituais de rebeldia e insurgência, em que dá desaforo aos seus instintos explosivos, contidos e reprimidos pela vigilância policial e pela ação das leis (Oliveira Vianna [1883-1951], 1987, p. 163).

Se os pobres, os pequenos agricultores eram concebidos como homens arraigados às crendices, tradições e hábitos antitéticos ao projeto modernizador, eles não poderiam ter, ou não lhes seria confiada uma posição relevante no processo de formação da nação. Em síntese, sua participação na formação política e cultural da modernidade brasileira seria caracterizada pelas classes dirigentes e parte da ilustração como “apêndice”.

Nesse transcurso histórico ocorreram mudanças, até porque o processo social é dinâmico e os trabalhadores da cidade e do campo, ainda que com grandes divergências em termos de ideais, buscam alternativas de organização e ação rumo a

sua projeção como sujeito histórico o que, sem dúvida, se constitui como ações modernizantes ou significativas contribuições ao desenvolvimento da modernidade.

Não obstante, essas mudanças – por diversos motivos que vão desde as dificuldades operacionais de Estado, a inflexibilidade dos grandes fazendeiros passando pelos desencontros entre os movimentos sociais até as divergências entre o que querem seus líderes e o que de fato querem e precisam os trabalhadores – não mexeram na raiz do problema, a subversão da modernidade em modernização e a difusão dessa última como essência do progresso humano.

Antônio Candido (1971) - percebendo o escamoteamento e a marginalização sociocultural dos pequenos agricultores no processo de urbanização e modernização do Brasil - chamou atenção para o fato de que

Sem planejamento racional a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social em que a fome e a anomia continuará a rondar o seu velho conhecido. [...] o caipira é condenado a uma urbanização e todo o esforço de uma política rural baseada cientificamente [...] deve ser no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade. No estado atual, a migração rumo a esta é uma fuga do pior para o menos mau, e não poderá ser racionalmente orientada se não se partir do pressuposto de que as conquistas fundamentais da técnica, da higiene, da divulgação intelectual e artística devem convergir para criar novos mínimos vitais e sociais (CANDIDO, 1971, P. 224-225)

que garantam sua existência com dignidade.

Antônio Candido não refuta o progresso técnico como um canal que pode viabilizar a redução de desigualdades e as condições de miséria que atingem populações pobres das áreas rurais. Em sua perspectiva, o bem estar se articula às “conquistas fundamentais da técnica”. Para isso, no entanto, ele chama a atenção para a necessária articulação entre o progresso técnico e a garantia de “mínimos vitais e sociais”.

Todavia, no processo de construção da nação brasileira a agricultura camponesa

foi marginalizada politicamente quanto ao aporte tecnológico e escamoteada ideologicamente como mero apêndice em relação às grandes fazendas de gado e café (FURTADO, 2000). O que se visava, na verdade era, primeiro: clareamento da pele da população através dos imigrantes europeus para substituir os negros; segundo: pequenos agricultores que produzissem para grandes fazendeiros; terceiro: trabalhadores obedientes às leis e devotados ao progresso técnico (LOURENÇO, 2001).

O escamoteamento ideológico do campesinato como massa inculta contribuiu fortemente para sua marginalização nas políticas de desenvolvimento das áreas rurais e ajudou a forjar uma cultura na qual a agricultura familiar, durante muito tempo, foi vista como apêndice, algo menor, de pouco prestígio e valor se comparadas à agricultura empresarial ou à profissões tipicamente urbanas.

Eis uma matriz do passivo histórico em relação à agricultura familiar na formação e desenvolvimento da modernidade social brasileira. Esta, cultural e politicamente, se caracterizou menos pelo combate às injustiças sociais e mais pela naturalização da pobreza; atribuição do desenvolvimento cultural e tecnológico às classes empresariais e a regimes políticos ditatoriais (FURTADO, 1979).

3.3 – Modernidade, Modernização e os Jovens Rurais

A cultura de valorizar o que é moderno, empresarial e urbano na cidade faz com que, ao menos aparentemente, as melhores oportunidades de alcançar bem estar (estudo, namoro, salário adequado, habitação), em geral sejam oferecidas e conquistadas na cidade. Em síntese, trata-se da difusão e desdobramento político da idéia de que a cidade é o moderno e o campo, especialmente o campesinato, seu avesso.

Esta concepção foi difundida na sociedade brasileira e influencia objetivamente,

como um *habitus* estruturado e estruturante – nos termos de Pierre Bourdieu (2001) – a forma como muitos agentes sociais – desde o Estado e inclusive muitos habitantes das áreas rurais – vêem o campo em relação à cidade.

Também alguns jovens que entrevistei para essa pesquisa expressam essa perspectiva cultural a partir de suas demandas (estudar, namorar, trabalhar, ter salário, conquistar autonomia) cotidianas, porquanto eles também são atingidos e interagem com as influências desse processo de difusão e socialização de idéias e *habitus*.

Mas, suas reações a esse “status quo” – por mais que possam parecer negativas – são forjadas a partir de seu senso prático, isto é, dos problemas experimentados no seu cotidiano. É nessa experiência que os efeitos da difusão cultural da cidade como o *locus* do moderno se tornam mais nítidos e influenciam – evidentemente não de modo exclusivo – as ações dos jovens. Isso apareceu na comparação que os jovens do assentamento fizeram sobre suas oportunidades com as dos jovens da cidade. Alguns dos entrevistados observaram que

[...] O jovem da cidade tem mais oportunidade de estudar, trabalhar, arrumar namorada, ter as coisas dele. Aqui também a gente pode ter isso. Mas, é mais difícil. Se você trabalhar fora, tem que viajar todo dia e aí já fica mais difícil de estudar. O jovem da cidade não. Para ele já é mais fácil de estudar. Eu vejo meus primos lá em Matão (cidade vizinha a Araraquara). Eles só trabalham e não estudam porque não querem. A escola fica pertinho da casa deles. Dá para chegar do serviço, tomar banho, jantar e ir para a escola. Mas aí eles falam que a escola não adianta muito, que o que resolve é o dinheiro. [...] eu trabalho e estudo, mas é muito sacrificado. É onde eu vejo que os jovens da cidade têm mais oportunidades do que a gente. Na cidade está tudo perto: a escola, o trabalho, a casa. É mais fácil de chegar aonde você quiser. Pode ir a pé, de bicicleta. Já aqui não tem essas facilidades. É mais difícil. O sofrimento é maior (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Ah meu, a cidade é bem melhor. Tem mais oportunidades. Os jovens de

lá tem mais chance do que a gente. A gente aqui no sítio é como se nem existisse. Olha, para o povo da cidade a gente só existe quando eles querem tirar sarro da gente. [...] Assim, chamar a gente de pé de barro, pé de poeira. Aí eles te vêem só para esculhambar. Mas, não vêem você como uma pessoa que pode ter o mesmo conhecimento que eles. Você pode até ter o mesmo grau de escola, mas eles vão falar que você é atrasado porque é do sítio, da roça. Parece que o que vale é a cidade, porque é lá que tem tudo. Aí também o jovem de lá tem mais oportunidade. A gente vai para lá, estuda lá, trabalha lá. Mas só de você falar que é assentado, ou então que mora no sítio, aí o tratamento já é diferente. Eles já olham como você está vestido, tira sarro, falam que você não sabe fazer troco. Mas eu também não estou nem aí, não ligo. Se enfezar, é pior. Aí vão dizer que você é brucutu mesmo. Qual é a chance que o brucutu tem? (Luciano, 26 anos, 6ª série, solteiro, assentamento Monte Alegre).

O jovem da cidade tem mais oportunidade, porque ele está mais perto de tudo [...] perto da escola, do trabalho. Mas, eu não acho que eles sejam mais espertos do que nós. Tem muita coisa de lá da cidade que a gente não sabe, mas, também tem muita coisa daqui que eles não sabem. Então, acho que é tudo igual se for comparar em termos de conhecimento. Só que na hora de aproveitar as oportunidades, os jovens da cidade se dão melhor do que a gente, porque as oportunidades aparecem é na cidade e eles já estão lá, têm família e tudo lá. Mas, eu não tenho inveja deles não. Eu gosto daqui. Quando quero, vou a cidade e compro minhas coisas, visito meus amigos. Acho que o problema aqui do sítio é que as coisas não são fáceis como na cidade (Fernanda, 20 anos, 2º grau incompleto, assentamento Monte Alegre).

A criação e difusão, nem sempre verdadeira, da imagem de que a cidade é sinônimo do moderno, do progresso, do conhecimento tem lugar na reflexão e avaliação dos jovens a partir de sua experiência concreta. Nesse sentido, sua marginalização não é apenas simbólica, mas é também concreta e se apresenta a partir de suas dificuldades de acesso a direitos elementares como educação escolar.

Os jovens demonstram e reconhecem a cidade como *locus* onde se produzem e

melhor se aproveitam oportunidades. Revelam ainda não só sua percepção da estigmatização do campo e de si, mas também sua capacidade de reação a ela, dentre outros modos, a partir da indiferença. Em termos analíticos, trata-se da dinâmica das “estruturas estruturadas” mas, também “estruturantes”, como apontou Bourdieu (1983).

A partir de sua realidade objetiva, os jovens constataam a marginalização de sua condição sociocultural; do lugar onde vivem e das poucas possibilidades de nele permanecerem a partir da reprodução de novas unidades familiares autônomas, pois, *“qual é a chance que o brucutu tem?”* Esse questionamento indica uma tomada de consciência de si e de seu contexto social e revela que os jovens não querem e não podem ser condenados a permanecer no campo, ou na atividade agrícola já que estes não correspondem, nem oferecem possibilidades concretas - em termos políticos e sociais - que viabilizem sua ação modernizante (articulação entre lazer, trabalho e escola) em busca de sua autonomia, ou à *“procura de viver bem”*.

Embora a conscientização acerca desse processo de dominação e marginalização não signifique sua imediata reversão (Bourdieu, 2001), não se pode ignorar que ela esteja na base de uma reação dos jovens à estigmatização do seu modo de vida e do campo como sinônimos de atraso.

Desse modo, a migração rumo à cidade não pode ser reduzida apenas a uma imposição exterior, isto é, da precariedade de sua existência na dimensão macro-social. Essa migração, embora não possa ser a solução mais eficaz também se constitui como uma reação prática à marginalização.

Um dos reflexos disso é denunciado pelos jovens que reconhecem melhorias na agricultura familiar, mas, não vislumbram nela seu futuro imediato, ou sua ocupação exclusiva. Ao contrário, a possibilidade de permanecer no campo é articulada à experiência de trabalho na cidade e permanente politização do discurso e das ações em torno da agricultura familiar. Sobre essa problemática, alguns jovens expressaram

que:

Hoje a agricultura familiar está boa. Tem financiamento para quase tudo. Quer dizer, no papel tem. É que se a gente comparar com antigamente, no tempo dos pais da gente eles falam que era mais difícil ainda. Então, se a gente comparar com o passado, acho que a agricultura familiar está boa. Mas, a gente tem que reclamar sempre. Se não reclamar, aí os políticos não fazem nada. A agricultura só melhorou porque a gente reclamou. Tem que reclamar. Eu mesmo já ajudei invadir o Incra lá em São Paulo para pedir financiamento. É isso. Acho que a agricultura familiar melhorou, mas ainda tem muito atraso. Não dá para dizer que vou ficar aqui. Eu gostaria muito de ficar, mas vejo que não dá (Mário, 23 anos, 2º grau incompleto, assentamento Monte Alegre).

A agricultura familiar é sempre desvalorizada. Quem aproveita mesmo são os grandalhões (fazendeiros). Mas eu acho que tem umas coisas que já melhoraram. Antes você não ouvia falar de assentamentos. Hoje é o que mais se ouve falar. Eu apoio o pessoal do MST. Eu acho que a agricultura familiar só melhorou mais por causa dos sem-terra. É um pessoal que briga né, invade banco, invade latifúndio. [...] A gente que é de sítio, a gente ficou para trás. A gente não tem a união que os assentados têm. Eles são unidos e organizados. Isso põe eles mais na frente do que a gente. Acho que isso ajuda a melhorar a agricultura familiar (Sandro, 22 anos, 1º grau completo, bairro rural Cabeceira do Boi).

Eu não sei muito falar da agricultura familiar, porque quem mais trabalha no sítio é pai e mãe. Mas, eu penso que teve umas melhoras. Ainda não está ótima. Você vê, se tivesse boa mesmo, o pessoal estava aqui. Mas é o contrário, não tem quase ninguém aqui. Agora também na cidade não está bom. Aqui pelo menos você tem casa. Agora já tem energia, telefone. Meu pai fala que antigamente não tinha nada disso. Então, não dá para falar que está ruim. Mas também ótimo não está. Se você quiser viver só da lavoura, não dá. Tem que melhorar mais, ter mais crédito, mais acompanhamento dos técnicos. [...] Mas, assim, sobre morar, viver, isso melhorou (Samanta, 18 anos, 2º grau completo, noiva, Assentamento Monte Alegre).

Pela tônica dos depoimentos vê-se que os jovens relacionam as melhorias na agricultura às mudanças no padrão de moradia no campo. Apontam para a aquisição da energia elétrica, televisão, telefone. Aparelhos que antes (na juventude dos pais) eram muito raros nas famílias rurais. Decorre da aquisição desses instrumentos, que lhes dão algum conforto e facilitam a comunicação com outras localidades, a percepção de melhoria sobre as condições de vida. Percebem também que essas melhorias não foram fortuitas, presentes do acaso. Ao contrário, são desdobramentos de sua interação com instituições (bancos, INCRA, MST, sindicato, ministérios) na dimensão macro-social ligadas à agricultura familiar.

Considerando a modernidade como um resultado da mediação e articulação sociocultural entre a racionalidade instrumental e a racionalidade normativa voltadas ao bem estar social, pode-se afirmar que os agricultores familiares, com destaque para os assentados, em sua interação social desenvolvem ações modernizantes capazes de reverter situações de precariedade como acesso à moradia e aos “mínimos sociais de sobrevivência”. A importância de sua ação é destacada por Sandro (jovem da Cabeceira do Boi) ao observar que *“a agricultura familiar só melhorou mais por causa dos sem-terra. É um pessoal que briga né, invade banco, invade latifúndio. [...] A gente que é de sítio, a gente ficou para trás. [...] Eles são unidos e organizados. Isso põe eles mais na frente do que a gente”*.

Os jovens não são os únicos agentes sociais a perceberem melhorias nas condições de habitação, por um lado, e, por outro, a permanência do bloqueio ao desenvolvimento da atividade agrícola para os agricultores familiares. Engenheiros agrônomos da Secretaria da Agricultura – regional Araraquara também expressaram opiniões muito próximas as dos jovens sobre a agricultura familiar e os arranjos institucionais para sua viabilidade. Falando sobre as possibilidades para os jovens que desenvolvem a atividade agrícola Renata observa que

faltam programas que os capacitem a produzir para o consumo e para o mercado. Eles [os agricultores] não têm renda fixa e por isso vivem sempre passando necessidades. Então deveria haver um programa que lhes permitisse a comercialização da produção toda vez que fizessem a colheita. Historicamente o que a gente vê é o agricultor produzir e o produto ser desperdiçado, pois ou ele não sabe comercializar, ou não tem como fazer isso mesmo sabendo. Então não há estímulos nesse sentido e não se pode dizer que ela esteja consolidada. A atual situação da agricultura nem permite que o agricultor possa se programar para continuar na atividade. Então, é tudo muito provisório para ele. Não há um projeto que permita a ele sonhar. "Ah eu tenho 10 alqueires de terra, vou plantar isso e aquilo, vender e obter um dinheiro para comprar isso e aquilo outro". Então falta motivação. Cada um de nós tem um sonho e se a gente vê que esse sonho não pode ser realizado, então a gente também desanima. É, pois vê que não pode garantir nem um futuro para os filhos. E os filhos querem um tênis da moda, uma calça da moda, uma camisa da moda, querem estudar, ter saúde. Se não tem nada disso no seu cotidiano, então eles não vão querer mesmo ficar no campo. Para consolidar a agricultura familiar é preciso juntar não só a tecnologia, mas também a cultura moderna para os agricultores e seus filhos. Caso contrário eles não ficam no campo (Renata, engenheira agrônoma da secretaria da agricultura – regional Araraquara).

Ainda outro engenheiro agrônomo revela em seu depoimento as dificuldades da referida Secretaria em atender os agricultores familiares da região e uso inadequado das tecnologias disponíveis. Ele afirma que

Estrutura mecânica até que a Secretaria tem. Carros, computadores, prédios e tal. Mas recursos humanos não tem. Somos poucos técnicos para atender toda a região. Então não damos conta. O que a gente faz é procurar trabalhar em cima dos programas existentes para atender as necessidades dos agricultores a eles vinculados. O agricultor que não participa de programas dificilmente será atendido, porque nós não temos recursos para atendê-lo. Por exemplo: tem o programa das

micro-bacias. Araraquara deve ter umas 10 micro-bacias. Mas, participando do programa mesmo só tem uma [micro-bacia]. Os agricultores dessa micro-bacia são acompanhados de perto desde a realização de projetos até a produção. Mas, os agricultores das micro-bacias que não entram no programa ficam de fora dessa assistência. Primeiro porque tem que ser uma coisa legal. Depois porque não temos técnicos suficientes para isso. Há um convênio entre o governo do estado e as prefeituras municipais, no qual as prefeituras devem emprestar seus técnicos agrícolas para as Secretarias da agricultura de seu município. Até que as prefeituras emprestam, mas tem vários problemas:

primeiro que nem sempre o técnico está disponível para a Secretaria. Então não é sempre que ela precisa e que é atendida.

Segundo, esses técnicos estão sempre mudando. Todas as vezes que se troca de prefeito, em geral o prefeito novo troca os técnicos. Então se você vinha desenvolvendo algum trabalho com os técnicos, perde a continuidade, porque até o novo pessoal se engajar no espírito da coisa demora muito.

Terceiro, isso é ruim porque os agricultores ficam inseguros quanto a assistência técnica. Uma hora é um técnico, outra hora é outro, noutra hora não há ninguém.

Quarto, esses técnicos emprestados da prefeitura ganham muito pouco. Até menos do que nós da Secretaria e têm que fazer o mesmo serviço que nós. Mas, ganhando menos eles ficam desmotivados em fazer aquele serviço e muitos acabam não fazendo mesmo.

Então você tem e não tem os técnicos. E primeiramente eles têm que atender o município e não o regional. Nesse sentido de recursos humanos a infraestrutura da Secretaria não é boa. Nós não conseguimos fazer o que de fato precisa ser feito. Os agricultores que estão fora de programas, se vierem aqui a gente até atende. Mas, é muito difícil, pois não temos pessoal para isso. Então faltam recursos humanos. Além disso, os técnicos que temos já estão quase todos em idade de se aposentarem e não há perspectivas de se abrir concursos para substituí-los (Ricardo, engenheiro agrônomo da Secretaria da Agricultura – Regional Araraquara-SP).

Os respectivos depoimentos desses dois engenheiros agrônomos ajudam a

revelar as dificuldades vividas pelas instituições criadas para apoiar os agricultores, especialmente os familiares, e apontam para o caráter estrutural da marginalização técnica da agricultura familiar em relação à agricultura empresarial.

Isso não significa que a agricultura familiar não seja produtiva, ou que sua razão de ser se reduza a aspectos econômicos. O que se constata é que mesmo tratando-se de um setor estratégico – o da produção direta de alimentos básicos – ela tem ficado em segundo plano nas políticas de Estado e encontrado sérias dificuldades para oferecer – efetivamente – condições materiais adequadas para jovens que queiram permanecer no campo com um vínculo mais intenso com a atividade agrícola.

A opção política pelo modelo de desenvolvimento rural ainda se liga umbilicalmente aos ecos do passado, isto é, produção agropecuária em escala por grandes fazendeiros com vistas ao abastecimento do mercado externo. Trata-se do agronegócio em escala que em 2005 cresceu cerca de 12,5% e, não obstante a desvalorização do dólar, obteve um saldo de 58,4 bilhões de reais em relação a 2004 (Folha, 2005). Já em 2006, mesmo mantida a desvalorização do dólar em relação ao real, as exportações do agronegócio continuaram subindo e cresceram 13,4% em relação a 2005 (ZIMMERMANN, 2007). Tornou-se assim, o grande *marketing* do modelo desenvolvimentista e da modernização.

Diante disso, a problemática da questão agrária brasileira no processo de subversão da modernidade em modernização revela escolhas políticas por modelos de desenvolvimento ancorados exclusivamente em critérios econômicos e produção em escala e o bloqueio institucional de setores como a agricultura familiar. Esta não está deslocada de lógicas econômicas, mas, nem sempre ou muitas vezes não as aciona como elemento exclusivo de sua razão de ser. E não é a ausência do elemento econômico, como o seu pilar central, que a torna social e culturalmente menos relevante que o modelo produtivista. O fato de os agricultores familiares e seus jovens

se organizarem cultural e politicamente em busca de melhores condições de vida e trabalho é, em si, uma ação que contribui para o desenvolvimento da modernidade e um bom indicativo de que a agricultura familiar como modo de vida pode propiciar integração social e o exercício da cidadania por agentes sociais marginalizados ou em situações precárias.

3.4 - Considerações ao Segundo Capítulo

Nesse capítulo procurei esclarecer as respectivas noções de modernização e modernidade e sua relação com as práticas políticas, ideológicas e culturais que envolvem a agricultura familiar e seus agentes sociais no Brasil.

Mostrei que nas mais diferentes tradições sociológicas (Parsons & Levi Jr., 1965; Eisenstadt, 1968; O'Donnell, 1972; Lechner, 1990) a modernização é compreendida como o desenvolvimento urbano e técnico-industrial constituindo-se em uma racionalidade instrumental.

A modernidade, sobretudo nas respectivas perspectivas de O'Donnell (1972); Lechner (1990); Giddens (1991); Touraine (1994) seria o desenvolvimento e expressão de uma racionalidade normativa implicando em padrões de comportamento e estilos de vida vinculados ao progresso técnico, mas não sobrepujados a ele. Desse modo, a modernidade contemplaria a modernização, mas não se reduziria a ela.

Entretanto, ao longo do processo histórico a modernidade foi reivindicada como obra de homens ilustrados que também se arvoraram como patronos da modernização e que, no caso brasileiro, conferiam às classes populares uma posição marginal no processo político, ideológico e social de formatação de uma nação moderna então balizada pelo lema "ordem e progresso".

O ponto de apoio para essa reflexão foi a idéia gramsciana sobre a necessária conexão entre a filosofia da práxis e a filosofia do pensamento como canal fundamental para a qualificação política das massas e a promoção da justiça social.

Todavia, não se expressou uma conexão entre essas duas filosofias nessa direção e um dos desdobramentos disso foi a subversão da modernidade em modernização e o escamoteamento das classes populares, entre as quais os agricultores familiares, como o avesso da modernização e sua conseqüente posição marginal no projeto de nação moderna. Essa defasagem histórica acerca do

reconhecimento político e social da agricultura familiar como um setor central no projeto de nação moderna e as dificuldades dos jovens de obterem - no campo e na atividade agrícola - renda suficiente para atenderem às suas demandas elementares (educação, saúde, lazer e objetos de uso pessoal) revelam a complexidade do desafio de se criar possibilidades concretas para que eles alcancem condições adequadas de vida no campo e/ou na cidade.

Vejamos no terceiro e último capítulo as condições socioeconômicas e socioculturais dos jovens, a partir das quais eles apontam para a articulação de suas ações na interface campo-cidade sendo esta última compreendida como o *locus* de melhores oportunidades para o alcance de seus objetivos.

Os dados coletados indicarão que a questão central não é a saída, ou permanência dos jovens no campo, mas o estilo e o padrão de vida que terão. Os rapazes querem conquistar sua autonomia e fazer a transição segura para a vida adulta com perspectivas de “viver bem”, isto é, satisfazendo as suas demandas de consumo básico, formação cultural e constituição de novas unidades familiares autônomas. As moças, além disso, buscam sua individuação a partir do reconhecimento social do seu trabalho.

4 – Terceiro Capítulo - Jovens Rurais e a Busca pela Autonomia

"Uma vez que os imperativos do mercado ditam os termos da reprodução social, todos os atores econômicos – tanto apropriadores quanto produtores, mesmo que mantenham a posse, ou mesmo a propriedade dos meios de produção – estão sujeitos às exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação de capital e da intensa exploração do trabalho" (WOOD, 2000, p. 28-9).

Introdução

Nesse capítulo farei uma reflexão sobre a interconexão entre algumas questões como as dinâmicas regionais; as estratégias familiares; as questões de gênero; a sucessão na propriedade; as políticas públicas e as possibilidades de conquista da autonomia e transição para a vida adulta dos jovens rurais dentro ou fora do campo de acordo com as condições materiais socialmente dadas.

Esse exercício é pertinente na análise porque, em que pese o corrente processo no qual a agricultura familiar vem sendo reconhecida social e politicamente, ela não se constitui como primeira alternativa concreta de trabalho e renda nas perspectivas de futuro dos jovens rurais. Seria esse um indicativo de ruptura dos jovens com a atividade agrícola e a vida rural?

Nesse processo, há jovens que desenvolvem atividades distintas, em espaços distintos como estratégia para obter rendas ou salários suficientes que cubram suas despesas individuais, lhes permitam viver dignamente e conquistar sua autonomia. Uma das expressões desse movimento é o trabalho agrícola e não-agrícola desenvolvido – concomitantemente – pelos agricultores familiares constituindo o que se convencionou cognominar de "pluriatividade".

Há autores (CARNEIRO, 1999; SCHENEIDER, 2003) que indicam ser ela uma característica, constitutiva do arco de estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. Outros (KAUTSKY, 1968; LACOMBE, 1984) afirmam que trata-se de um

fenômeno social que se intensificou no bojo do processo de desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais. Em síntese, nessa perspectiva a pluriatividade seria um dos desdobramentos da modernização agrícola²¹.

Além da pluriatividade – como estratégia, ou sinônimo de precarização dos agricultores familiares – há eventos políticos, intelectuais e culturais, como mostrei no segundo capítulo, que envolvem e atingem os jovens no campo e na cidade. Em termos analíticos, jovens da cidade e jovens rurais podem ser tomados dentro da categoria geral *jovens*, tanto na perspectiva geracional, como na perspectiva da *classe social*.

No entanto, a partir da análise do material de campo, algumas observações e distinções serão feitas. Embora alguns eventos (crise do emprego, educação escolar, questões de gênero, etc) atinjam a todos os jovens, as percepções e reações a eles não são iguais ou semelhantes, não obstante sua mesma temporalidade histórica. O

²¹Atrelado a essas formas de expressão ou percepção da pluriatividade estão duas teses. A primeira é desenvolvida por historiadores franceses e é abordada por Maria José Carneiro (1998). Concebe-se que o desenvolvimento concomitante de atividades agrícolas e não-agrícolas é um fenômeno estrutural, porém típico do campesinato pobre e como tal dispensável de uma classificação. A idéia é que a pluriatividade não se constituía como uma anomalia na pré-industrialização. A segunda tese aponta que o fenômeno é de fato estrutural, porém se intensifica com a modernização da agricultura e pode apontar para uma proletarianização dos agricultores familiares.

A despeito de algumas pesquisas indicarem a pluriatividade como sendo um fenômeno recente nas áreas rurais de países desenvolvidos e dos em desenvolvimento, uma análise mais profunda pode mostrar que a pluriatividade, há séculos, tem sido uma prática recorrente de agricultores (Carneiro, 1998). Nessa perspectiva, para historiadores franceses a grande maioria das unidades de produção familiar européias que combinam as atividades agrícolas com atividades não-agrícolas (artesanato, comércio, costura, carpintaria, construção civil) sempre o fizeram como uma forma de viver. Ao aparecer assim, como algo típico das famílias rurais pobres, a pluriatividade não se configurava como tal, tampouco como uma anomia social decorrente de processos econômicos, políticos e culturais.

“Esse hábito, muito recorrente entre os agricultores pobres em diferentes períodos da história e mesmo durante a proto-industrialização, é visto pelos historiadores da sociedade rural francesa, a exemplo de Marc Bloch, como característico de um modo de vida camponês que não merece nenhum tipo de classificação específica que venha distinguir os que o praticam. Seja como assalariados agrícolas de proprietários mais ricos, seja como trabalhadores independentes durante o inverno (como os ambulantes), ou ainda como assalariados nas minas e nas metalurgias, o pequeno agricultor sempre recorreu a formas de complementar a renda extraída da produção agrícola. [...] No entanto, o termo pluriatividade não é empregado por esses historiadores nem para designar esses tipos de práticas, pois elas não são vistas como uma anomalia em relação aos modelos ocupacionais da época, nem para caracterizar uma categoria específica de trabalhadores. Ao contrário, trata-se de uma regra seguida por um grande contingente da população rural e assim aceita sem ser colocada em questão” (CARNEIRO, 1998, p. 156).

Outros pesquisadores, como Lênin (1985) e Karl Kautsky (1986), ao elaborarem investigações sobre o desenvolvimento do capitalismo em áreas rurais observam que o recurso às atividades não-agrícolas como forma de complementar a renda familiar entre os camponeses pobres apontava menos para uma estratégia de reprodução social e mais para um processo de proletarianização. Intrinsecamente ligado a esse processo estava o desenvolvimento e o avanço das grandes propriedades rurais sobre as pequenas.

modo como os jovens da cidade percebem e reagem a eles tende a ser diferente da percepção e reação dos jovens rurais, porque tratam-se de grupos diferentes, mas, também os seus lugares e sua trajetória sociocultural são diferentes. Se fechar ainda mais o foco, pode-se considerar que essas diferenças existem inclusive no interior de cada grupo, isto é, entre os jovens rurais e os jovens urbanos, o que corresponde à diferenças de "*unidades de geração*"; "*classe social*" e "*culturas juvenis*", como mostrei no primeiro capítulo.

O uso sociológico de uma ou mais dessas categorias analíticas depende da forma como os jovens percebem e/ou reagem aos processos sociais pelos quais são envolvidos ou que protagonizam. Se na elaboração da análise sociológica o investigador deve se ater a essas possíveis diferenças entre os jovens - e no caso especial dessa pesquisa os jovens do assentamento e os do bairro rural - faz-se necessário ao administrador atentar para que a formulação e execução de políticas públicas voltadas para o setor não passe ao largo de cuidados semelhantes. Um ponto de partida seria elencar o que querem os jovens em seus diferentes lugares (terras de negros, bairros rurais, assentamentos, etc.) e o que objetivam as políticas. Certamente que os objetivos vislumbrados nas políticas não corresponderão ou contemplarão a todas as aspirações dos jovens rurais em suas mais diferentes demandas e realidades socioculturais.

Entretanto, desejos essenciais, como conquistar melhores condições socioculturais de vida no campo e/ou fora dele não podem ficar à margem das atenções políticas e sociológicas. Elisabeth Linhares et. al (2002) indicam que 41% dos jovens saem da terra devido à sua insuficiência para todos e/ou para buscar trabalho na cidade.

Com efeito, a interconexão entre diferentes arranjos pode provocar o êxodo rural dos jovens e/ou a possibilidade de permanecer no campo, ou ainda entre campo e cidade. A realização dessas possibilidades dependerá das formas de reação e

interação entre os jovens, suas famílias, sua região e os arranjos institucionais criados com o objetivo de contemplar suas perspectivas.

Dessa forma, essa problemática exige um esforço de compreensão de cada uma das questões considerando a atuação das famílias e de seus jovens na interface campo-cidade a partir da reflexão sobre cinco temas.

- a) Infraestrutura e dinâmica da região na qual os jovens atuam;
- b) Estratégias dos agricultores familiares e as perspectivas dos jovens;
- c) Autonomia dos jovens e os projetos coletivos das famílias;
- d) Gênero;
- e) Políticas públicas.

Minha pretensão não é esgotar o assunto ao analisar esses cinco temas tendo em vista as possibilidades concretas para os jovens rurais na agricultura familiar ou fora dela. Meu objetivo é apresentar as conexões entre esses temas e as possibilidades concretas dos jovens do assentamento rural e os da Cabeceira do Boi de permanecerem ou saírem do campo, segundo suas perspectivas e projeto de vida.

4.1 - Infraestrutura e Dinâmica da Região na qual os Jovens Atuam

Em regiões rurais de infra-estrutura precária que não oferecem aos jovens possibilidades de permanência no lugar trabalhando ou estudando, há grande tendência de que eles migrem para regiões que lhes ofereçam trabalho e/ou oportunidades de estudo. Ou seja, essas regiões de infraestrutura precária podem ser entendidas como

[...] áreas em que o espaço rural, incapaz de oferecer acesso satisfatório a bens e serviços indispensáveis à população local

(educação, saúde, empregos fora da agricultura, etc.), é vivido como um espaço de precariedade, que impõe sérias restrições materiais e sociais aos agricultores que nele vivem. Os agricultores vivem numa pequena localidade, onde vizinhança e família se confundem e onde nem a cidade circundante oferece as possibilidades de superação da precariedade rural (WANDERLEY; LOURENÇO: 1998, p.208-9).

Nesse caso, tanto para os jovens que tenham recursos financeiros ou outros bens, quanto para os carentes desses recursos, a migração torna-se um imperativo diante da escassez de oportunidades de estudo ou trabalho que a região apresenta. Além do “caso do Cariri, no Brasil, e de Zaghouan, na Tunísia” (WANDERLEY; LOURENÇO: 1998, p.209), uma ilustração disso é a migração no Vale do Jequitinhonha – nordeste de Minas Gerais.

Sem homogeneizar e guardadas as devidas exceções, o Vale do Jequitinhonha apresenta uma infraestrutura precária em termos de trabalho e estudos para seus jovens. Estes - sejam de famílias providas ou desprovidas de recursos - migram em massa para centros urbanos como Belo Horizonte-MG, São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ; áreas rurais dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Sul de Minas Gerais e ainda para países como Estados Unidos, Espanha e Portugal.

Os jovens das famílias “abastadas”, em geral, são da cidade e saem – principalmente - para estudar. Poucos retornam ao local de origem para fixar moradia. Os jovens desprovidos de recursos, em geral, são rurais. Não bastasse a precariedade da região, é grande a escassez de recursos de suas famílias. Embora desejem estudar, saem pensando mais em conseguir emprego na construção civil, no corte da cana de açúcar e serviços domésticos (Silva, 1988; Bison, 1998; Menezes, 2002). Sem reais possibilidades de trabalho e renda na sua região, para eles a migração – na maioria dos casos – é a única alternativa em busca de melhores condições de vida. Embora essa migração possa ser apresentada como estratégia de sobrevivência, dialeticamente ela também pode ser caracterizada como compulsória, na medida em que se constitui como alternativa única. Ou seja, não há outra escolha senão migrar.

Mas, vale observar dois aspectos nessa migração.

- a) Ela não representa, necessariamente, uma ruptura total desse jovem com a atividade agrícola na terra de sua família. Em que pese ela não ser a solução mais adequada, torna-se um instrumento no arco de estratégias de reprodução social do campesinato da região. O caráter sazonal dessa migração permite aos jovens, durante a entressafra das monoculturas, trabalhar nas terras de sua família. Essa duplicidade da condição de trabalho, como assalariado e como agricultor de base familiar confere também a esse agente uma condição social híbrida, a de camponês-proletário (Silva, 1992). Nessa condição, o camponês – carente de recursos para sobrevivência – torna-se proletário para adquirir recursos financeiros através do trabalho assalariado e, no futuro, recuperar a condição camponesa (Shanin, 1985);
- b) Essa migração sazonal também pode ser vista como permanente, posto que a cada ano agrícola das monoculturas ela se repete (Silva, 1992). Como a região de origem não apresenta uma dinâmica social (desenvolvimento industrial, político e social) que estimule a permanência e o exercício da cidadania dos jovens, eles são atraídos ou obrigados a migrar constantemente para regiões cuja dinâmica social se lhes apresente mais favorável. Além disso, essa migração pode representar para muitas famílias agrícolas um processo de proletarianização, na medida em que elas não puderem mais fazer sua reconversão de proletário em camponês.

A escassez de recursos da região é um dos fatores que estimulam a migração dos jovens e, sobretudo, cria sérias dificuldades de sucessão na propriedade familiar dadas as poucas possibilidades concretas de permanência no lugar mantendo com ele, além do vínculo de moradia, um vínculo de produção para os que assim desejam. Condição essa elementar para que possa se caracterizar como agricultor.

Mas, a migração tem causas e significados variados de acordo com as condições

sociais e necessidades dos migrantes. Durston (1998), observa que nas comunidades pobres, de baixa produtividade e fragmentada pela herança de vários filhos, a mera sobrevivência do lugar exige que alguns migrem, pois, pode não haver terras disponíveis a todos caso o mercado delas seja restrito aos fazendeiros. Noutras comunidades com melhor infraestrutura, onde os jovens atingiram maior grau de escolaridade a migração não pode ser freada, pois, as oportunidades de maiores níveis de instrução não podem ser adquiridas localmente. A reprodução da unidade familiar de produção agrícola é ameaçada quando não há possibilidades de eleger um sucessor na família para permanecer na terra e esta é açambarcada por fazendeiros ou profissionais autônomos.

Na região de Araraquara-SP há uma dinâmica social mais favorável, no que se refere às possibilidades de estudo e trabalho, que permite aos jovens urbanos e rurais - nativos da região - mais chances de nela permanecer, se o objetivo for estudar e trabalhar. Todavia, isso não significa a inexistência de migração nessa região. Ao contrário, há uma intensa migração interna - de caráter pendular - em busca de trabalho e estudo nas cidades vizinhas. Essa dinâmica social para os agricultores familiares do município de Araraquara aproxima sua região para a "situação de localidade dependente" (WANDERLEY; LOURENÇO, 1998). Nessa situação, embora os agricultores e suas famílias possam dispor

[...] de escolas primárias, postos de cooperativas e capelas, faltam à entidade local rural certas instituições superiores: as escolas secundárias, as sedes das cooperativas e dos sindicatos, as agências bancárias e mesmo a igreja matriz localizam-se no perímetro urbano, o que obriga os agricultores a terem uma profunda inserção na vida da cidade (WANDERLEY; LOURENÇO, 1998, p. 208).

A situação descrita pelos autores é semelhante à que encontrei no assentamento e no bairro rural, de onde os agricultores - inclusive os jovens -

realizam a migração para áreas rurais altamente capitalizadas ou para os centros urbanos vizinhos procurando inserção no mercado de trabalho.

Para os jovens desses lugares a necessidade não é apenas de estudo, mas também de trabalho fora da agricultura em busca de aprender outras profissões; adquirir artigos básicos de uso pessoal, ou coletivo; conquistar autonomia. Sem possibilidades de serem satisfeitas com a renda do trabalho agrícola no bairro ou no assentamento essas necessidades têm impulsionado um forte fluxo migratório entre os jovens. Esse fluxo e seus motivos foram expressos nos depoimentos dos jovens. Vejamos alguns deles.

Todo dia eu vou para Matão e volto. Trabalho lá. É numa firma que faz serviços para a prefeitura. Essas que tapam buracos nas ruas. Trabalho lá, mas eu gosto daqui. Vou e volto todo dia. Aí no fim de semana costumo ajudar pai na lavoura. Faço horta. Então é assim. [...] Mas viver só da lavoura não dá. Então viajo todo dia para trabalhar fora. [...] Não vou dizer que é ruim. Você conhece outros lugares, outras pessoas, aprende coisas novas e fica independente (Mário, 23 anos, 2º grau incompleto, solteiro, assentamento Monte Alegre).

[...] É como eu te falei. Trabalho lá em Matão. Tenho que viajar todo dia e voltar. Mas, eu gosto daqui. Se tivesse condição eu ficava aqui. Mas, para ter coisas tem que trabalhar fora. A sorte é que é tudo perto né, Matão e Araraquara. [...] As coisas que eu falo são assim: um batom, perfume, roupas, som, sandálias e ter também o próprio dinheiro para sair (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Todo dia vou para Araraquara. Trabalho lá como ajudante de mecânico. [...] Trabalhar aqui (na propriedade familiar) é difícil. É difícil. Só de vez em quando. Assim na época de plantar ou então colher. Gosto de colher acerola (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

A aquisição de artigos de uso pessoal (roupas, batom, perfume, etc) e uso

coletivo (som), bem como a conquista da autonomia parecem estar ao alcance dos jovens a partir do trabalho fora da agricultura. De modo objetivo, isso indica que melhores condições de vida para os jovens na área rural em análise implicam que eles desenvolvam trabalho remunerado na área urbana e consigam ter acesso aos produtos e objetos de que precisam.

Esse vislumbamento das melhores condições de vida e conquista da autonomia fortemente vinculados à experiência de trabalho na área urbana pode significar uma secundarização da atividade agrícola nesse processo, mas não necessariamente um desprezo pelo campo e apologia pela cidade. O “*gosto daqui*”, “*faço hortas*”, “*gosto de colher acerola*” não indicam efetivamente que esses jovens se caracterizem como agricultores, já que seu vínculo de produção com a terra é esporádico. Mas, isso também não permite afirmar que a experiência com o rural foi sucumbida pelo brilho das luzes da cidade e a atração que esta exerce com a possibilidade de conquista da autonomia.

Vale ainda chamar atenção para outra questão. Essa migração difere daquela ocorrida no Vale do Jequitinhonha por dois fatores.

- a) a migração entre os jovens rurais da região de Araraquara (especialmente do bairro rural Cabeceira do Boi e do Assentamento Monte Alegre) é menos impulsionada pela necessidade de sobrevivência e mais estimulada pela liberação da força de trabalho de alguns membros da unidade de produção familiar e pelo desejo dos jovens conquistarem sua autonomia em relação aos pais;
- b) se para os jovens rurais jequitinhonhenses a migração é sazonal e, muitas vezes, compulsória dada a escassez dos meios para a sobrevivência, para os jovens rurais da região de Araraquara a migração é pendular e se caracteriza como estratégica. Muitos deles saem das terras familiares para trabalhar em outras áreas rurais (de cana, laranja, amendoim, etc), ou em áreas urbanas

vizinhas ao município e retornam diariamente ou semanalmente para casa.

Alguns elementos, como a malha rodoviária e a oferta de transporte coletivo ligando os municípios da região de Araraquara – inclusive suas áreas rurais, contribuem para a facilidade de deslocamento desses jovens. Há linhas de ônibus municipal e intermunicipal ligando as áreas rurais entre si e aos centros urbanos vizinhos. Além disso, a prefeitura disponibilizou uma linha de ônibus escolar que faz o transporte das crianças e jovens do assentamento e do bairro rural para escolas na área urbana. As demais pessoas do assentamento e do bairro rural também utilizam essa linha de ônibus para ir trabalhar, fazer compras, visitar amigos, parentes ou resolver questões gerais na área urbana. Essa infraestrutura da região possibilita uma dinâmica favorável aos deslocamentos e inserção no mercado de trabalho e/ou espaços de lazer na cidade.

Também na região de Araraquara, as possibilidades de trabalho formal e informal nas áreas urbanas concorrem com o tempo livre liberado pelo uso de máquinas nas propriedades. Em pesquisa anterior - Pereira (2004) - constatei que cerca de 48% dos pequenos agricultores do município de Araraquara usavam trator e arado durante seu trabalho, 11,5% deles usavam mais de duas máquinas na atividade agrícola.

O trabalho não-agrícola nas áreas urbanas da região faz com que muitos jovens usem a propriedade como local de moradia ou dormitório, já que pretendem economizar parte de seus salários não pagando aluguel na área urbana, ou ainda vão dormir na propriedade familiar, porque o salário é baixo a ponto de não cobrir despesas com aluguel, água e energia elétrica na cidade. Os respectivos depoimentos de Mário e Estela são emblemáticos dessa questão.

Ah, eu vou e volto todo dia, porque assim não tem que pagar aluguel lá. Também para pagar aluguel tem que ganhar bem ou então o salário vai todo no aluguel (Mário, 23 anos, 2º grau incompleto, solteiro,

assentamento Monte Alegre).

Todo dia levanto cinco e meia da manhã. Entro no serviço sete horas, mas tem que sair cedo. Era bom se a gente pudesse morar lá. Mas, fica caro pra pagar aluguel, água e luz. É o ponto que eu prefiro ir e vir todo dia nem que tenha que acordar cedo. [...] Cansar, cansa. Mas, não tem outro jeito (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

Desse modo, além dos vínculos subjetivos de afeto com o campo proferidos nas expressões “gosto daqui”, “gosto de colher acerolas”, há também os vínculos de caráter objetivo. Isto é, os jovens mantêm um vínculo habitacional com o campo procurando economizar uma parte do salário que seria utilizada para pagar despesas com água, luz e aluguel. Esses vínculos foram manifestados pelos jovens do assentamento e do bairro rural, respectivamente. Isto significa que, para eles, a manutenção do vínculo habitacional com o campo é muito significativa na medida em que o baixo salário auferido na cidade não lhes permitiria cobrir gastos com aluguel, água, luz e ainda assim adquirir produtos básicos de que precisam ou desejam como tv, rádio, material escolar, roupas, alimentos que não são produzidos nas suas “roças”, etc.

Sua inserção no mercado de trabalho urbano aponta que seu vínculo de produção com a terra é esporádico. Na maioria dos casos ele ocorre apenas durante os finais de semana ou feriados. Nos bairros Machados²² e Cabeceira do Boi e nos assentamentos Bela Vista, Bueno de Andrada e Monte Alegre, encontrei muitos jovens na situação acima descrita (Pereira, 2003/2004). Não obstante, ao indagá-los sobre suas expectativas de saída do campo e de abandono da agricultura – entre os jovens do sexo masculino – sua resposta era negativa como também o eram as de seus pais

²² Vale observar que o Bairro dos Machados é dividido em duas partes, sendo que uma delas é classificada pela prefeitura do município como “urbana” e a outra como “rural”. O que as separa é o Ribeirão do Ouro que tem cerca de quatro metros de uma margem a outra.

para a mesma questão. 95% dos entrevistados afirmaram que não venderiam a propriedade por motivo nenhum. Já entre as mulheres jovens que entrevistei para a presente pesquisa, embora elas estivessem trabalhando na cidade e “ajudando” nas atividades agrícolas, o desejo da maioria é sair do campo e abandonar a agricultura. É o que expressaram Estela e Samanta em seus respectivos depoimentos.

Aqui não dá para ficar. O trabalho é pesado e a gente não é valorizada. O lugar aqui é bonito, mas para trabalhar a gente sofre (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

Ih, não quero ficar aqui não. Você acha? Não tem como. Quem mais fica são os homens e mesmo assim é sofrendo (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Esses depoimentos vão ao encontro de outros tomados por Abramovay (2001) e Stropasolas (2004), nos quais os autores apontam para uma tendência de masculinização do campo fazendo referência à maior intensidade do êxodo feminino em relação ao masculino. Na região que analisei, essa tendência também se confirma. Como e por que as moças são as que mais se dispõem a abandonar o campo?

Nessa questão de gênero, o olhar sociológico deve ser diferenciado entre os motivos que estimulam os *rapazes* e aqueles que estimulam as *moças*. Embora os fatores de infraestrutura (meios de transporte, escolas) da região estejam postos para os homens e as mulheres veremos (adiante na questão de gênero) que seus respectivos desejos de ficar ou permanecer no campo, além de estarem vinculados à questões objetivas como a infraestrutura da região, estão intimamente ligados a natureza da divisão sexual do trabalho no grupo familiar; ao grau de importância e prestígio conferidos ao trabalho masculino e feminino na unidade de produção, e, também, à preferência dada aos homens pelas instituições políticas nos processos de acesso à terra.

Por enquanto, o que importa reter é que a dinâmica social da região – no que se refere à sua infraestrutura – concorre fortemente para a permanência ou expulsão de trabalhadores, entre eles, os jovens. Se a infraestrutura for adequada, ela pode oferecer ao jovem um leque maior ou menor (depende de ser “o jovem” ou “a jovem”) de oportunidades no processo de aquisição de melhores condições de vida, conquista da autonomia e transição para sua vida adulta.

Diferentemente do Vale do Jequitinhonha, região de infraestrutura precária, a região de Araraquara-SP oferece aos jovens melhores oportunidades. Mesmo com um vínculo produtivo de caráter esporádico com a terra, isso permite que eles permaneçam na região, como mostrei nos respectivos depoimentos de Mário e de Estela e também Jonilson o enfatiza em seu depoimento.

Trabalho aqui mais é nos fins de semana. Ajudo lá em casa (lote). Só pai e mãe não dão conta do recado não. [...] Trabalho o sábado quase todo na roça. Domingo vou namorar, jogar bola, tomar umas cervejas. É isso (Jonilsom, 23 anos, 8ª série, assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

As falas reforçam a tese de que há uma tendência de os jovens rurais manterem um vínculo produtivo esporádico com a terra, mesmo em regiões onde há uma dinâmica social favorável à conquista de sua autonomia e transição para a vida adulta. Uma questão interessante seria observar para quais atividades a dinâmica social é mais favorável. Na região de Araraquara, as atividades não-agrícolas nas áreas urbanas e a agricultura empresarial altamente capitalizada parecem concorrer fortemente com a atividade agrícola familiar, ainda que esta possa estar voltada para o comércio. Em 2004 – Pereira (2004) – constatei que 88,5% dos agricultores consumiam, mas também comercializavam regularmente a maior parte de sua produção.

É importante também destacar que entre aqueles fatores distintos na infraestrutura regional a estimular a migração sazonal de jovens rurais no Vale do Jequitinhonha e na região de Araraquara há um elemento comum às duas regiões. A dificuldade de acesso ao crédito para investimento na atividade agrícola familiar.

Em Araraquara, 63% dos agricultores familiares não tinham acesso às políticas do Pronaf em 2004 (Pereira, 2004). Não há dados precisos para a região do Vale do Jequitinhonha, mas estima-se que cerca de 80% dos agricultores familiares não têm acesso a créditos de investimento e custeio e outros 70% não têm créditos de combate à pobreza rural (Serviço Pastoral dos Migrantes, 2004). Nesse sentido, para as duas regiões, em que pese a diferença de suas respectivas dinâmicas, o bloqueio das políticas públicas e os fatores de infraestrutura regional – embora não sejam exclusivos – estariam contribuindo para que os jovens busquem melhores condições de vida e alternativas de transição para a vida adulta fora da agricultura familiar, mas, mantendo um vínculo afetivo e de moradia com o campo como uma estratégia – consciente ou não – que dispensa o gasto de seus baixos salários com aluguel e outras despesas com infraestrutura habitacional na área urbana.

Como as políticas públicas e a infraestrutura regional não são exclusivas, ou não determinam - por si só - a saída ou permanência no campo, no próximo tópico passo a analisar um elemento equivalente às conseqüências das políticas públicas e infraestrutura regional nos processos de reprodução social das famílias rurais e na transição para a vida adulta dos jovens. Trata-se das estratégias na agricultura familiar.

4.2 – Estratégias na Agricultura Familiar e as Perspectivas dos Jovens

As estratégias familiares são - ao lado da dinâmica da região, das políticas públicas e dos eventos extra-familiares - de fundamental importância para o processo de reprodução social da unidade de produção familiar e também para a perspectiva dos jovens rurais quanto ao seu futuro. Evidentemente que, por si só, as estratégias não garantem, ou não são determinantes para a reprodução social da família, tampouco para a conquista da autonomia ou transição para a vida adulta de seus jovens. Todavia, seria ingênuo ignorar seu peso e seus desdobramentos em conexão com os fatores sociais (dinâmica da região, políticas públicas) extra-familiares.

De acordo com Oleg Stanek (1998), as estratégias desenvolvidas pelas famílias rurais vão desde as que visam “fixar os filhos no campo, pouco importando a profissão desejada para eles”, ou ainda objetivam garantir o patrimônio da família “fixando um ou vários filhos no campo” e procurando promoção social para outros ao viabilizar seu acesso à profissões de maior *status*. Estas compreendem a categoria de “estratégia ruralista”. Outras podem compreender a categoria de estratégias “rural-urbana”, nas quais as famílias expressam indiferença quanto ao local de residência dos filhos e desejam que estes tenham acesso à profissões técnicas com pequena ou forte promoção social e preferem que eles se instalem na cidade (STANEK, 1998, pp.119-126)²³.

Para o escopo desse trabalho optei por discorrer sobre duas categorias de estratégias que se apresentaram com maior intensidade entre as famílias e jovens entrevistados. A primeira é a “*estratégia ruralista*” - escolha do que produzir, consumir

²³Para ver mais detalhadamente as categorias de estratégias desenvolvidas pela família, cf. STANEK, Oleg. As estratégias familiares. pp. 119-148. In. LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar**. Trad. Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. Além disso, outros autores como Antonio Candido (1971), Beatriz M. Alasia de Heredia (1979), Afrânio Raul Garcia Jr.(1989) já chamaram atenção para a questão das estratégias. Recentemente, há os trabalhos de Maria J. Carneiro (1998), Sérgio Schneider (2003), Sonia Maria. P. P. Bergamasco *et al.* (2003), Martins (2003).

e comercializar, troca de dia de serviço, constituição de matrimônios. A segunda categoria de estratégias é a *"rural-urbana-rural"*, na qual será explorada a pluriatividade.

Antes de discorrer sobre elas é pertinente explicar porque não uso apenas a expressão "rural-urbano" utilizada por Oleg Stanek (1998) e sim *"rural-urbana-rural"*. No caso que analisei, embora haja uma significativa inserção dos filhos jovens no mercado de trabalho da cidade, entre os pais é forte o desejo de que eles possam permanecer no campo. Mesmo entre os jovens esse desejo também é alimentado. Entretanto, isso não significa – efetivamente – que permaneçam na área rural estabelecendo um forte vínculo de produção com a terra. Esse tipo de vínculo é muito esporádico. O que se expressa com maior vigor é o vínculo habitacional. Isto é, usar o campo mais como local de moradia. Nessa interação com a cidade os jovens, tampouco os pais, não desejam ruptura com o rural. Desse modo, classifico essa estratégia como *"rural-urbana-rural"* para diferenciá-la da categoria de estratégia *"rural-urbana"* apontada por Stanek (1998), na qual o objetivo dos agricultores é se estabelecerem na cidade e pouco desejam retornar ao campo. Feita a distinção, passo às estratégias.

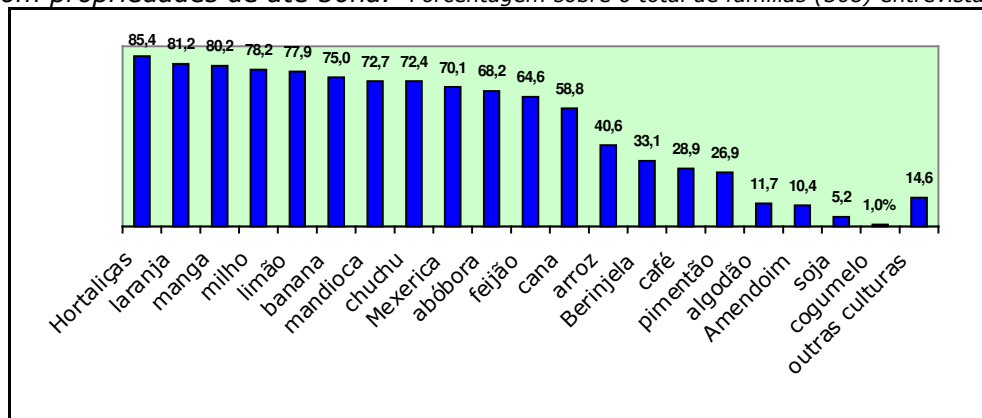
Estratégias da categoria "ruralista" - escolha do que produzir, consumir e comercializar, troca de dia de serviço, constituição de matrimônios.

Sobre a "escolha do que produzir, consumir e comercializar"

Ainda que se possa encontrar unidades familiares de produção especializadas em um ou dois tipos de lavouras, é característica forte do agricultor familiar a prática de policulturas e o desenvolvimento de pequena, mas importante, indústria doméstica como uma estratégia para viver no campo. O cultivo de feijão, milho, arroz, café, mandioca, batata, abóboras, frutas e hortaliças; a criação de algumas vacas e

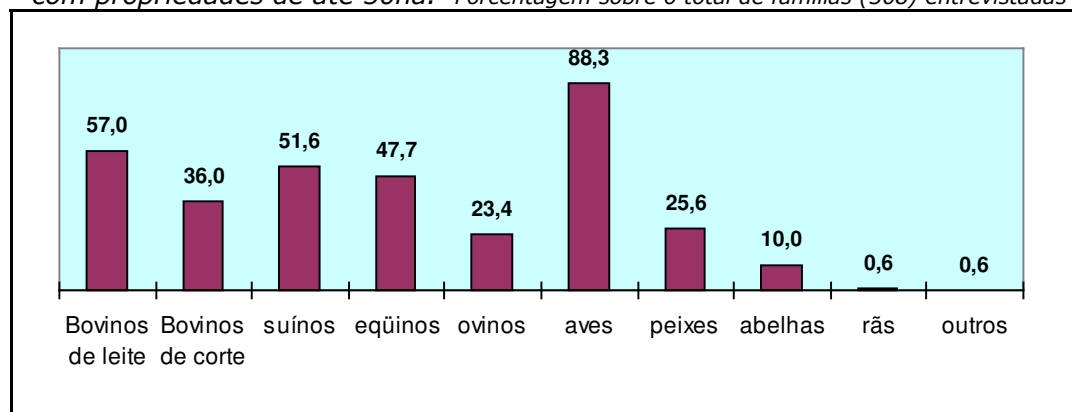
pequenos animais como ovelhas, porcos e aves; a produção de pães, bolos, doces, queijos, vassouras, etc. visa garantir o autoprovisionamento, mas também comercializar entre vizinhos, nas feiras, quitandas, mercados, etc. para obter dinheiro e comprar produtos não elaborados pela unidade de produção, como sal, açúcar, roupas, calçados, eletrodomésticos, etc. Vejamos alguns gráficos sobre a produção agropecuária dos agricultores familiares, com até 50 ha, no município de Araraquara-SP.

Gráfico 1²⁴: Perfil da produção agrícola de agricultores familiares em Araraquara-SP com propriedades de até 50ha. Porcentagem sobre o total de famílias (308) entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo - fevereiro/abril de 2003 - total da amostra = 308 famílias

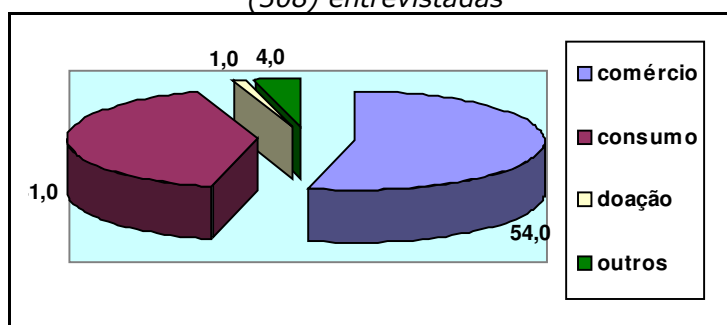
Gráfico 2: Perfil da produção pecuária de agricultores familiares em Araraquara-SP com propriedades de até 50ha. Porcentagem sobre o total de famílias (308) entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo - fevereiro/abril de 2003 - total da amostra = 308 famílias

²⁴ Os gráficos 1, 2 e 3 são parte dos resultados da pesquisa de iniciação científica que realizei no período de (2003-2004) sob orientação da profa. Darlene Ap. O. Ferreira, e, com financiamento da Fapesp.

Gráfico 3: Destino dos produtos agropecuários de agricultores familiares em Araraquara-SP com propriedades de até 50ha. Porcentagem sobre o total de famílias (308) entrevistadas



Fonte: Trabalho de campo - fevereiro/março de 2003 - total da amostra = 308 famílias

Os gráficos mostram que a produção agropecuária das famílias é bastante diversificada, o que viabiliza o uso dos produtos para o consumo interno e para a comercialização configurando-se em uma importante estratégia doméstica de consumo e produção. Muitas vezes essa estratégia sobrepõe consumo e comércio sem excluir um ou outro. Desse modo,

[...] autoconsumo e comercialização não são objetivos antagônicos [...], mas funcionam como estratégias complementares e articuladas, que visam a reprodução da família durante todo o ano (WANDERLEY, 2003, p.220).

Sobre a "troca de dia de serviço"

Outro elemento importante nas estratégias é a troca de dias de serviços entre vizinhos, parentes e compadres. Em muitos casos, a carência de recursos financeiros para contratar trabalhadores assalariados é superada pela solidariedade expressa na troca de dias de serviço, ou até troca de dias de serviço por animais. Na região de Araraquara-SP, encontrei agricultores que trabalhavam durante um mês para o vizinho

ou parente e recebiam, como pagamento, dois porcos ou uma novilha. Vale observar que alguns desses agricultores dispunham de carros próprios, tratores e não eram desprovidos de recursos básicos.

Isso significa que ao lado da importância de se economizar algum dinheiro no processo de produção, a troca de dia de serviço expressa uma forte solidariedade entre famílias. Solidariedade essa que se expressa também nos casos em que não ocorre a troca de um dia de serviço por outro, mas em trabalhar e receber somente quando o dono do serviço puder pagar. Neste tipo de relação há uma reciprocidade que pôde ser constatada através dos seguintes depoimentos.

Na semana passada dei uma novilha a troco de uma semana de serviço. Aqui a gente costuma fazer isso, quando não tem o dinheiro para pagar (Jovelino dos Santos, 63 anos, 2ª série do primário, casado, cinco filhos, Assentamento Monte Alegre).

Tem gente que não gosta de fazer troca de dia de serviço não. Exige o dinheiro mesmo. Mas assim, se não tiver pra pagar na hora, pode pagar depois. Mas, trocar dia de serviço não (Luciano Silva, 70 anos, analfabeto, casado, três filhos, assentamento Monte Alegre).

Direto a gente troca dia de serviço. Quando tem o dinheiro não. Aí a gente paga. Se tiver dinheiro paga, porque é preferível o dinheiro. Mas, se não tiver, aqui não tem isso de não fazer o serviço por falta de dinheiro não. A gente troca dia de serviço. Troca um pelo outro. Tem vez também de pagar o dia de serviço com alguma criação que tiver. Mas se tiver dinheiro é preferível dinheiro mesmo, porque todo mundo precisa dele (Antônio Marquetti, 69 anos, 5ª série, casado, quatro filhos, bairro rural Cabeceira do Boi).

Constata-se nesses depoimentos que para os agricultores do assentamento e do bairro rural não há diferenças quanto à percepção da importância e prática da troca de dia de serviço, como uma estratégia para superar parte das dificuldades financeiras no

processo de produção. Mas, é também significativa sua preferência pelo pagamento em dinheiro quando há possibilidade de fazê-lo. A preferência pelo pagamento em dinheiro condicionada à possibilidade real de se fazê-la reforça o caráter da troca de dia de serviço como solidariedade e moral entre os agricultores familiares, sobretudo, entre os grupos de parentesco (Woortmann, 1988).

Além disso, essa estratégia aponta para o fato de que mesmo entre os agricultores familiares com vínculos mais estreitos com o mercado, a troca de dia de serviço como expressão de solidariedade, ou como uma estratégia para economizar dinheiro – ou ainda superar sua falta – coexiste com as modernas relações de compra e venda da força de trabalho mais efetuadas via capital.

Mas, como os jovens vêem essas estratégias? Será que o fato de pertencerem a uma geração diferente seus comportamentos implicariam em uma transformação, ou ruptura com esse tipo de solidariedade? Tanto no bairro rural, quanto no assentamento, os jovens indicaram que reconhecem o valor dessa estratégia como expressão de solidariedade. Mesmo aqueles que preferem o pagamento em dinheiro pelo serviço realizado, abrem a possibilidade de trocar dia de serviço, caso seja necessário. Mário, Lucas e Sandro apontam nessa direção em seus respectivos depoimentos.

Acho legal esse tipo de ajuda. Trocar dia de serviço, ou então outras coisas no lugar do dinheiro. Não acho isso atrasado não. Aqui nós temos que nos ajudar. Ninguém tem muito recurso assim pra falar que não depende dos outros (Mário, 23 anos, 2º grau completo, assentamento Monte Alegre).

O bom mesmo era se todo mundo tivesse dinheiro pra pagar o dia. Acho que era melhor. Você poderia comprar suas coisas. Mas tem gente que pode pagar e tem outros que não podem de jeito nenhum, a não ser dar uma coisa ou outra no lugar. Aí você tem que compreender, ajudar. Quando eu vejo que a pessoa pode pagar, eu cobro em

dinheiro. Até mesmo os amigos. Mas, se não puder não tem problema. Ajudo do mesmo jeito (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro Cabeceira do Boi).

Ah meu, é preciso ajudar de todo jeito. Ninguém tem dinheiro pra sair pagando camarada assim não. Seria bom se tivesse, mas não tem (Sandro, 22 anos, 1º grau completo, solteiro, bairro rural Cabeceira do Boi).

Todo mundo ajuda. Na época de colher acerola aqui a gente faz um mutirão. É legal. O povo trabalha mais animado, brincando. Eu gosto (sorrisos). A gente arruma até namorado no mutirão. Meu noivo mesmo, a gente começou a namorar no mutirão da acerola (Fernanda, 20 anos, 2º grau incompleto, assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

Os depoimentos revelam que a diferença de geração parece não abalar a importância da troca de dia de serviço como um fator moral e estratégia entre as famílias do assentamento e do bairro rural. Isso é interessante porque a necessidade de obtenção de dinheiro aparece com muita ênfase nos depoimentos desses jovens, talvez até porque precisam adquirir determinados objetos (calçados, vestuários, som, tv, telefone celular), para os quais a ajuda paterna parece ser insuficiente.

Desse modo, ao trabalharem para os outros, preferem receber em dinheiro para poder comprar os objetos que desejam. O desejo de receber em dinheiro pelo dia de trabalho – inclusive para os amigos – se sobrepõe à forma de pagamento em espécie. Todavia, a preferência pelo dinheiro não exclui outras formas de pagamento como a “troca de dia de serviço” que apareceu com o caráter de “ajuda” nos depoimentos. As atividades realizadas na troca de dia de serviço se constituem como um trabalho, pois, geram produtos ou serviços para usos ou trocas. Entretanto, elas não se caracterizam, necessariamente, como um trabalho ocupacional, ou emprego remunerado que é uma característica fundamental do trabalho no capitalismo, na medida em que a

remuneração é um desejo ou preferência (muitas vezes não realizado) dos jovens e não uma condição *sine qua non* para a realização das atividades (Johnson, 1997).

O trabalho realizado aparece como escambo na forma de troca de dia de serviço ou, na expressão dos próprios jovens, como “ajuda”, principalmente quando se percebe que o amigo, vizinho, parente ou compadre não pode remunerar pelo trabalho realizado em seu benefício. O depoimento de Sandro a esse respeito é uma síntese das várias manifestações dos outros jovens que ouvi para essa pesquisa. Para Sandro, “*é preciso ajudar de todo jeito. Ninguém tem dinheiro para sair pagando camarada. Seria bom se tivesse...*” (Sandro, 22 anos, moreno, 1º grau completo, solteiro, bairro rural Cabeceira do Boi).

O “*é preciso ajudar de todo jeito*” sugere a existência de regras de solidariedade no assentamento. Mas, regras que, de acordo com Malinowski (2003), se caracterizam por serem elásticas, pois, não condicionam a vida dos agentes sociais envolvidos à sua execução. Tanto que há uma preferência ou desejo pelo pagamento feito em dinheiro pelo trabalho realizado, o que expressa solidariedade e/ou espontaneidade quando se aceita trocar um dia de trabalho por outro, ou por objetos, animais.

É pertinente destacar também que esse trabalho realizado na forma de “ajuda” não se configura como alienante, já que não é necessariamente remunerado, ou adquirido como produto de compra e venda ou mercadoria. Além de reforçar o caráter de elasticidade presente nas regras, o aspecto não alienante desse tipo de trabalho confere aos agentes sociais envolvidos a condição de sujeitos não alienados pela forma mercadoria (Marx, 1982).

Sobre a "constituição de matrimônios"

A constituição de matrimônios é outra estratégia fundamental para a reprodução na agricultura familiar e para os jovens em sua transição para fase adulta. Entre diversos significados socioculturais, a partir de sua realização estão os que visam conferir autonomia a jovens casais reservando-lhes uma parte da propriedade ou adquirindo novas terras e/ou animais para eles. Mas, o forte êxodo rural das moças tem dificultado a constituição do matrimônio e a reprodução das unidades familiares. O depoimento de Lucas revela a dimensão dessa problemática.

Poder ficar aqui era bom. Mas, não dá. Ta ficando muito difícil. Ninguém quer ficar. As moças também vão todas embora. Ta difícil até de arrumar namorada (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

O depoimento ajuda a reforçar a tese de que além do fator econômico, há outros fatores, como namoro, matrimônio que se constituem como molas propulsoras do êxodo, e, que a impossibilidade de realização de matrimônios não é fator exclusivo e sim um dos obstáculos à reprodução social da família agrícola. Em síntese, quanto menores forem as possibilidades dos jovens se casarem no campo, maior a tendência de êxodo rural e maior a redução das unidades familiares de produção formadas por cônjuges e filhos²⁵.

A dificuldade de constituição de matrimônio entre os jovens rurais se apresenta como uma forte tendência em diversas regiões rurais brasileiras. Estudando um município da região oeste de Santa Catarina, Abramovay et al (2001) apontam que o vazio demográfico de muitas áreas está diretamente ligado ao êxodo rural feminino, já

²⁵As unidades familiares de produção também podem ser formadas por irmãos ou outros parentes próximos.

que os homens não encontram mulheres para constituírem novas famílias e também migram em busca de noivas, mas, dificilmente retornam ao campo para trabalhar.

Valmir L. Stropasolas (2004) mostra que às mulheres é relegada condição desprivilegiada na divisão do trabalho familiar e nos processo de sucessão. Este é um forte fator que as estimula buscar alternativas de vida na cidade.

Com a maior tendência das noivas em buscar novos rumos, em muitos casos "impulsionadas" pelos próprios pais, essas iniciativas femininas acabam arrastando rapazes com que mantinham algum tipo de laço afetivo antes (ou mesmo depois) de elas tomarem a decisão, fazendo com que *"o namorado da minha irmã era daqui e foi para a cidade. Ela foi e ele foi também. A irmã dele também vai querer sair agora. Ele está dirigindo caminhão para uma agropecuária"*²⁶ (moça de Linha Pinheiro Alto). *"E todo mundo disse: ah por que ele saiu..., culpa tua, porque você quis morar na cidade e você não quis voltar, daí ele foi também"* (moça de Linha Mazziero). Quanto ao fato do apoio caseiro para elaboração de estratégias visando a saída, os próprios jovens comentam que: *"Se não mudar um pouco a mentalidade dos pais, até de incentivar os filhos a ficar, até as moças, tentar assim incentivar, porque o problema do agricultor é o seguinte: é que eles incentivam muito as filhas a irem para a cidade. Mas então quem que vai casar com os filhos deles? Eles não estão preocupados com esta ideologia"* (moça de Linha Pinheiro Alto)", (STROPASOLAS, 2004, P.264).

Vê-se que a questão da dificuldade de formação de novos matrimônios não é efêmera. Se não é possível afirmar que ela seja uma problemática comum às áreas rurais brasileiras, ao menos ela se apresenta como tendência. Na medida em que há dificuldade de se realizar matrimônios entre os jovens, pode-se considerar que também aumentam as dificuldades das famílias assegurarem a transmissão de seu patrimônio como uma estratégia de reprodução social.

²⁶Todos os grifos em itálico são meus. Os fiz para destacar a fala das entrevistadas na citação de Stropasolas.

Estratégia da categoria "rural-urbano-rural" - a pluriatividade

A pluriatividade é um elemento importantíssimo nas estratégias das famílias. Há um amplo debate na sociologia rural francesa, quanto na sociologia da agricultura norteamericana acerca do fenômeno da pluriatividade (Carneiro, 1998; Schneider, 2003). Seja entre os pesquisadores norteamericanos, seja entre os franceses, bem como entre as duas tradições de pensamento, não há um consenso acerca de uma concepção teórica que defina sociologicamente a pluriatividade. As divergências variam desde questões de ordem semântica da expressão à sua real capacidade de traduzir conceitualmente uma realidade caracterizada pelo desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas por agricultores familiares, como estratégia de reprodução social para uns e um processo de assalariamento para outros.

A despeito das diferentes interpretações, há um consenso sobre a idéia de que a expressão "pluriatividade" se assemelha mais a um termo técnico (Carneiro, 1999). A pluriatividade seria, então, o desenvolvimento de atividades agrícolas e não-agrícolas por famílias inteiras ou alguns de seus membros dentro ou fora da propriedade, mas mantendo a moradia e um vínculo, inclusivo produtivo, com a terra (Schneider, 2003).

Os estudiosos (Carneiro, 1998; Schneider, 2003) da pluriatividade concluem que seus contextos e motivos são diversos e complexos. Ela pode significar uma estratégia do grupo familiar para auferir rendas que complementem os recursos adquiridos com a atividade agrícola e viabilizar sua permanência no campo, ainda que a agricultura não seja sua atividade principal como meio de vida.

Mas, a pluriatividade também pode decorrer da adoção de inovações tecnológicas na unidade produtiva que implicam em liberação de parte da força de trabalho antes empregada na atividade agrícola.

Nessa perspectiva é interessante observar o contexto dos jovens rurais da região de Araraquara, mais precisamente no assentamento e no bairro rural em

análise. No caso das famílias desses jovens, a agricultura é a atividade principal, mas o uso de máquinas libera tempo para os membros da unidade produtiva se ocuparem com outras atividades que podem variar de lazer a educação escolar e ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas dentro ou fora da propriedade.

Mas, é bom observar que a relevância da análise não deve recair sobre as atividades em si, e sim nos motivos e objetivos dos agentes sociais que se envolvem com elas (Carneiro, 1999). Em depoimentos anteriores vimos que os principais objetivos dos jovens são: adquirir artigos de uso pessoal, ou coletivo; conquistar autonomia e viabilizar uma transição segura para a vida adulta dentro ou fora do campo. Em síntese, o que se busca é qualidade de vida, ou viver melhor do que viveram seus pais independentemente de que para isso tenha que trabalhar no campo ou na cidade. Nesse sentido, a pluriatividade se configura não apenas como uma estratégia, mas também como uma forma dos jovens se tornarem independentes.

Em boa medida, é o que constatei durante o Trabalho de Campo nas entrevistas com os jovens, quando lhes indagava sobre sua perspectiva de futuro na agricultura familiar. Entretanto, para suas famílias a agricultura é a atividade principal, inclusive como fonte de renda. Mostrei que a maioria delas comercializa regularmente a maior parte de sua produção.

Todavia, a grande maioria dos jovens entrevistados (60% no assentamento, e, 80% no bairro rural) colocou a atividade agrícola em segundo plano como meio de obtenção de renda e as atividades não-agrícolas fora da propriedade em primeiro plano o que as torna, sem dúvida, um elemento fundamental nesse processo de conquista da autonomia e transição segura para a vida adulta. Mostrei que a maioria dos jovens, embora expressasse um desejo de ficar no campo - mantendo um vínculo produtivo com a terra - não vislumbrava a agricultura familiar como atividade principal tendo em vista as dificuldades que se interpõem e bloqueiam a realização de seus desejos.

Embora, esses jovens possam ser percebidos – conceitualmente – como agricultores pluriativos, porque - mesmo esporádico – mantêm um vínculo de produção e moradia com o campo, há uma forte tendência para que muitos deles deixem de ser agricultores e mantenham estrategicamente o vínculo de afeto e moradia com o campo.

Tendo em vista a conquista de sua autonomia e transição para a vida adulta, a manutenção do vínculo de produção com a terra não se caracteriza como sua preocupação primeira. Esta se caracteriza pela conquista de um trabalho remunerado seja ele agrícola ou não, no campo ou na cidade. E isto se coloca não apenas para os jovens da Cabeceira do Boi, mas também para os jovens do assentamento Monte Alegre.

Nesse sentido, não se pode negar que a pluriatividade esteja fortemente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais e que se expande ainda mais nos processos de reestruturação do capital²⁷. Todavia, ela tanto pode viabilizar a reprodução social das famílias e se configurar como uma estratégia, como pode estimular o abandono da atividade agrícola sem excluir, entretanto, a possibilidade de retorno à essa atividade. Ou seja, ela pode se constituir como uma das estratégias que viabilizam a permanência no campo, mas também pode estimular os jovens a abandonar a agricultura e a sucessão de seus pais na propriedade.

Isso ajuda a entender o porquê dos fatores extrafamiliares (dinâmica da região, políticas públicas) e os fatores familiares (estratégias) isolados entre si, ou cada um por si não se configurarem, como o elemento exclusivo na reprodução das

²⁷ Sobre os processos de reestruturação do capital, cf. KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Trad. Karen E. Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 5ª Edição revista.; ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas-SP: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995. A despeito de ambos se apoiarem na teoria marxiana, esses autores fazem análises diferentes sobre esses processos, nos quais Robert Kurz aponta para uma crise do “trabalho” e ascensão do “fetiche”, como categorias social e analíticas privilegiadas para a compreensão dos processos de reestruturação em curso. Ricardo Antunes não descarta a importância do “fetiche” para a compreensão desses processos, todavia questiona a hipótese de crise do “trabalho” como categoria social e analítica.

famílias rurais e a conquista da autonomia pelos jovens. Ao contrário, é a interconexão entre esses diversos fatores, internos e externos às famílias, ou macro e micro-sociais que os torna, em conjunto, determinantes nesses processos. Os eventos sociais externos ao grupo familiar adquirem muita força e passam a influenciar fortemente sobre as decisões do grupo. Por outro lado, as reações do grupo aos fatores sociais externos podem implicar em remodelações destes e adaptá-los às suas situações.

Mas, mesmo não se apresentando como regra, vale observar que nessa conexão entre fatores internos e externos ao grupo familiar há uma certa sobreposição dos primeiros aos segundos. É assim que, mesmo desejando a permanência dos filhos na propriedade, os próprios pais não conseguem meios para isso. Em seu depoimento D. Berenice expressa a angústia que sente ao viver o paradoxo de desejar um padrão de vida melhor para seus filhos e que eles permaneçam no campo, mas perceber que a cidade é o melhor local onde eles podem conseguir melhores oportunidades de trabalho. Vejamos o depoimento dela.

A gente fala, pergunta qual é deles que vai ficar no lugar nosso, que vai assumir e tocar a terra. Porque se não, eles pegam a sair todos e não criam amor pelo lugar. O jovem de hoje quase não quer saber de trabalhar na lavoura. O negócio deles é a cidade. Eles querem se vestir bem, andar na moda. Mas aqui em casa a gente fala que pelo menos um deles é para tomar conta daqui. Eles falam que ficam, mas eles trabalham muito na cidade. Aqui também eles trabalham, mas é assim num sábado, ou então um feriado, ou quando eles não pegam serviço na cidade. [...] Mas eu acho que não vai ser mais igual antigamente não que a gente envolvia com a lavoura o tempo todo. Ia à cidade pra vender, outra hora comprar alguma coisa. Também não tinha isso de querer acompanhar a moda. Era mamãe mesma que fazia nossas roupas. Hoje os jovens compram as roupas tudo é nas lojas. Aí é por isso que eles vão trabalhar fora direto. É para arrumar dinheiro e comprar as coisas deles. Mas eu volto para pensar e acho que eles não estão errados não. É que os tempos mudaram mesmo. Mesmo eles ficando aqui, eles não vão ficar só aqui que nem a gente ficou. Eles têm

que sair mesmo para se divertir e trabalhar, porque o dinheiro que corre aqui é pouco. Não dá para eles comprarem as coisas deles não (Berenice Ramalho, 58 anos, 5ª série, casada, 5 filhos, bairro rural Cabeceira do Boi).

Dona Berenice percebe não só a mudança de hábitos e comportamentos entre os jovens de sua geração e a geração de seus filhos, como também aponta para a necessidade de saída dos filhos, caso eles queiram “*se divertir e trabalhar*”. Pois, “*o dinheiro que corre aqui* (dinheiro obtido com a atividade agrícola na propriedade) *é pouco*”.

A falta de oportunidades e atrativos para os jovens no campo se constituem como uma das principais dificuldades de escolha do sucessor, já que no plano material não se tem muito o que oferecer ao eleito, ou a eleita em alguns casos. O que ameniza essa situação são os atrativos de caráter subjetivo, como os vínculos de afeto e “*amor pelo lugar*”, ou ainda alguns vínculos objetivos e estratégicos como o habitacional. No caso dos vínculos afetivos, o caráter subjetivo de seus atrativos não é destituído de fortes significados para os jovens. Contudo, eles sofrem forte concorrência de outros valores e fontes de atração da cidade como as maiores possibilidades de se obter um emprego; comprar os artigos de que precisam e que dificilmente poderiam adquiri-los se não combinassem o desenvolvimento de atividades agrícolas com as não-agrícolas.

A angústia pelo paradoxo vivido não é apenas paterna. Também os jovens, mesmo querendo permanecer no campo, se vêem forçados a sair em face da dificuldade de obtenção de novas terras ou outros meios de produção e vida. Vejamos o depoimento de Sandro a esse respeito.

Lá em casa pai e mãe não falam nesse negócio de sucessão. Falam assim que o que é deles é da gente também. Mas, não falam quem é que vai ficar responsável pelo lote, quando eles se aposentarem. Eu e meus irmãos, nós somos em três, todos nós trabalhamos fora e

trabalhamos também no lote. Se você perguntar – Ah vocês querem ficar lá?, a gente quer eu e meus irmãos. Agora tá mais fácil, porque tem energia elétrica, telefone, geladeira. Mas antes não tinha nada, só energia. Não dava para ficar. Hoje até dá, mas a gente tem que comprar também um carro. Depender de ônibus é muito ruim. Então a gente tá querendo comprar um carro. Usado né. Mas, para isso tem que trabalhar fora. A gente quer ter o próprio dinheiro, não ficar na dependência de pai. O dinheiro da lavoura é pouco, não dá para nada. Somente para comer. Se for para ficar no lote só mexendo com lavoura não dá. Eu vejo a situação de muita gente aqui. Os que ficam aqui só mexendo com lavoura vivem mais ou menos (Sandro, 22 anos, 1º grau completo, solteiro, bairro rural Cabeceira do Boi).

A questão colocada por Sandro – sobre o fato de que para comprar os objetos de que precisa ele e os irmãos “têm que trabalhar fora” – sugere que mesmo os escolhidos como sucessores pelos pais, se quiserem ter uma vida melhor que eles, terão que sair do campo. O paradoxo permanece. Se quiserem continuar na atividade agrícola familiar, “têm que trabalhar fora”. O trabalho na cidade e a manutenção do vínculo de produção, ainda que esporádico, com o campo muitas vezes é articulado entre os membros das famílias na elaboração de seus projetos individuais e coletivos, que se constituem como “estratégias familiares” (Stanek, 1998). Esses projetos ajudam a regular tanto a saída ou permanência na atividade agrícola, ou sua articulação às atividades não-agrícolas.

Como o processo de permanência e saída da atividade agrícola é dialético, o núcleo familiar discute as possibilidades de elaboração de projetos coletivos e individuais para seus membros, o que pode gerar tensões e conflitos entre o que querem os pais e o que querem os filhos, ou ainda entre os próprios filhos – olhando a partir da categoria analítica unidades de geração. O depoimento de Luciano aponta para essa dimensão do problema tendo em vista o projeto individual dos filhos e o projeto coletivo da família.

Ficar aqui (no assentamento) vivendo só da lavoura é difícil. Para ficar só na lavoura ninguém fica. Pode perguntar todo mundo aí. Vão dizer para você: não, não fico não. Não fica porque sabe que vai sofrer, vai passar necessidade e também tem que conhecer outros serviços. Só acho ruim de ter que trabalhar para os outros. Pai nunca falou assim que é para escolher um de nós para ficar no lugar dele. A gente também não pergunta. Mas a gente vê que ele fica contente quando a gente ajuda na roça. Então acho que ele não fala, mas pensa que a gente vai ficar. Se ele falar para ficar, eu até fico. Mas, também vou trabalhar fora. Só a lavoura não dá, e na cidade também a gente aprende mais coisa (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

Esse tipo de problematização tende a surgir mais no interior de famílias pluriativas. Mas, se, por um lado, a pluriatividade pode ser o pivô das fricções entre o que querem os pais e o que querem os filhos, por outro, ela também pode ser uma estratégia de ampliação do patrimônio familiar para muitos agricultores, quando os recursos angariados com o seu desenvolvimento podem ser canalizados para projetos coletivos da família (construção de poços artesianos, reforma da casa, compra de animais, aquisição de novas terras, etc.).

É nessa perspectiva que para Carneiro (1999) a pluriatividade não conduz necessariamente à desintegração da unidade familiar de produção, porquanto o caráter familiar da produção permite que os membros tenham maior “plasticidade” na organização do trabalho interno e utilização de rendas auferidas fora da agricultura. Além disso, Moreira (1999) observa que a investigação das unidades familiares de produção deve considerar dois aspectos: as relações entre os indivíduos e os valores que dão sentido a essas relações. O pressuposto básico é que como toda relação social,

[...] as relações familiares (seja na esfera do parentesco, seja na esfera da produção) incluem uma parte ideal do pensamento ou de representação que informa as atitudes e comportamentos (MOREIRA, 1999, p. 102).

Esses comportamentos e valores refletem uma

[...] tradição que é acionada na formulação das estratégias familiares orientando as escolhas coletivas e informando os projetos individuais possíveis (CARNEIRO, 1999, p. 329).

Essa relação entre pais e filhos em torno da sua estratégia “rural-urbano-rural” se expressou com muita força no bairro rural e no assentamento pesquisados, como apareceu nos depoimentos.

Isso não significa, contudo, ausência de possibilidades de conflitos entre pais e filhos na elaboração das estratégias. Os pais podem querer canalizar a renda excedente para a aquisição de máquinas ou outros equipamentos que facilitem e aumentem a produção, enquanto os filhos podem desejar – com a renda excedente – adquirir outros objetos como aparelhos de som, tv, motocicleta, e alcançar, sobretudo, sua autonomia, o que agilizaria sua transição para a vida adulta. É sobre essa tensão entre a melhoria do padrão de vida da família a partir dos projetos coletivos e a conquista da autonomia dos jovens a partir dos projetos individuais que passo a discorrer no próximo tópico.

4.3 – Autonomia dos Jovens e os Projetos Coletivos das Famílias

Quero argumentar que os projetos individuais e coletivos do núcleo familiar – na dimensão micro-social – também se vinculam, evidentemente não de maneira passiva, às dinâmicas sociais externas, como educação, emprego – na dimensão macro-social e conjuntamente implicam na conquista rápida ou lenta da autonomia dos jovens.

Nessa perspectiva, e considerando a importância do trabalho remunerado como fator que viabiliza a conquista da autonomia e a transição para a vida adulta, a problemática da empregabilidade nos processos contemporâneos de reestruturação do

mercado de trabalho está diretamente relacionada à conquista da autonomia, ou dependência dos jovens em relação aos pais.

Entre outras coisas, os crescentes índices de desemprego na faixa jovem da população em todo o mundo têm dificultado para os jovens a conquista de sua autonomia – ou o tem possibilitado de forma precária – e retardado sua transição para a vida adulta (Pais & Pappámikail, 2005; Martins & Augusto, 2005). No Brasil não tem sido diferente. No capítulo anterior mostrei que a dificuldade de conquista da autonomia e transição para a vida adulta levou a Secretaria Nacional da Juventude a propor ao IBGE que considerasse como jovens os indivíduos que têm de 15 a 29 anos e não mais de 15 a 24 anos, como então fazia o instituto. Desse modo, os fatores externos da dimensão macro-social como a inserção dos jovens no mercado de trabalho é tão conseqüente para as famílias, como o são seus arranjos individuais e coletivos domésticos, isto é, fatores internos da dimensão micro-social.

Cabe ressaltar que a saída ou permanência desses jovens no campo não são decorrências apenas de determinações econômicas, mas também de aspectos sociais e culturais. Esses dois últimos ressaltam a relevância dos arranjos domésticos. Fatores externos e internos não se anulam. Ao contrário, se sobrepõem ora ampliando ora reduzindo as possibilidades das famílias e dos jovens em busca de sua autonomia e transição para a vida adulta. No caso em análise, essa tensão entre os fatores internos e externos pode ser apreendida a partir do perfil socioeconômico dos jovens; seu lugar social; suas relações entre campo e cidade e suas perspectivas sobre o futuro na agricultura familiar, ou fora dela.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS JOVENS

De modo geral, a renda média dos jovens entrevistados é de cerca de R\$500,00 para os rapazes e R\$400,00 para as moças independentemente se são assentados ou

são do bairro rural. Comparada à renda média dos jovens de 15 a 24 anos da região metropolitana do estado de São Paulo, que é de R\$560,00 – de acordo com estudo feito pelo Dieese (2006), os rapazes que entrevistei recebem cerca de 11% a menos que os jovens da metrópole. Já para as moças entrevistadas, essa diferença aumenta. Elas recebem cerca de 29,5% a menos que os jovens entrevistados pelo Dieese. Se eliminar o recorte por gênero, pode-se dizer que há um relativo equilíbrio entre a renda mensal dos jovens metropolitanos e os jovens que participaram dessa pesquisa.

No entanto, a média da renda esconde diferenças que uma análise focada nos critérios de local de moradia e gênero pode mostrar. No caso dessa pesquisa, é alto o percentual (37,5) de jovens que recebem até um salário mínimo, sendo que a grande maioria destes é de famílias assentadas. É significativo o percentual (60) dos jovens que recebem de um a dois salários mínimos, tanto no assentamento, quanto no bairro rural.

Mas, há uma tendência de os jovens do bairro rural obterem melhores rendimentos que os jovens do assentamento. No bairro que foi encontrado o menor percentual de jovens recebendo até um salário mínimo, bem como foi encontrado o único jovem que recebe de dois a quatro salários mínimos. Vejamos a Tabela 3.

Tabela 3 – Faixas de renda pessoal dos entrevistados, por local de moradia

	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
RENDA	n	%	n	%	n	%
Até 1 SM ²⁸ / mês	12	40,0	3	30,0	15	37,5
1 a 2 SM / mês	18	60,0	6	60,0	24	60,0
2 a 4 SM / mês	0	0,0	1	10,0	1	2,5
4 a 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
+ de 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

²⁸SM – salário mínimo

No que se refere às moças, sejam do assentamento ou do bairro rural, elas recebem menos que os rapazes. Já na comparação entre elas, as do bairro rural recebem mais que as do assentamento. Desse modo, a maioria dos rapazes e moças do bairro rural têm renda maior do que os rapazes e moças do assentamento. Outro aspecto que pode ser destacado a partir dessa Tabela 3 é que a agricultura familiar como um setor precarizado guarda diferenças internas de acordo com as regiões e locais onde os agricultores atuam e de acordo com o sexo. No caso em análise o fato de as moças e rapazes do assentamento auferirem rendas mais baixas que as moças e rapazes do bairro rural aponta para uma maior precarização no assentamento. Ademais, as moças do assentamento formam o grupo de menor renda se comparadas aos rapazes do assentamento e aos rapazes e moças do bairro rural. Vejamos as Tabelas 3.1, e, 3.2 que mostram as faixas de renda dos jovens por local de moradia e sexo.

Tabela 3.1. *Faixas de renda pessoal dos rapazes, por local de moradia*

	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
RENDA	n	%	n	%	n	%
Até 1 SM / mês	6	33,5	2	33,5	8	33,5
1 a 2 SM / mês	12	66,5	3	50,0	15	62,5
2 a 4 SM / mês	0	0,0	1	16,5	1	4,0
4 a 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
+ de 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 3.2. *Faixas de renda pessoal das moças, por local de moradia*

RENDA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Até 1 SM / mês	6	50,0	1	25,0	7	44,0
1 a 2 SM / mês	6	50,0	3	75,0	9	56,0
2 a 4 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
4 a 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
+ de 5 SM / mês	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Mostrarei mais adiante que as menores rendas obtidas pelos jovens do assentamento, sobretudo, pelas moças podem estar diretamente relacionadas à sua maior inserção precária no mercado de trabalho e à sua defasagem educacional em relação aos jovens do bairro rural. A defasagem educacional pode ser o principal elemento constitutivo da diferença entre os jovens das duas localidades. Antes de aprofundar essa questão é pertinente apontar quais são as fontes de renda dos jovens.

Para a maioria (77,5%) dos jovens, essa renda é proveniente somente de atividades não-agrícolas desenvolvidas, em geral, na área urbana. Oito em dez jovens entrevistados no bairro rural obtêm sua renda somente das atividades não-agrícolas. No assentamento, essa relação é de cerca de sete em cada dez jovens entrevistados. Desse modo, há diferenças entre o volume da renda, mas pode-se dizer que há um equilíbrio em relação à sua procedência para os jovens das duas localidades. Vejamos a Tabela 4.

Tabela 4. Origem da renda pessoal dos entrevistados, por local de moradia

ORIGEM DA RENDA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Somente da atividade agrícola	3	10,0	0	0,0	3	7,5
Somente da atividade não agrícola	23	76,5	8	80,0	31	77,5
De ambas atividades	4	13,5	2	20,0	6	15,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Na comparação interna entre os rapazes e moças, estas - sobretudo as do assentamento (dez das doze entrevistadas) - são as que mais procuram obter renda somente de atividades não-agrícolas. Vejamos a Tabela 4.1 e a Tabela 4.2.

Tabela 4.1. Origem da renda pessoal dos rapazes, por local de moradia

ORIGEM DA RENDA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Somente da atividade agrícola	2	11,0	0	0,0	2	8,5
Somente da atividade não agrícola	13	72,0	5	83,5	18	75,0
De ambas atividades	3	17,0	1	16,5	4	16,5
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 4.2. Origem da renda pessoal das moças, por local de moradia

ORIGEM DA RENDA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Somente da atividade agrícola	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Somente da atividade não agrícola	10	83,5	3	75,0	13	81,0
De ambas atividades	2	16,5	1	25,0	3	19,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Essa pequena maioria das moças em relação aos rapazes confirma a tendência apontada por outros pesquisadores (Abramovay, 2001; Stropasolas, 2004) de um

fluxo feminino maior que o dos rapazes rumo à cidade.

Entre os rapazes as atividades não-agrícolas desenvolvidas são: pedreiro, pintor, mecânico, lavador de carros, vendedor ambulante. Entre as moças as atividades são: serviços de cozinha, babá, diaristas, lavar e passar roupas, vendedoras em lojas.

Sobre as formas de contrato, a grande maioria (82,5%) dos entrevistados não têm registro em carteira e seus trabalhos são esporádicos. Mas, ao comparar as formas de contrato de trabalho por local de moradia e sexo constata-se que são os jovens do assentamento que, majoritariamente, estabelecem vínculo precário com o mercado de trabalho. Seu percentual chega a 93,5%, enquanto os dos jovens do bairro rural é de 50%. No que se refere às moças, as do assentamento são as que mais trabalham na informalidade. Todas as entrevistadas declararam trabalhar sem registro em carteira, e, como mostrei anteriormente constituem o grupo que obtém as menores rendas. Já no bairro rural há um equilíbrio entre moças e rapazes no que se refere às formas de contrato de seus trabalhos. Vejamos as Tabelas 5; 5.1 e 5.2.

Tabela 5. *Formas de contrato de trabalho dos entrevistados, por local de moradia*

CONTRATO DE TRABALHO	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Com carteira assinada	2	6,5	5	50,0	7	17,5
Sem carteira assinada	28	93,5	5	50,0	33	82,5
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 5.1. *Formas de contrato de trabalho dos rapazes, por local de moradia*

CONTRATO DE TRABALHO	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Com carteira assinada	2	11,0	3	50,0	5	20,5
Sem carteira assinada	16	89,0	3	50,0	19	79,5
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 5.2. Formas de contrato de trabalho das moças, por local de moradia

CONTRATO DE TRABALHO	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Com carteira assinada	0	0,0	2	50,0	2	12,5
Sem carteira assinada	12	100,0	2	50,0	14	87,5
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Outras questões também devem ser consideradas nos dados que foram apresentados nessas Tabelas. Além do caráter informal do contrato de trabalho para a maioria dos rapazes, seus empregos são esporádicos. Faz-se exceção para os rapazes que informaram trabalhar como mecânicos e têm registro em carteira. Já as moças, embora todas tenham declarado que seus empregos sejam permanentes²⁹, mostrei que a maioria (87,5%) não têm registro em carteira. No caso delas, faz-se exceção para as que trabalham como vendedoras em lojas e têm registro em carteira. Todas do bairro rural.

A despeito do elevado percentual de rapazes desenvolvendo atividades não-agrícolas na cidade, entre os assentados, do total de dezoito, – dezesseis (90%) mantêm a moradia no campo e treze (72%) também desenvolvem atividades agrícolas na propriedade durante finais de semana ou períodos em que não estão ocupados na cidade. Entre os seis rapazes do bairro rural, três (50%) mantêm a moradia no campo e dois (cerca de 34%) desenvolvem atividades agrícolas juntamente com as não-agrícolas.

Entre as moças que desenvolvem atividades não-agrícolas na cidade, 83,5% (dez) são de famílias assentadas. Delas, apenas uma desenvolve atividades não-agrícolas concomitantemente às atividades agrícolas. No bairro rural, das quatro moças entrevistadas, somente uma desenvolve atividades agrícolas e não-agrícolas.

²⁹ Os empregos declarados como permanentes e sem registro em carteira são ocupações como babá, cozinheira, arrumadeira e lavadeira em casas de famílias na área urbana dos municípios de Araraquara-SP e Matão-SP.

Em síntese, os dados revelam três aspectos pertinentes nessa problemática. Primeiro eles ajudam a confirmar que é cada vez maior o número de jovens que vão buscar alternativas de trabalho na cidade, porque não vislumbram no assentamento ou no bairro rural alternativas de geração de renda, ou ainda porque as atividades não-agrícolas – embora a maioria seja desenvolvida de modo informal – são mais bem remuneradas que as atividades agrícolas. Isto torna a cidade mais atrativa, quando eles têm que procurar trabalhos ou ocupações remuneradas.

Segundo aspecto. Os dados também confirmam a precarização das relações de trabalho. Como mostrei, a maioria dos jovens – especialmente os assentados – (93,5% do sexo masculino e 100% do sexo feminino) não têm contrato formal de trabalho com registro em carteira. Se este aspecto (não formalização das relações de trabalho) permite aos homens combinar o desenvolvimento de atividades não-agrícolas com as atividades agrícolas, por um lado, por outro, o caráter do trabalho não-agrícola informal se configura mais como “bico” o que não lhes dá garantia de um emprego por tempo maior, tampouco possibilita usufruir direitos como férias, décimo terceiro salário; benefícios como cesta básica, vale transporte, convênio médico, etc.

No limite essa precarização das relações de trabalho aponta que as chances desses jovens fazerem a transição segura para a vida adulta – tanto na agricultura, como fora dela – são reduzidas, ou precárias, já que suas principais fontes de renda não lhes permitem fazer projeções de médio e longo prazo. Seja no campo ou fora dele, a tendência é que seus salários sejam baixos e eles não usufruam outros benefícios devido a inexistência de vínculos formais com as empresas ou famílias que os contrataram.

Por essa perspectiva, os jovens do bairro rural – tanto os rapazes, quanto as moças – tendem a ter melhores possibilidades de transição segura para a vida adulta. São eles que obtêm as melhores rendas e também têm maior inserção formal no mercado de trabalho o que lhes permite fazer projeções de médio e longo prazo.

O terceiro aspecto aponta para o acionamento de uma das estratégias que mostrei no tópico anterior, a *rural-urbano-rural* e também se relaciona à elaboração de perspectivas de futuro. Embora a grande maioria desenvolva atividades não-agrícolas na área urbana, 22 (55%) dos 40 jovens entrevistados desejam permanecer morando e trabalhando no campo. Nenhum deles expressou desejo de permanecer no campo apenas como agricultor. A perspectiva da maioria é combinar o trabalho na cidade com a agricultura. O acionamento dessa estratégia é feito mais pelos homens – 18 (75%) do total de 24 rapazes – do que pelas mulheres – 4 (25%) do total de 16 moças, cuja maioria vislumbra a cidade como *locus* de vida e trabalho. Vejamos as Tabelas 6; 6.1 e 6.2. sobre as perspectivas de futuro dos entrevistados por local de moradia e sexo.

Tabela 6. *Perspectiva de futuro dos entrevistados, por local de moradia*

PERSPECTIVA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	N	%	n	%	n	%
Permanecer no campo como agricultor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Abandonar a agricultura e ir para a cidade	12	40,0	6	60,0	18	45,0
Trabalhar na agricultura e na cidade ao mesmo tempo	18	60,0	4	40,0	22	55,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 6.1. *Perspectiva de futuro dos rapazes, por local de moradia*

PERSPECTIVA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Permanecer no campo como agricultor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Abandonar a agricultura e ir para a cidade	4	22,0	2	33,5	6	25,0
Trabalhar na agricultura e na cidade ao mesmo tempo	14	78,0	4	66,5	18	75,0
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 6.2. Perspectiva de futuro das moças, por local de moradia

PERSPECTIVA	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Permanecer no campo como agricultor	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Abandonar a agricultura e ir para a cidade	8	66,5	4	100,0	12	75,0
Trabalhar na agricultura e na cidade ao mesmo tempo	4	33,5	0	0,0	4	25,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Fazendo a comparação entre o assentamento e o bairro rural, nesse último há uma perspectiva maior dos jovens em abandonar a agricultura e ir para a cidade. Assim declararam seis dos dez jovens entrevistados no bairro. No assentamento, há menor predisposição em abandonar a agricultura. Dos 30 jovens entrevistados, 12 expressaram desejo de se fixarem definitivamente na cidade.

A maior predisposição dos jovens do bairro em abandonar a agricultura pode estar relacionada aos seus maiores rendimentos financeiros obtidos na cidade e a sua maior inserção formal no mercado de trabalho. Situação esta totalmente diversa daquela dos jovens do assentamento. Seus menores rendimentos e o caráter precário da inserção no mercado de trabalho podem fazê-los perceber a casa dos pais, ou o assentamento, como local mais seguro que a cidade para a vida futura. Além disso, seu vínculo político e ideológico com a terra – adquirida como resultado de um processo de itinerâncias e lutas – pode colaborar para que eles tenham maior resistência em romper os vínculos de produção e/ou afeto com o campo.

A comparação entre homens e mulheres mostra que são elas quem mais se predispõem a abandonar o campo e a atividade agrícola. Essa predisposição é maior no bairro rural onde nenhuma das quatro moças entrevistadas apontou para a perspectiva de permanecer no campo, e, também onde os pais demonstraram maior disposição para eleger um filho do sexo masculino para sucedê-los na propriedade.

Mostrarei mais adiante que a preponderância do desejo dos rapazes em

permanecer no campo também está diretamente relacionada à predisposição estratégica de seus pais pelo caráter masculino no processo de sucessão e à sua acessibilidade, relativamente mais fácil, às linhas de financiamento para agricultura. Nesse sentido, esse aspecto desautoriza a falar em um simples desinteresse das mulheres pelo campo, já que elas são preteridas pelos homens no processo de sucessão e têm mais dificuldades do que eles para acessar as linhas de financiamento para a agricultura familiar.

Por enquanto é pertinente destacar que, embora seja forte a perspectiva masculina de permanecer no campo, em muitos casos ela parece não se concretizar de imediato e fica como possibilidade para médio e longo prazo. É o que apontam os respectivos depoimentos de Lucas, Luciano e Mário.

Ah, eu queria continuar aqui. Casar, ter filhos, trabalhar e morar aqui. Mas não vai dar. O trabalho é pesado e não é valorizado. (...) E também as moças não querem saber de casar e ficarem aqui. Elas vão embora. Então, isso que você pergunta não vejo muito meu futuro aqui não. Eu queria ficar, mas acho que é difícil (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

Acho que meu futuro aqui não será bom. Vejo a maioria dos meus colegas ter que trabalhar lá em Araraquara ou Matão. No grupo de jovens a gente fala sobre isso. De ter que sair para trabalhar fora. A gente queria poder ficar aqui, mas o lote é pequeno e não dá para todos. Aí tem que sair. Os pais da gente falam, brigam porque vamos trabalhar fora e ajuda eles só no final de semana. Mas, agora se a gente não vai (trabalhar fora), então quem é que vai comprar roupas e sapatos para a gente? É o modo que vejo que se a gente não apertar o governo, aí a reforma agrária não sai não. E se não sair, a gente tem que ir para a cidade (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

Você pode perguntar aí. Eu sou dos que mais gostam daqui. Sempre ajudei pai e mãe. Para eles dá certo [o campo] que eles já são de idade e passa com qualquer coisa. Mas, para mim do jeito que está não vejo

futuro. Mas também sair, eu não sei. Gosto daqui (Mário, 23 anos, 2º grau incompleto, solteiro, assentamento Monte Alegre).

Embora o desejo de ficar seja forte, os próprios jovens percebem que a conjuntura macro-social e seus fatores externos não lhes oferecem possibilidades plenas para que permaneçam, de imediato, no campo no caso dos que assim desejam. Mas, também não se pode afirmar que sua ida para a cidade e colocação em um posto de trabalho resolverão seus problemas. Os dados anteriores indicaram que a maioria dos jovens não se empregam mediante contrato formal, o que implica em uma constante insegurança que pode prejudicar – justamente – os projetos de médio e longo prazo, como a transição para a vida adulta. Mas, a despeito do caráter informal das relações de trabalho e dos baixos salários pagos na cidade, é nela que os jovens vislumbram melhores oportunidades para atender suas necessidades imediatas.

É nesse sentido que, embora as estratégias familiares sejam importantes, elas não bastam por si como garantia de conquista da autonomia e transição segura de seus filhos para a vida adulta. Ficar no campo não depende apenas dos arranjos familiares, mas também de arranjos políticos e econômicos que possibilitem aos jovens ter acesso a elementos básicos como vestuário, saúde, educação e trabalho que parecem ser as demandas primeiras dos jovens, como expressa Luciano.

Na cidade o trabalho não é bem pago, mas sempre você tem o dinheiro na mão para comprar comida, roupas e até passear de vez em quando. Aqui você consegue só o que comer. O resto é difícil (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

A ida para a cidade não significa, necessariamente, acesso aos bens e objetos desejados. Todavia, no imaginário dos jovens a cidade oferece um campo maior de possibilidades no qual haveria mais chances de realização dos seus projetos, ainda que

isso possa causar fricções nas relações com o grupo familiar e seus projetos coletivos.

Numa pesquisa feita em assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro, Elisa Guaraná de Castro (2005) mostra que, em muitos casos, os jovens sentem necessidade de sair do lote em busca de melhores oportunidades no próprio município ou nas capitais. Essa necessidade de sair é estimulada pelo sonho de aumentar e/ou explorar a educação escolar adquirida para conseguir um trabalho que permita uma possível independência financeira. De igual modo, muitos pais – ainda que reconheçam a importância do “ficar na terra” – reconhecem as dificuldades dos filhos permanecerem nela, posto que os estímulos sociais e econômicos para isso são pouco eficientes.

Ficar ou sair da terra está ligado a fatores econômicos, mas também à questões de afetividades com os pais ou com a maneira pela qual a terra foi conquistada, portanto fatores externos e internos. Elisa Guaraná (2005) destaca depoimentos de jovens que ficam muito indecisos entre trocar a permanência e o vínculo de produção no lote por um trabalho fixo na cidade. De acordo com os jovens depoentes, na decisão pesam o histórico de luta e garra dos pais no processo de conquista da terra. Por seu turno, os pais tendem a achar que os filhos acabarão saindo mesmo do lote, porque há mais oportunidades fora dele. Mesmo querendo que os filhos permaneçam, cedem à idéia da saída, pois desejam que vivam melhor do que viveu sua geração.

Entretanto, também para os jovens rurais entrevistados por Elisa Guaraná nem sempre os sonhos de se conseguir um trabalho e renda melhor se realizam. Os empregos são precários com contratos informais e salários baixos. Quanto aos estudos, a grande maioria dos jovens não consegue chegar ao curso superior (Castro, 2005).

Se esses desafios não se impunham tão intensamente para os avós e pais da atual geração de jovens, hoje se colocam para estes no campo e na cidade não apenas como uma questão conjuntural, local ou de caráter exclusivamente doméstico. Ela

extrapolou essas esferas e se tornou questão social estrutural. Para os jovens rurais o problema se torna mais grave, quando se é preciso articulá-lo à opção por um projeto individual ou coletivo no grupo familiar (Durstun, 1998). A escassez de oportunidades pode fazer com que os jovens optem pelo projeto individual buscando assegurar mais conforto e perspectiva de vida melhor que a obtida na casa paterna. É o que parece se apresentar como tendência na região que pesquisei.

*PERFIL SOCIOCULTURAL DOS JOVENS RURAIS E ARTICULAÇÃO ENTRE OS FATORES
INTERNOS E EXTERNOS NOS REARANJOS FAMILIARES*

As informações sobre a escolaridade mostram que os pais dos entrevistados do bairro rural, principalmente as mães, têm um grau de escolaridade mais elevado que os pais dos entrevistados do assentamento.

Na comparação entre os jovens, é também no bairro rural onde se encontra o grupo com grau de escolaridade mais elevado e, seguindo a tendência das mães em relação aos pais, são as moças que apresentam maior escolaridade que os rapazes.

Um dado muito pertinente é que, no conjunto, os jovens entrevistados têm uma mobilidade educacional bem maior que a de seus pais. Enquanto nenhum deles – incluindo homens e mulheres – chegou a cursar o 2º grau, 17 jovens (42,5%) estudaram ou estudam de 5ª a 8ª série; 13 (32,5%) têm o 2º grau incompleto e quatro (10%) têm o 2º grau completo. Vejamos a Tabela 7; a Tabela 7.1 e a Tabela 8 que mostram a escolaridade dos pais e dos jovens entrevistados por local de moradia.

Tabela 7 – Escolaridade dos pais (homens) dos entrevistados, por local de moradia

ESCOLARIDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
Não alfabetizado	2	6,5	1	10,0	3	7,5
1ª a 4ª série	25	83,5	5	50,0	30	75,0
5ª a 8ª série	3	10,0	4	40,0	7	17,5
2º Grau incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2º Grau completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 7.1 – Escolaridade das mães dos entrevistados, por local de moradia

ESCOLARIDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
Não alfabetizado	4	13,5	0	0,0	4	10,0
1ª a 4ª série	21	70,0	4	40,0	25	62,5
5ª a 8ª série	5	16,5	6	60,0	11	27,5
2º Grau incompleto	0	0,0	0	0,0	0	0,0
2º Grau completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Tabela 8 – Escolaridade dos entrevistados, por local de moradia

ESCOLARIDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
Não alfabetizado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1ª a 4ª série	6	20,0	0	0,0	6	15,0
5ª a 8ª série	15	50,0	2	20,0	17	42,5
2º Grau incompleto	9	30,0	4	40,0	13	32,5
2º Grau completo	0	0,0	4	40,0	4	10,0
Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A menor escolaridade dos pais em relação aos filhos pode ser explicada pela facilidade que estes têm de acessar a escola. No assentamento há uma escola funcionando da 1ª a 8ª série e um ônibus - mantido pela prefeitura municipal de Araraquara - que transporta os jovens para cursar o 2º grau nas escolas da cidade. No bairro rural não há escolas, mas também há um ônibus - mantido pela prefeitura - que é utilizado pelos jovens para chegar às escolas na área urbana. Possivelmente os pais não dispunham desse mesmo recurso na sua época de estudantes, bem como a educação escolar não era tão estimulada pelos pais e pelo poder público, quanto o é hoje.

Ademais, o maior grau de escolaridade dos jovens pode ser explicado também por sua dificuldade de inserção formal no mercado de trabalho. Nesse sentido, a busca por um grau de escolaridade mais elevado pode ser uma estratégia para qualificar-se e tornar-se competitivo na luta por empregos formais e com melhores salários.

É pertinente destacar que dos quarenta jovens, dezessete (42,5%) estão cursando ou cursaram o 2º grau. Este é um número superior à média nacional de escolaridade que, de acordo com pesquisas do Ipea (2005), é de menos de 8 anos de escola entre jovens de 15 a 24 anos. A localização estratégica do assentamento e do bairro rural próximos à área urbana do município e a disponibilidade de transporte (a prefeitura colocou ônibus para levar e trazer os jovens do assentamento e do bairro rural às escolas de 2º grau da cidade) são dois fatores externos positivos a facilitar o acesso e permanência dos jovens nas escolas depois de concluído o 1º grau.

A diferença de escolaridade existe não apenas entre os jovens e seus pais. Ela também é constatada entre os próprios jovens entrevistados ao tomar como referência seu sexo e local de moradia. As Tabelas 8, e, 8.1 mostram que se comparada à escolaridade entre os homens, os rapazes do bairro rural superam seus colegas do assentamento; se comparada a escolaridade entre as mulheres, as moças do bairro rural superam suas colegas do assentamento. Já na comparação por gênero, as moças

– principalmente as do bairro rural – superam os rapazes.

Tabela 8.1 - Escolaridade dos rapazes, por local de moradia

ESCOLARIDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
Não alfabetizado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1ª a 4ª série	5	27,5	0	0,0	5	21,0
5ª a 8ª série	9	50,0	2	33,5	11	46,0
2º Grau incompleto	4	22,5	4	66,5	8	33,0
2º Grau completo	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 8.2 - Escolaridade das moças, por local de moradia

ESCOLARIDADE	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
Não alfabetizado	0	0,0	0	0,0	0	0,0
1ª a 4ª série	1	8,5	0	0,0	1	6,5
5ª a 8ª série	6	50,0	0	0,0	6	37,5
2º Grau incompleto	5	41,5	0	0,0	5	31,0
2º Grau completo	0	0,0	4	100,0	4	25,0
Superior	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Entre os jovens que cursaram ou estão cursando o 2º grau, as moças constituem maioria. Do total de 16 moças, nove (56,5%) estão nessa faixa. Já os homens, dos 24 rapazes entrevistados, apenas oito (33,3%) cursaram ou estão cursando o 2º grau.

A superioridade do grau escolar das moças sobre os rapazes não se explica apenas porque elas gostam de estudar mais do que eles. Abramovay (2001) ao trabalhar com este tema no oeste de Santa Catarina observa que na verdade, as moças são preteridas da sucessão na terra em prol dos rapazes. Embora elas não sejam explicitamente excluídas de uma partilha da terra no discurso paterno, são estimuladas a buscar outras alternativas fora da agricultura e vislumbram na educação escolar um canal de acesso à outras profissões que não a de agricultora familiar.

Nessa perspectiva, o grau de escolaridade das moças maior que o dos rapazes aponta para um arranjo familiar. Já que os rapazes são priorizados no processo de sucessão e teriam o seu futuro relativamente garantido, às moças é dada maior oportunidade de estudo como estratégia para se qualificarem para o competitivo mercado de trabalho. Desse modo, as moças são estimuladas a buscar, ou procuram por si mesmas, outras alternativas para conquistarem sua independência. O depoimento de Estela aponta nessa direção.

A gente que é mulher não fica muito aqui (na terra) né. Mais são os meus irmãos que botam roça e trabalham com o pai mexendo com gado. Eles ficam mais aqui. Eu ajudo mais na casa, arrumar, lavar roupa e vou para a escola. Meus irmãos não quiserem continuar estudando. Um parou na 6ª série e os outros dois na 7ª série. Eles foram ajudar o pai na roça e com o gado. Eu continuo estudando. Quero passar no vestibular e morar na cidade. Eu gosto daqui, mas não de fazer esses serviços. Acho que é mais para meus irmãos. Eles gostam mais disso do que de estudar.[...] O pai disse que eu também tenho parte na herança, mas que minha parte é em dinheiro (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

A opção da jovem Estela pelos estudos e pela cidade pode estar influenciada por sua percepção de que ela não terá participação na divisão das terras da família e nas atividades agrícolas que, de acordo com ela: *"Acho que é mais para os meus*

irmãos. Eles gostam mais disso do que de estudar". Na divisão sexual do trabalho na unidade familiar foram relegadas a ela apenas os trabalhos da esfera doméstica e sua parte na herança será em dinheiro, o que contribui para afastá-la da possibilidade de permanecer no campo. Isto pode ajudar a entender porque as moças tendem a gastar bem menos tempo do que os rapazes para chegar, ou concluir o 2º grau.

Ao considerar os anos de estudo que os jovens precisaram para chegar ou terminar o 2º grau, constata-se também que os jovens do assentamento estão em desvantagem em relação a seus colegas do bairro rural. Nesse último, os jovens – sobretudo as moças – precisaram de bem menos tempo para chegar ou terminar o 2º grau, o que reforça o argumento de que elas priorizam o estudo como um instrumento de ascensão social ou transição segura para a vida, já que tendem a não vislumbrar – nem a médio e curto prazos – o campo e a atividade agrícola como *locus* e modo de vida. Vejamos a Tabela 9; a Tabela 9.1 e Tabela 9.2 que mostram os anos de estudo dos entrevistados para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia e sexo.

Tabela 9. *Anos de estudo dos entrevistados para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia*

ANOS	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
9 a 11	0	0,0	3	30,0	3	7,5
12 a 14	7	23,5	3	30,0	10	25,0
15 a 17	17	56,5	4	40,0	21	52,5
18 a 20	6	20,0	0	0,0	6	15,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 9.1 - Anos de estudo dos rapazes para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia

ANOS	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
9 a 11	0	0,0	0	0,0	0	0,0
12 a 14	1	5,5	3	50,0	4	16,5
15 a 17	11	61,0	3	50,0	14	58,5
18 a 20	6	33,5	0	0,0	6	25,0
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 9.2 - Anos de estudo das moças para chegar ou terminar o 2º grau, por local de moradia

ANOS	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
9 a 11	0	0,0	3	35,0	3	18,5
12 a 14	6	50,0	0	0,0	6	37,5
15 a 17	6	50,0	1	25,0	7	44,0
18 a 20	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O maior tempo gasto pelos jovens do assentamento para chegar até, ou terminar o 2º grau pode estar relacionado ao fato de que 21 (70%) dos 30 jovens assentados moraram em mais de dois lugares antes de morarem no assentamento, enquanto nove (90%) dos dez jovens do bairro rural sempre moraram no bairro. As constantes mudanças de um lugar para outro podem ter feito com que os jovens do assentamento tenham começado, mas, não concluído as séries de estudo na sua trajetória escolar, ou mesmo repetido mais vezes de anos na escola do que os jovens do bairro rural que – não tendo que mudar constantemente de lugar – puderam estudar de modo ininterrupto.

Vale destacar também que os únicos quatro (10%) jovens com 2º grau

completo são moças do bairro rural. Isto reforça dois argumentos anteriores: primeiro, a interpretação de que a não migração possibilitou aos jovens do bairro permanecer por mais tempo na escola; segundo, a concepção de que as moças - percebendo que serão preteridas no processo de sucessão - procuram outras alternativas de conquista da autonomia e transição para a vida adulta a partir do estudo.

Ademais, os dados sobre a escolaridade revelam que esses jovens, embora pertençam a uma mesma geração, experimentam as relações sociais de modo diferenciado, principalmente a partir de sua condição socioeconômica. Isto é, os jovens do bairro rural gozam de melhores condições materiais que os assentados, o que lhes permite estudar mais. Se focar a análise a partir da questão de gênero, o fator geração torna-se ainda menos relevante e sobressai a forma como os jovens atuam e suas condições sociais e possibilidades de se tornarem independentes.

No caso em análise, não apenas as moças, mas também alguns rapazes apostam na educação escolar como um canal de acesso a outras profissões. Para os rapazes, o diferencial é que eles estudam e atuam na agricultura simultaneamente. Já as moças tendem a refutar o trabalho agrícola e dificilmente vislumbram perspectivas de permanecer no campo. Foi assim que se expressaram, respectivamente, Lucas e Estela.

Eu quero uma profissão mais valorizada. Trabalhar em um banco, trabalhar em escritório. Sei lá. Ser reconhecido, ser valorizado. O agricultor não é reconhecido. Não tem valor. Tudo que a gente faz e põe para vender, o preço é muito pequeno. [...] Acho que para sair disso (deixar de ser agricultor) tem que estudar mesmo. Lá em casa o combinado é para eu estudar à noite e trabalhar meio dia de serviço todo dia. Eu estudo à noite. Então, trabalho todo dia depois do almoço. Esse é o combinado. Só que as vezes meu pai quer que eu trabalhe o dia todo. As vezes eu trabalho, as vezes não. Chego muito tarde da escola. Fico cansado. Não dá para acordar cedo (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

Quero ser jornalista. Acho legal aparecer na televisão todo dia. O trabalho na lavoura já é desvalorizado para os homens, imagine para as mulheres. Não quero isso não. Estudei. Quero passar no vestibular para jornalismo. Lá em casa, ajudo minha mãe e meu pai paga meu cursinho. Quando eu conseguir um trabalho, aí me viro só. Quer dizer, eles vão me ajudar a ser independente. Tem coisa melhor? (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro rural Cabeceira do Boi).

Nesse sentido, a forma como o grupo familiar se organiza e divide sexualmente o trabalho entre seus membros se constitui como um fator de peso na percepção dos jovens sobre seu campo de possibilidades na transição para a vida adulta ou para se tornarem independentes. Essas relações são desencadeadas em uma esfera micro-social, isto é, dentro das próprias famílias e muitas vezes de modo conflitante entre o que querem os pais e o que querem os filhos.

Mas, se considerar sua condição socioeconômica e ampliar a análise para a esfera macro-social, isto é, para a interação entre os jovens e o conjunto de instituições (movimentos sociais, empresas, aparelhos de estado) pode-se perceber que os fatores externos também influenciam sobremaneira nas possibilidades de ficar ou sair do campo. Além disso, a tensão entre esses dois fatores e a condição social adquirem maior vulto sobre o fator geração. Ou seja, embora ocorram conflitos entre pais e filhos, a origem da tensão entre eles está nas condições sociais de vida da família e suas relações com o mundo externo. Esse aspecto não elimina a *geração* como chave analítica, mas a chave da classe social ou condição socioeconômica parece esclarecer melhor esse processo social, sobretudo, se levar em conta as reais possibilidades de emprego para os jovens, as diferenças entre seus graus de escolaridade e a questão de gênero.

Há muitas diferenças subjetivas e objetivas nos motivos que estimulam moças e rapazes a ficarem no campo ou procurar trabalho na cidade. Alguns desses motivos apresenta-se duplamente como questão social e como questão cultural. Trata-se da

percepção social do homem como organizador da produção e provedor da casa e do caráter masculino – na maioria dos casos – da sucessão na propriedade.

A divisão sexual do trabalho entre o campesinato brasileiro favorece mais a visibilidade social do homem como mentor e organizador do trabalho e projeta uma sombra sobre as mulheres, ainda que estas trabalhem tanto quanto, ou desenvolvam as mesmas atividades que eles (Abramovay, 2001; Silva, 2001; Heredia, 1979).

Essa visibilidade social sobre os homens é tão forte que desencadeou um processo de masculinização em áreas rurais, pois muitas jovens – ao se sentirem desvalorizadas na divisão sexual do trabalho no grupo familiar – procuram buscar alternativas na cidade diante da preferência estratégica de seus pais pelos jovens para assumir a gestão da propriedade. Embora isso ocorra, em muitos países do mundo, Gurriere et al (1971) observam que na América Latina ocorre com maior visibilidade e intensidade.

Vejamos essa questão de gênero e suas implicações no êxodo rural feminino e na reprodução social da agricultura familiar com um pouco mais de acuidade.

4.4- Gênero: Sombra Sobre as Mulheres

A literatura socioantropológica existente sobre as formas de organização da unidade familiar de produção aponta para a forte prevalência masculina na coordenação das relações de sociabilidade e organização do trabalho dentro e fora do grupo familiar.

Os trabalhos de Candido (1972), Garcia Jr. (1989), Heredia (1979) mostram que na divisão sexual do trabalho, às mulheres competiam as atividades de fiar, tecer, cuidar da casa e de pequenos animais. No escopo da divisão do trabalho social, atividades essas consideradas domésticas, complementares e hierarquicamente

inferiores as dos homens que se responsabilizavam pela lavoura e animais de médio e grande porte que eram percebidas, por sua vez, como atividades mais valorizadas econômica e moralmente tanto na esfera doméstica, quanto na esfera pública.

Mas, os autores mostram que, embora houvesse uma ausência das mulheres nas atividades agropecuárias no discurso masculino, na prática elas também trabalhavam na lavoura fazendo serviços de capina, colheita, transporte e armazenamento da produção. Todavia, essas atividades quando desenvolvidas por mulheres não eram percebidas, tampouco apareciam no discurso masculino como trabalho, mas como *ajuda*.

No aspecto sociocultural, o não reconhecimento de sua atuação no interior da habitação, ou na atividade agrícola como um trabalho – em muitos casos³⁰ – implica diretamente na sua exclusão do acesso a terra no processo de partilha do patrimônio familiar. Parece que o lema “a terra é para quem nela trabalha” – adotado por movimentos sociais – é acionado como um critério, ou uma lógica subjacente à preferência masculina nos processos de reprodução social ou divisão da herança entre os agricultores familiares. Caracterizada como “ajuda”, ou “complementar” a atividade feminina muitas vezes não é compreendida como um trabalho. Isso induz a uma percepção, tanto na dimensão micro, quanto na macro-social, sobre a mulher não como trabalhadora rural, mas como esposa ou companheira de agricultor que o auxilia no seu “papel social” de organizar e realizar a produção (Carneiro, 2001).

³⁰ Há situações em que os filhos do sexo feminino e os do sexo masculino são tratados igualmente na divisão da herança familiar. Maria José Carneiro (2001) observa que há casos em que a partilha do patrimônio familiar, inclusive a terra, é feita igualmente para homens e mulheres. Isso tende a ocorrer nas regiões onde a terra e a atividade agrícola não são percebidas como importantes meios de ascensão social, ou de acordo com a disponibilidade de terras que a família dispõe para seus membros sem colocar em risco o aniquilamento do patrimônio e sua reprodução social. Uma engenheira agrônoma que entrevistei para essa pesquisa informou-me que onde ela mora (Taquaritinga-SP, município vizinho a Araraquara) a partilha da herança – principalmente a terra – é feita igualmente para homens e mulheres. Perguntei-lhe se, no caso, essa divisão do patrimônio para todos os membros ainda permitia que cada herdeiro desenvolvesse a agricultura em sua parte, ou se esse retalhamento da terra estava implicando em mudanças nos tipos de atividades desenvolvidas. A referida agrônoma observou que a maioria dos herdeiros – inclusive mulheres – usa a terra mais como local de moradia e trabalham na cidade. Outros, em menor quantidade, usam a terra para produção de goiabas ou sericultura. Todavia, enfatizou que a despeito de a atividade agrícola esteja em decadência, pouquíssimos herdeiros se dispõem a vender suas partes. Esses casos reforçam a tese de que não há uma forma universal de partilha do patrimônio e que elas podem mudar de acordo com o contexto socioeconômico, regional e cultural das famílias.

O escamoteamento do trabalho feminino como “ajuda” constitui-se como – ainda que no plano da representação – sombra sobre a mulher e não se restringe apenas à sociabilidade doméstica, isto é, interna ao grupo familiar. Até recentemente, isso estava presente também nas redes de sociabilidade externas ao grupo familiar. Às mulheres competiam “pequenos” negócios com hortaliças, doces e salgados. Aos homens, “grandes” negócios como a venda ou compra de alimentos e animais (Paulilo, 1976).

Atualmente (2007), mesmo com a substancial e necessária reação feminina a esse *status quo*, ainda é sobressalente a atuação masculina sobre a feminina, inclusive no aspecto jurídico institucional que possibilitava a secundarização das mulheres em relação aos homens no acesso às políticas públicas.

No plano jurídico, a Constituição de 1988 - em seu Artigo 189³¹ - faculta às mulheres o Título de Domínio ou de Concessão de Uso de lote de terras em assentamentos de reforma agrária. Como esse título e/ou a concessão de uso eram apenas facultativos às mulheres, foram os homens – na sua grande maioria – quem assinaram e se tornaram legalmente responsáveis pelos lotes nos assentamentos. Somente em 1993 é que foi aprovada a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro que possibilita às mulheres assinar o título de domínio e a concessão de uso da terra ao lado dos homens³². Mesmo assim, nesse ano, elas ainda não tinham garantia no processo de

³¹BRASIL - CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988. CAPÍTULO III: DA POLÍTICA AGRÍCOLA E FUNDIÁRIA E DA REFORMA AGRÁRIA. Título VII. **Art. 189.** *Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão Títulos de Domínio ou de Concessão de Uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos. **Parágrafo único.** O Título de Domínio e a Concessão de Uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei.*

³² [LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.](#) Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Art. 19.** *O Título de Domínio e a Concessão de Uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente de estado civil, observada a seguinte ordem preferencial:*

***I** - ao desapropriado, ficando-lhe assegurada a preferência para a parcela na qual se situe a sede do imóvel;*
***II** - aos que trabalham no imóvel desapropriado como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários;*
***III** - aos ex-proprietários de terra cuja propriedade de área total compreendida entre um e quatro módulos fiscais tenha sido alienada para pagamento de débitos originados de operações de crédito*

assinatura do título da terra. A possibilidade dessa garantia só veio quinze anos mais tarde com a Portaria INCRA/P/Nº 981, de 2 de outubro de 2003 que torna obrigatória as assinaturas do homem e da mulher, nos casos de casamento ou união estável, para a obtenção de Título de Domínio e Concessão de Uso da terra³³.

Embora tenha sido normatizada a assinatura do homem e da mulher exigidas pelo INCRA para o assentamento e concessão de título de domínio, ou uso da terra à família, isso ainda não garante efetivamente, isto é, de fato, que as mulheres sejam percebidas na sua família nuclear, ou no conjunto da sociedade como trabalhadora rural, agricultora. Não há dúvidas de que, como um direito, o caráter da mulher como agricultora, proprietária, titular de um lote de terras tenha se consolidado com a Portaria INCRA/P/N 981, de 2 de outubro de 2003. Todavia, a prescrição desse direito não é sinônimo de que tal reconhecimento social sobre a mulher seja um fato.

Como bem observa Carneiro (2001; 2006) a divisão patrimonial entre os membros de uma família não é suscetível apenas à normas de jurisprudências, mas também às diferentes estratégias familiares e, sobretudo, o lugar que os membros ocupam na organização da produção familiar. A família – entendida como uma unidade de interesses coletivos – pode se sobrepor às regras institucionais acionando suas próprias regras como estratégias de preservação da integridade do patrimônio e evita,

rural ou perdida na condição de garantia de débitos da mesma origem;
IV - aos que trabalham como posseiros, assalariados, parceiros ou arrendatários, em outros imóveis;
V - aos agricultores cujas propriedades não alcancem a dimensão da propriedade familiar;
VI - aos agricultores cujas propriedades sejam, comprovadamente, insuficientes para o sustento próprio e o de sua família.
Parágrafo único. Na ordem de preferência de que trata este artigo, terão prioridade os chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída.

³³Portaria INCRA/P/Nº 981, de 2 de outubro de 2003. Publicação: DOU 192, de 03/10/03 seção 1, p.94 – B.S. nº 40, de 06/10/03. O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 18 da Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 4.705, de 23 de maio de 2003 e o art. 22, inciso VIII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA nº 164, de 14 de julho de 2000 e considerando o disposto no art. 189 da Constituição Federal, resolve: (Art. 1º O art. 3º da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002, passa a vigorar da seguinte forma): "Art. 3º A outorga do Título de Domínio ou do Contrato de Concessão de Uso, far-se-á: **I** - ao homem, na ausência de cônjuge ou companheira; **II** - à mulher, na ausência de cônjuge ou companheiro; **III** - ao homem e à mulher, obrigatoriamente, nos casos de: a) casamento; e b) união estável.

desse modo, a possibilidade de sua fragmentação, bem como garante maiores chances de preservá-lo. Como o homem, na maioria dos casos, é percebido como o organizador dessa produção e reprodução há um consenso – não universal – de que ele seja priorizado na sucessão familiar do patrimônio.

Pode-se falar, então, na família como um grupo social estruturado e estruturante na medida em que sofre influências do meio social externo, mas também elabora estilos e padrões de comportamento próprios ao acionar regras próprias, consuetudinárias.

No que se refere às práticas de partilha do patrimônio familiar observado no contexto da interação entre as dimensões micro e macro-social há uma dialética. Ao mesmo tempo em que a unidade familiar se sobrepõe às regras jurídicas institucionais acionando suas próprias estratégias e normas consuetudinárias³⁴, ela também – por muito tempo – encontrou brechas na jurisprudência que lhes permitiam fazer a

³⁴ No assentamento analisado os pais e os jovens, quando abordados sobre a questão da sucessão falaram sem nenhum embaraço em sair ou permanecer no lote sem fazer referência à legislação que prescreve a sucessão hereditária condicionada a alguns critérios jurídicos como a obtenção do Título de Domínio e Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR. Quando lhes falei sobre esse condicionante jurídico na sucessão hereditária, todos declararam que já sabiam disso, porém acreditavam – a partir de experiências concretas – que não operava na prática. Isto é, com ou sem o Título de Domínio a sucessão hereditária seria feita. Depois se reivindicaria na justiça sua legalização. Diferentemente do Título de Domínio, a Concessão de Uso da terra não garante a sucessão hereditária automática. Tal Concessão permite que os filhos reivindiquem na justiça o direito a herança do benefício concedido aos pais. A regulamentação sobre a alienação (venda, arrendamento, doação, sucessão hereditária) de qualquer imóvel rural, inclusive os procedentes da União como as parcelas de terra em assentamentos de reforma agrária está prescrita no Artigo 22 da Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Prescreve essa Lei no referido artigo:

"A partir de 1º de janeiro de 1967, somente mediante apresentação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, expedido pelo Ibra (sic) [INCRA] e previsto na Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, poderá o proprietário de qualquer imóvel rural pleitear as facilidades proporcionadas pelos órgãos federais de administração centralizada ou descentralizada, ou por empresas de economia mista de que a União possua a maioria das ações, e, bem assim, obter inscrição, aprovação e registro de projetos de colonização particular, no Ibra ou no Inda, ou aprovação de projetos de loteamento.

§ 1º Sem a apresentação do Certificado de Cadastro, não poderão os proprietários, a partir da data a que se refere este artigo, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais.

§ 2º Em caso de sucessão causa mortis nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem a apresentação do Certificado de Cadastro a partir da data referida neste artigo. [...]

§ 4º Dos títulos de domínio destacados do patrimônio público constará obrigatoriamente o número de inscrição do CCIR, nos termos da regulamentação desta Lei. [...]"

Para ver esta Lei na íntegra, confira: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata**. Orgs. Joaquim Modesto Pinto Júnior, Valdez Farias. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007. (NEAD Especial; 7).

partilha desigual do patrimônio tratando os filhos de modo diferenciado e priorizando os de sexo masculino na sucessão hereditária. A própria jurisprudência lhe propiciava meios – seja pela ambigüidade das normas, ou por suas imprecisões – como suporte ao tratamento desigual entre os filhos de sexo masculino e os de sexo feminino. Por outro lado, hoje, mesmo com a precisão da norma jurídica não há garantia de que essa questão de gênero tenha sido resolvida nos processos de partilha do patrimônio familiar.

A prática de priorizar os homens – nas diversas situações em que isso ocorre – já se constitui como um *habitus* estruturado ao longo das gerações. Todavia, seu caráter “estruturado” não é exclusivo e cristalizado. Ele pode se apresentar também como estruturante na formatação das estratégias familiares e na dinâmica social. Isso posto, as mulheres não são preteridas de modo fatal e irrevogável. Como já observei, a marginalização das mulheres depende também do contexto socioeconômico, institucional, regional e cultural onde as famílias moram e atuam.

Portanto, trata-se de uma questão cultural e institucional que permeia desde questões domésticas (divisão sexual do trabalho, participação na sucessão hereditária) até questões sociopolíticas, como o acesso a terra via projetos de reforma agrária.

Pesquisando as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho em áreas rurais do nordeste brasileiro, Carmem Silva e Ana Paula Portella ([2004] 2006) indicam que em 72% dos casos o título da terra está em nome dos homens, apenas 16% das mulheres são titulares e são também chefes do domicílio. Se, em geral, eram os homens os titulares da propriedade, também eram eles quem, majoritariamente, solicitavam financiamento para a produção. As pesquisadoras apontam que 24% informaram ter acesso ao crédito. Deles, apenas uma mulher disse ter financiamento em nome próprio.

Essa problemática sugere que se faça uma análise diferenciada das situações que envolvem os jovens e as jovens rurais. Seria o caso de pensar as perspectivas de

futuro dos rapazes e das moças a partir do seu lugar na divisão sexual do trabalho. O êxodo rural e a realização de atividades não-agrícolas pelas moças são muito mais intensos do que entre os rapazes, o que sugere que elas passam mais tempo fora do lote e da atividade agrícola. Durante o trabalho de campo, essa problemática se revelou com muita nitidez e apontou para o desinteresse das moças permanecerem no campo, mesmo que recebam terra como parte da herança. É o que expressaram Samanta e Estela, respectivamente, quando indagadas se os pais falam sobre sucessão e se elas desejam ficar na propriedade como sucessoras.

Lá em casa pai e mãe não falam sobre quem vai ficar no lugar deles para assumir o lote. Mas, eu já falei que não fico. Aqui tem necessidade de muita coisa e a gente não pode comprar, não pode ter. Eu trabalho em Matão e volto para cá quase todo final de semana. Mas, eu volto por causa de pai e mãe e meus amigos. A gente faz festinha aqui de fim de semana. Mas, para trabalhar aqui é difícil. Vejo o sofrimento de pai e mãe. Eles se matam de trabalhar e não têm nada. Teve até um tempo aí que ficaram com o nome sujo no banco porque não puderam pagar o financiamento que pegaram. A verdade é que aqui no assentamento você vive bem em termos de ter o que comer. Aí não pode reclamar de nada. A gente não passa fome. Mas, a gente quer ter outras coisas também. Quero ter meu próprio dinheiro sem ter que pedir a pai, mãe ou marido. Quero poder comprar minhas coisas sem depender deles. E eles também não podem ajudar porque não têm salário (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Posso até receber terra, mas não quero ficar. Acho que a gente tem que conhecer outras coisas. Eu quero ser independente. Aqui não. Não fico. Eu estudei e posso conseguir outras coisas lá fora (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

Como observam Abramovay *et al* (2001), a maior presença das jovens rurais na área urbana não significa que as mulheres tenham mais alternativas ou são mais aceitas na cidade que os homens. As causas do êxodo feminino são mais complexas

que as do masculino a começar pela escolha do sucessor na propriedade familiar. Mesmo nos casos em que as mulheres recebem terra como herança, elas são estimuladas a vender sua parte para um dos irmãos – preferencialmente aquele que mantiver um vínculo de produção e habitação com o campo. Se as mulheres são preteridas nesse processo, por um lado, por outro, procura-se preservar o patrimônio familiar sem fracioná-lo. Trata-se, então, de uma lógica de preservação do patrimônio familiar que estimula o êxodo feminino mesmo nos casos em que a partilha da terra é feita entre todos os membros.

No caso de algumas moças que manifestam interesse em permanecer no lote, sua efetiva permanência parece se condicionar à permanência de um companheiro que assuma a responsabilidade de vínculo de produção com a terra. O Sr. Antônio deixou clara essa posição quando lhe perguntei sobre a possibilidade de uma filha lhe suceder na propriedade.

Isso aqui (a terra) era de meu avô, passou pra meu pai e ele passou pra mim. Mas, hoje tá difícil dos jovens se interessarem pela lavoura. Meus filhos só querem saber da cidade. Eu falo com eles que um tem que ficar no meu lugar, tomar conta que eu já estou velho. Mas, o tino deles é a cidade. Quem tem interesse é minha filha. Mas ela, coitada, como é que vai mexer com serviço pesado, fazer cerca, tratar de gado? Mas, é a única que tem influência para isso. Se tiver a sorte de achar um marido que goste disso também, aí já vai facilitar né. [...] Eu falo para todos os meus filhos que essa terra sempre foi da família e é pra continuar sendo. Não troco, não vendo não (Antônio Marquette, 69 anos, 5ª série, casado, 4 filhos, bairro rural Cabeceira do Boi).

O depoimento do Sr. Antônio é muito rico, pois expressa claramente o papel do homem como organizador e realizador da produção e deixa entender a atuação feminina, no caso de sua filha, como “ajuda”, “complementar”. Ademais, chama a atenção para a manutenção do patrimônio familiar acionando o vínculo de

pertencimento e de afeto à terra ao reportar que essa era de seu avô, passou para seu pai e depois para ele. Isto é, três gerações. Agora, já na quarta geração, a dificuldade de preservação do patrimônio e a reprodução social da família se colocam porque os filhos não querem ficar. “O tino deles é a cidade”. A filha que deseja ficar parece não dispor do mesmo valor moral dos irmãos em relação à organização da produção e à sucessão familiar. A possibilidade de que ela seja a sucessora se condiciona a um casamento com um rapaz que goste de agricultura e possa preservar ou ampliar o patrimônio familiar.

Outra expressão da primazia masculina na sucessão é que, na região pesquisada, geralmente, são os homens quem tomam a iniciativa de abordar o assunto em família. Tanto no assentamento, quanto no bairro rural há uma tendência muito forte dos pais em tomar iniciativa da discussão sobre sucessão. Isso revela que já no início do processo sucessório seu caráter é acentuadamente masculino, embora as moças não tenham sido esquecidas pelos pais em seus depoimentos.

De acordo com o Sr. Luciano,

[...] as filhas quase não ficam com terra de herança porque elas casam com um rapaz que já tem terra ou com um moço da cidade que não tem interesse de ficar aqui. Então, as vezes elas até ficam com terra, mas vende para os irmãos ou então não ficam com terra e prefere outra coisa que recompensar né. As vezes uma criação, duas vacas, outra hora um quintal bom para fazer horta. Agora, eu mesmo tenho uma filha que casou e mora aqui com o marido e se eles quiserem vão morar sempre aí, porque ela tem direito igual os filhos homem (Luciano Silva, 70 anos, analfabeto, casado, três filhos, Assentamento Monte Alegre).

Embora esse final do depoimento aponte para a relação de igualdade entre homens e mulheres, a íntegra da fala revela a secundarização das mulheres na distribuição da herança. A elas são oferecidos animais ou outros bens menos

valorizados do que a terra. Quando recebem terra, são encorajadas a vendê-la para seus irmãos, como informa Estela em seu depoimento.

Se eu receber terra de herança, é fácil de vender. O pessoal mesmo daqui de casa compra. Meu irmão mesmo já disse que ele compra. E meu pai também já falou que se for para vender, é para vender para ele. [...] Vou vender. Meu irmão já está até fazendo lavoura de milho e laranja no pedaço que é meu. Para ficar morando aqui, trabalhando, não fico (Estela, 18 anos, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

As causas do êxodo para as mulheres são bem mais diversas que as do êxodo masculino. As dificuldades de elas permanecerem no campo já se expressam com força dentro do próprio grupo familiar, quando este adota a sucessão masculina como uma estratégia de reprodução social e estimula as moças a vender sua parte na herança para seus irmãos. A estes são dadas prioridades para formar lavouras, criar animais de grande porte e garantir, dessa forma, a integridade do patrimônio.

Em que pese o trabalho feminino – na prática – ser equivalente ao masculino, a representação e organização da sociabilidade intrafamiliar é marcadamente masculina, sobretudo, no que se refere às posições de comando e tomadas de decisão no grupo familiar. Embora Estela tenha afirmado que é seu o desejo de vender a parcela da herança, seu pai tomou a decisão de condicionar a venda a seu irmão.

Em vista disso, a análise sociológica não deve passar ao largo da questão de gênero nos processos de sucessão na agricultura familiar. Pois em todas as esferas da vida, privada ou pública, urbana ou rural

a divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos

hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 1999, p.17).

Nesses esquemas de percepção, de pensamento e ação, o chefe – em geral do sexo masculino – se constitui como o provedor do grupo o que contribui para diminuir a valoração do trabalho dos outros membros – sobretudo – do sexo feminino, cujo trabalho, além de ser caracterizado como “ajuda” é controlado pelo pai ou marido. Desse modo, na divisão sexual do trabalho, a organização, a valoração das atividades e o poder são instituídos pelo chefe de sexo masculino como se fosse algo natural.

Ao analisar o trabalho feminino no interior das famílias de colonos no interior de São Paulo, Maria A. Moraes Silva observa que

[...] apesar de desempenharem tarefas dentro de casa, na roça de subsistência e no cafezal, as mulheres não existiam enquanto trabalhadoras individualizadas, porque seu trabalho era englobado no trabalho familiar controlado diretamente pelo pai-marido. A organização do trabalho – a alocação dos diferentes membros da família no trabalho – cabia ao homem. [...] O poder masculino centrava-se na figura do pai-marido-patrão (SILVA, 2001, P. 557-8).

Esse poder masculino centrado na figura do pai-marido-patrão muitas vezes, sobretudo nos casos em que a atividade agrícola e a terra são o principal instrumento de ascensão e reprodução social da família, se estende da divisão do trabalho até a escolha dos membros que efetivamente sucederão aos pais na propriedade e dessa forma tende a ser reproduzido de geração para geração (Carneiro, 2001; 2006). Há uma tendência dos critérios serem estabelecidos apenas pelo pai, como sugere o Sr. Jovelino.

Quem conversa mais sobre o negócio da herança e quem vai ficar no lugar da gente é eu. Rosa (esposa) quase não fala. Ela tem medo deles criarem ciúme um do outro e brigar. Eu é que falo, pois tem de falar para eles irem criando juízo, tomando responsabilidade de gente

grande. Quem é vivo é mortal. Qualquer hora a gente pode faltar e eles têm que assumir. [...] Todos têm direito igual. Até as filha mulher. E se não tiver para onde ir, ninguém vai ser tocado que nem cachorro. Aqui é pequeno, mas tem espaço para fazer casa para todos eles. [...] Mas o responsável vai ser aquele que se interessar, porque também não adianta deixar na mão de um que não quer saber de nada. Isso eu aprendi com o velho meu pai. Isso eu ensino para eles (Jovelino dos Santos, 63 anos, 2ª série do primário, casado, cinco filhos, Assentamento Monte Alegre).

Nesse caso, parece que os critérios de escolha do sucessor são flexíveis já que *“todos têm direito igual. Até as filha mulher”*. Desse modo, se uma das filhas quiser ela pode assumir. O único critério rígido demonstrado pelo Sr. Jovelino para o filho, ou filha assumir a propriedade é a responsabilidade de manutenção do patrimônio familiar expresso na frase: *“[...] mas o responsável vai ser aquele que se interessar, porque também não adianta deixar na mão de um que não quer saber de nada. Isso eu aprendi com o velho meu pai. Isso eu ensino para eles”*. A preservação do patrimônio parece ser o condicionante moral transmitido de pai para filho e apresentado como critério irrevogável para quem se candidatar como sucessor, seja homem, ou mulher.

Mas, vale chamar a atenção para o que pode ser expresso no discurso e o que, de fato, é concretizado. Abramovay *et al* (2001) mostraram em sua pesquisa que, no plano do discurso paterno, as mulheres aparecem como potenciais sucessoras na propriedade familiar. Mas, na prática, são raras as que realmente sucedem os pais. Já antevendo o desfecho dessa relação de sociabilidade intrafamiliar, a maioria das mulheres jovens migra para as cidades em busca de outras alternativas de afirmação social.

Na região de Araraquara, a maioria das jovens rurais mora e trabalha na cidade, como domésticas e retornam à casa paterna no campo nos finais de semana ou dia de folga. Além disso, constatei que perto de 80% das entrevistadas (treze

moças) obtêm suas rendas de atividades não-agrícolas e, ao contrário dos rapazes, expressaram desejo de abandonar a atividade agrícola, como declararam Samanta e Estela.

Olha, para falar a verdade não é que eu tenho vergonha de ser da roça, de mexer com terra. É que a gente não tem o valor merecido. Você trabalha e não consegue nada. O jeito é ir para a cidade. Lá tem mais oportunidade, mais chance vamos dizer né (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Meu pai até fala que eu tenho direito na terra. Mas eu não quero ficar aqui não. Só quero vir aqui pra passear. Pra viver aqui, trabalhar não. Hoje o jovem tem que estar na cidade. Lá a gente tem mais escolha e não sofre tanto (Estela, solteira, 2º grau completo, bairro Cabeceira do Boi).

A saída das moças não significa apenas buscar oportunidades de emprego que lhes permitam a independência financeira. Além disso, também há o desejo de se libertarem da tutela dos pais ou dos irmãos e ver sua atuação reconhecida não como simples “ajuda”, “complementar”, mas como trabalho. O escamoteamento do trabalho feminino como “ajuda” e a falta de oportunidades concretas para que elas conquistem sua independência no campo fazem com que seu êxodo seja mais intenso que o dos jovens do sexo masculino. Desse modo, embora alguns pais apontem para uma sucessão de caráter feminino, o conjunto da organização familiar fundamentado na divisão sexual do trabalho e sua hierarquia; na percepção social sobre os homens como organizadores e realizadores da produção e, sobretudo, em uma lógica subjacente de preservação de seu patrimônio prioriza mais os homens do que as mulheres nos processos de sucessão.

Ainda que de passagem, é pertinente chamar atenção para uma questão: a feminilização do campo em determinadas áreas. Em algumas regiões como o Vale do

Jequitinhonha; municípios do sertão e do semi-árido nordestinos; região de Londrina-PR em vez de masculinização ocorre uma feminilização temporária do campo (Serviço Pastoral dos Migrantes, 2003–2004). Nessas regiões são as mulheres que se responsabilizam pelas lavouras. A maioria dos homens – especialmente os jovens – sai para os canaviais sul-mineiro, paulista, norte fluminense e também para Goiás onde vão trabalhar nas lavouras de alho, cebola, batata e amendoim. Durante sete, oito meses do ano nessas regiões de origem dos migrantes se encontram basicamente mulheres, idosos e crianças organizando e lutando por sua sobrevivência.

Não obstante, os homens continuam aparecendo, inclusive em discursos femininos, como provedores da casa. É mais um elemento para fortalecer a tese de que a dominação masculina procura se constituir como elemento natural, o que dificulta seu questionamento no cotidiano das famílias. Embora não seja natural, os homens tendem a achar que sua posição de mando assim o seja e procuram reproduzi-la na transmissão do patrimônio e em diversas esferas da vida, como o trabalho, educação, esporte, ciência.

Em que pesem a importância política e cultural das organizações, movimentos de mulheres e suas substanciais conquistas elas ainda participam da reprodução de um mundo sociocultural marcadamente masculino. E como apontam alguns pesquisadores (Deere, 2004; Prates & Nogueira, 2005; Carneiro, 2006) as organizações de mulheres têm objetivado mais o acesso a benefícios de financiamento e aposentadoria, do que sua individuação radical que possa revolucionar a percepção social – acentuadamente masculina – do homem como chefe e provedor do lugar onde se habita e trabalha.

Maria A. M. Silva (2001) observa que mesmo com o desenvolvimento urbano industrial e a modernização da agricultura que propiciaram uma individualização do trabalho conferindo uma certa autonomia a cada trabalhador em relação aos usos e destinos de seu salário, as mulheres não foram reconhecidas como sendo pertinentes na organização e composição da unidade de produção familiar. Isso porque a

“dominação masculina” extrapola a dimensão econômica e permeia os processos de formação sociocultural, nos quais homens e mulheres são socializados. Isso ajuda a explicar, porque a individualização e maior liberdade em relação ao trabalho não proporcionaram

[...] a igualdade nas relações entre homens e mulheres, e nem a inversão na estrutura do poder. A independência econômica feminina não representou o término das desigualdades entre homens e mulheres, porque elas não se resumem à esfera econômica e material. Estão presentes na cultura, nas idéias, nos símbolos, na linguagem, no imaginário; enfim formam um conjunto de representações sociais que impregnam as relações (SILVA, 2001, P. 563).

Em face dessa questão, pode-se afirmar que políticas públicas como o Pronaf Mulher são fundamentais como um instrumento na diminuição do êxodo rural feminino, na medida em que reconhece a relevância desse agente social e procura dispor meios para que elas construam seu espaço no campo. Contudo, como mostrei anteriormente, nem sempre a família se dobra à regra jurídica que, por si só, não garante as transformações das práticas sociais.

Ademais, a questão não é exclusivamente econômica. É também sociocultural. Não basta que as mulheres disponham dos recursos públicos, é preciso que se possibilite a elas o reconhecimento e a construção de um lugar político e social tão valorizado, quanto o dos homens nas relações de sociabilidades extra e intrafamiliar, sobretudo, nos processos sucessórios. Ainda são poucos os casos de jovens mulheres, como Fernanda, que têm dado a “*volta por cima*” nas relações de dominação masculina. Em seu depoimento ela reconhece a proeminência masculina nas relações de trabalho e sociabilidade, mas também afirma sua disposição de transformar essa ordem vigente.

A verdade é que os homens, os pais da gente, os irmãos, os maridos, não confiam muito na gente que é mulher. No dizer deles, porque a gente é mulher, o dia de serviço nosso não vale o dia deles. Aí, quando as mulheres arrumam um dinheiro como esse que vem do Pronaf Mulher, são eles é que querem usar o dinheiro. Eles falam que eles têm mais jeito para mexer com isso, sabe! Se você não ficar esperta, você põe o dinheiro na mão deles. [...] Eu quero ficar aqui. Aqui é bom. Tem os amigos. Eu também gosto de trabalhar na lavoura. Olha, gosto de ver a roça crescer. Pai e mãe não falaram, mas é eu que vou ficar no lugar deles. Meu irmão mais velho vai casar e vai morar aqui, mas ele já tem emprego na cidade. Gosto daqui e de trabalhar na roça. Mas, antes de casar também vou ter que trabalhar fora para comprar o enxoval. Meu namorado também é daqui do assentamento e ele já está trabalhando fora para comprar os móveis. Assim uns móveis – sofá, mesa, cadeira, televisão. Para comprar isso aí com o dinheiro da lavoura não compra e também não casa e para viver também casado, manter a casa, tem que trabalhar fora. Eu vou ficar aqui. Já decidi, meu namorado também. Mas, vamos ter que fazer uns bicos de vez em quando. (Fernanda, 20 anos, 2º grau incompleto, assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

Fernanda não se intimida com o silêncio de seus pais sobre a escolha do sucessor. Como ela já declarou interesse em suceder os pais e estes se silenciaram, elaborou os planos para o futuro vislumbrando a permanência de seu irmão com um vínculo de moradia e não de produção com a terra. O vínculo de moradia e produção será mantido por ela e seu futuro esposo articulando-o a empregos esporádicos ou de tempo parcial na cidade. Reações como essa foram poucas nos locais pesquisados não chegando a se apresentar como tendência. Mas, a força com que elas foram expressas coloca em discussão a posição masculina pelas novas gerações.

Ademais, a fala da jovem revela as duas dimensões – macro e micro-social – influenciando nas perspectivas dos jovens em relação à agricultura familiar. Ela coloca os elementos da questão de gênero, como a sobrevalorização do trabalho masculino

em detrimento do feminino ao observar que [...] *“No dizer deles, porque a gente é mulher, o dia de serviço nosso não vale o dia deles. Aí, quando as mulheres arrumam um dinheiro como esse que vem do Pronaf Mulher, são eles é que querem usar o dinheiro. Eles falam que eles têm mais jeito para mexer com isso, sabe!”*. Coloca também a questão estrutural sobre as possibilidades de viver dignamente no campo a partir da aquisição de bens elementares (habitação, móveis, eletrodomésticos) que, de acordo com ela *“Para comprar isso aí com o dinheiro da lavoura não compra e também não casa e para viver também casado, manter a casa, tem que trabalhar fora”*.

Nesse sentido, o exercício de compreensão desses processos pode fornecer subsídios às políticas públicas como instrumentos que viabilizem meios de vida digna para os jovens que desejam permanecer no campo habitando-o e extraindo dele recursos que lhes garantam acesso à educação, saúde, lazer, formação cultural e, sobretudo, reconhecimento político e social da mulher como agente social tão imprescindível quanto os homens para o equilíbrio das famílias rurais que são muito mais do que unidades de produção familiar agrícola. Mais do que isso, elas são unidades familiares de produção e reprodução sociocultural seja de caráter doméstico, seja de caráter público institucional. Embora os arranjos institucionais – como políticas públicas – não sejam determinantes nas dinâmicas familiares, a reprodução destas, urbanas ou rurais, está sempre vinculada a “um momento parcial e determinado de um processo mais amplo” (Bilac, 1983).

Tendo em vista as perspectivas dos jovens rurais na agricultura familiar e a conquista de sua autonomia em um processo social mais amplo, no próximo e último tópico desse capítulo passo a discorrer sobre as políticas públicas e sua real contribuição tanto para a reprodução social na agricultura familiar, como para a viabilidade dos projetos individuais dos jovens rurais dentro ou fora da agricultura.

4.5 – Políticas Públicas

Pode-se dizer que as condições socioculturais dos jovens nas áreas rurais, no pretérito, não tinha o estatuto de questão política e social, mas o adquire na medida em que se torna cada vez mais difícil a sucessão hereditária na propriedade familiar.

Ainda que na maioria das áreas rurais latinoamericanas salta-se direto da infância para a vida adulta³⁵ (Gurriere, 1971; Garcia Jr., 1989; Durston, 1998), a agenda política dos estados já contemplam alguns temas sobre as condições socioculturais de vida dos jovens e elaboração de arranjos institucionais para eles. Noutros termos, já não há uma invisibilidade sobre os jovens como agentes sociais diferentes da criança e do adulto. Ou seja, o jovem tem se tornado um agente social diferenciado tanto cultural, quanto politicamente. Haja vista a crescente realização de pesquisas sobre os jovens rurais³⁶; a criação de programas e políticas³⁷ como a Política Nacional de Juventude; o Pronaf Jovem; os Conselhos Estaduais de Juventude, a Secretaria Nacional da Juventude.

Estimular ou criar possibilidades para esses agentes sociais no campo e/ou na cidade é uma questão política, social e cultural, cuja solução exige elaboração de programas nas dimensões macro e micro-social, entretanto interconectados, e que estejam para além de rearranjos circunstanciais. Pois, trata-se de uma questão social

³⁵ Ainda na infância os meninos e meninas são encarregados de algumas responsabilidades e tarefas, como cuidar dos irmãos mais novos, cuidar de pequenos animais; auxiliar na colheita; limpar a casa. Mostrei no capítulo um que, entre as famílias rurais, o trabalho é um dos principais critérios para se perceber e representar os indivíduos como adultos. Desse modo, iniciados precocemente no trabalho, ainda crianças, os indivíduos tendem a adquirir comportamentos e hábitos típicos dos adultos.

³⁶ Cf. o já citado trabalho de WEISCHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead, 7)

³⁷ De acordo com a Secretaria Nacional de Juventude, esses são os principais programas e políticas voltadas para os jovens: Projeto Agente Jovem ; Programa Bolsa-Atleta; Programa Brasil Alfabetizado Jovem; Programa Escola Aberta; Programa Escola de Fábrica; Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed); Programa Juventude e Meio Ambiente; Programa Nossa Primeira Terra; Programa Cultura Viva; Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM); Projeto Rondon ; Programa Pronaf Jovem; Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Saberes da Terra ; Programa Segundo Tempo; Projeto Soldado Cidadão. Cf. www.planalto.gov.br/secgeral

estrutural que pode ter como ponto de partida a afirmação da alteridade jovem e que – no caso dos rurais – enlaça também no seu horizonte a viabilidade de articular suas atuações entre campo e cidade.

Em se tratando de viabilizar melhores condições materiais de vida para os jovens que queiram permanecer na agricultura familiar, o desafio ainda é grande. Não obstante o avanço técnico e a inserção da agricultura familiar na agenda política nacional com a criação do Pronaf em 1995 e, a partir daí, uma série de transformações e reformulações institucionais com o objetivo de consolidá-la (Schneider, Cazella, Mattei, 2004), os canais institucionais criados para os jovens – como o Pronaf Jovem, Conselhos estaduais e municipais de jovens rurais – e os criados por eles mesmos – grupos e cooperativas de jovens – ainda não se mostram eficientes na expressão clara de suas perspectivas em relação à agricultura familiar e com ela a operacionalização de uma agenda política que contemple sua problemática como questão estrutural.

Alguns canais já criados (grupos de jovens, pastoral da juventude, conselhos estaduais da juventude, Secretaria Nacional da Juventude) são significativos como início de um processo de inserção dos temas ligados à juventude na agenda política nacional. Mas, ainda estão em fase primária de desenvolvimento e não pode-se dizer que são o ponto de chegada no processo de criação de oportunidades para os jovens que queiram permanecer no campo.

Entre outras coisas, o desafio grande se explica pelo aspecto político e cultural, pois só recentemente, salvo exceções como o trabalho de Maria I. Linhares (1997), etc. a agricultura familiar foi reconhecida, não como apêndice, mas como forma social de produção tão pertinente, quanto a agricultura empresarial no plano político e social brasileiro. Até então, era escamoteada socialmente como sinônimo de atraso e setor marginal como mostrei no segundo capítulo.

Em meio a esse contexto, como as políticas públicas podem – de fato – contribuir e quais as perspectivas e inquietações dos jovens rurais em relação às

possibilidades de permanecer ou sair do campo, ou articular entre esses espaços suas ações em busca de sua autonomia e transição segura para a fase adulta?

Ricardo Abramovay et al (2001) apontam que as políticas públicas devem levar em conta a diversidade de perspectivas dos jovens rurais. Há jovens desprovidos de recursos que desejam sair do campo para melhorar seu padrão de vida. Outros, em situação semelhante, ainda assim desejam permanecer no campo, porque julgam que sua precariedade dos meios de vida seria mais suportável do que a precariedade social que teriam de enfrentar na cidade, como falta de habitação e desemprego. Outros jovens providos de recursos desejam sair do campo para aproveitar melhor seu potencial intelectual e material na cidade fazendo um curso técnico ou superior.

Na mesma situação que estes, porém pensando diferente, há jovens que desejam permanecer no campo e utilizar seu potencial, não necessariamente nas atividades agrícolas, mas em outras como turismo rural, educação escolar, guias de parques e áreas de preservação ambiental (Carneiro, 1998).

Essas perspectivas e demandas dos jovens também aparecem no trabalho de Pereira (2003 - 2004) na região de Araraquara-SP. Nesse município, embora cerca de 300 agricultores participassem dos cursos de capacitação rural oferecidos pelo Sebrae através do Projeto Sistema Agroindustrial Integrado – SAI, e outros 200 participassem de cursos semelhantes oferecidos pelo ITESP, a grande maioria deles não conseguia desenvolver as atividades aprendidas no curso, *a priori*, por três motivos elementares. Primeiro, devido a falta de recursos financeiros e/ou materiais para iniciar o empreendimento. Segundo, em alguns casos, até havia parte dos recursos materiais disponíveis para começar a produção, todavia, não se obteve financiamento para realizá-la. A terceira dificuldade é que, no caso dos jovens, eles dependiam da autorização do pai para o desenvolvimento da atividade na propriedade.

Não se pode passar adiante sem reconhecer os substanciais avanços técnicos, políticos e sociais da agricultura familiar na última década (1996-2006). Os diversos

estudos publicados no livro “*Políticas públicas e participação social no Brasil rural*” organizado por Schneider; Silva; Marques (2004) apontam na direção da substancial importância dos arranjos políticos institucionais voltados para os agricultores familiares e, sobretudo para a configuração desses arranjos políticos como um novo marco institucional para a agricultura familiar a partir de 1996.

Mas, seria ingenuidade imaginar que os problemas dos agentes sociais envolvidos com a agricultura familiar foram resolvidos ou se acabaram a partir dos arranjos políticos. Os mesmos autores do livro supracitado também apontam velhas questões ainda por resolver, como a tendência à centralização do poder em torno de autoridades locais, e, novas problemáticas como a constituição dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDR que, na grande maioria dos casos, surgiram no bojo desse processo de transformações.

Por si mesmos, ou orientados por seus pais, os jovens que entrevistei perceberam essas transformações e expressaram sua visão e perspectivas sobre elas. Vejamos os depoimentos de Mário e Samanta.

Hoje a agricultura familiar está boa. Tem financiamento para quase tudo. Quer dizer, no papel tem. É que se a gente comparar com antigamente, no tempo dos pais da gente, eles falam que era mais difícil. Então, se a gente comparar com o passado, acho que a agricultura familiar está boa. A gente é que tem que viver reclamando. Também, se não reclamar, os políticos não fazem nada. A agricultura só melhorou porque a gente reclamou. Tem que reclamar. Eu mesmo já ajudei a invadir o Incra lá em São Paulo para pedir financiamento. Acho que melhorou, mas tem sempre o que melhorar mais, principalmente, para o jovem poder ficar aqui (Mário, 23 anos, 2º grau completo, assentamento Monte Alegre).

Eu não sei muito falar da agricultura familiar, porque quem mais trabalha no sítio é pai e mãe. Mas, eu acho que melhorou bem. Ainda não está ótima, porque você vê, quase ninguém quer ficar aqui. Ainda mais os jovens. Mas, também na cidade não está bom. Aqui, pelo

menos você tem a casa, tem energia, televisão, telefone. Meu pai fala que antigamente não tinha nada disso. Hoje tem. Então, não dá para falar que está ruim. Mas também ótima não está. Ninguém quer ficar aqui. Se você quiser viver só da lavoura, acho que não dá (Samanta, 18 anos, 2º grau incompleto, noiva, assentamento Monte Alegre).

Na percepção dos próprios jovens a constatação objetiva de que a vida no campo e a agricultura familiar melhoraram vem acompanhada da reivindicação de mais melhorias, sobretudo no que se refere ao efetivo acesso ao crédito. Quando Mário diz que *“Tem financiamento para quase tudo. Quer dizer, no papel tem”*, ainda que subjetivamente, deixa a entender que, na prática, não se tem acesso fácil aos financiamentos, ou ainda que estes não são – de fato – conseguidos.

Samanta, embora enuncie que não sabe falar muito sobre agricultura familiar devido a seu pouco envolvimento com as atividades agrícolas também reconhece as melhorias alcançadas nos últimos anos, mas – semelhantemente a Mário – observa que ainda é preciso melhorar mais, pois *“ainda não está ótima, porque você vê, quase ninguém quer ficar aqui. Ainda mais os jovens. Mas, também na cidade não está bom”*.

A avaliação feita pelos jovens, entre outras coisas, revela que sua decisão de sair do campo ou articular suas ações entre este e a cidade é feita com base na sua avaliação da situação da agricultura familiar e de suas possibilidades de conquista da autonomia e fazer uma transição segura para a vida adulta. Nesse sentido, é preciso cuidar para não caracterizar sua decisão como imatura fundamentando-se no senso comum de que ainda não atingiram a condição de adultos.

Um dos entraves que se revelou nesse processo foi a dificuldade de pleno acesso às políticas públicas de apoio a jovens e mulheres no campo. Convém observar a intensidade de acesso dos entrevistados e seus pais aos programas de financiamento como Pronaf, Pronaf Mulher e Pronaf Jovem. A Tabela 10 mostra que o acesso a esses programas é pequeno. No assentamento e no bairro rural apenas seis (15%) dos 40

jovens entrevistados conseguem financiamento junto ao Pronaf Jovem.

Tabela 10 - Acesso ao PRONAF JOVEM, por local de moradia

TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
SIM	5	16,5	1	10,0	6	15,0
NÃO	25	83,5	9	90,0	34	85,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

O maior percentual de jovens do assentamento em relação aos jovens do bairro rural com acesso aos programas de financiamento deve-se, basicamente, a maior proximidade dos primeiros junto à pessoas que participam de cooperativas e associações³⁸ no assentamento e os auxiliam na elaboração de projetos, bem como os estimulam a solicitar financiamentos junto ao Pronaf Jovem. É pertinente destacar que as cooperativas e associações não são formadas e/ou dirigidas pelos jovens. Elas são formadas por pessoas casadas que não se identificam, nem são mais percebidas como jovens, como pude perceber em vários depoimentos.

No recorte por gênero percebe-se que a participação masculina é três vezes maior que a feminina nos programas de financiamento. Vejamos as Tabelas 10.1 e 10.2.

Tabela 10.1 - Acesso dos rapazes ao PRONAF JOVEM, por local de moradia

TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
SIM	4	22,0	1	16,5	5	20,5
NÃO	14	78,0	5	83,5	19	79,5
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

³⁸ Vale registrar também que, no momento da pesquisa, haviam cinco associações e uma cooperativa no assentamento. Entretanto, nenhuma delas funcionava regularmente devido a muitas divergências de opinião entre seus membros – de acordo com o relato de alguns deles.

Tabela 10.2 - Acesso das moças ao PRONAF JOVEM, por local de moradia

TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
SIM	1	8,5	0	0,0	1	6,5
NÃO	11	91,5	4	100,0	15	93,5
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

A menor participação das moças nos programas de financiamento não pode ser sumariamente creditada ao desinteresse delas pelo campo ou atividade agrícola. No tópico sobre a questão de gênero mostrei que a organização interna da unidade familiar e os arranjos institucionais voltados para agricultura familiar, isto é, na dimensão micro e na macro-social há uma tendência de se priorizar e apresentar os homens como os organizadores e realizadores da produção agrícola. Tanto que a defasagem feminina em relação aos homens no acesso a financiamentos não se restringe às mulheres jovens entrevistadas. Também suas mães têm pouco acesso aos programas de financiamento em relação a seus pais. Vejamos as Tabelas 11; 11.1 e 11.2 que mostram o acesso dos pais ao Pronaf, por local de moradia e sexo.

Tabela 11 - Acesso dos pais (homens e mulheres) ao PRONAF, por local de moradia

SEUS PAIS TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	N	%	n	%
SIM	18	60,0	2	20,0	20	50,0
NÃO	12	40,0	8	80,0	20	50,0
TOTAL	30	100,0	10	100,0	40	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 11.1 - Acesso dos pais (homens) dos rapazes ao PRONAF, por local de moradia

SEUS PAIS TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
SIM	14	77,5	2	33,5	16	66,5
NÃO	4	22,5	4	66,5	8	33,5
TOTAL	18	100,0	6	100,0	24	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

Tabela 11.2 - Acesso das mães das moças ao PRONAF Mulher por local de moradia

SEUS PAIS TEM ACESSO?	MONTE ALEGRE		CABECEIRA DO BOI		TOTAL	
	n	%	n	%	n	%
SIM	4	33,0	0	0,0	4	25,0
NÃO	8	67,0	4	100,0	12	75,0
TOTAL	12	100,0	4	100,0	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2006

No bairro rural e principalmente no assentamento o maior acesso dos homens ao financiamento do Pronaf reforça a tese da percepção social e familiar dos homens como os principais organizadores e realizadores da produção.

A criação do Pronaf Mulher e do Pronaf Jovem são passos significativos para se reconhecer e apresentar – socialmente – as mulheres e os jovens rurais como agricultoras e agricultores. Um desdobramento esperado com a criação desses programas seria a diminuição das dificuldades de acesso ao crédito de investimento e financiamento da produção para as mulheres e os jovens.

Entretanto, esses programas precisam de revisão em algumas cláusulas técnicas que podem impedir ou dificultar o acesso ao crédito, como no caso do Pronaf Jovem que exige dos interessados uma carga mínima de 100 horas - devidamente comprovadas - de participação em um curso técnico na área.

Essa exigência, embora possa ser válida a título de justificção para concessão do recurso, também dificulta o acesso ao crédito, pois em diversas regiões – sobretudo

a Norte, Nordeste e norte de Minas Gerais – os jovens não fizeram esses cursos e possuem aguda defasagem educacional. A população que tem entre 15 e 24 anos no Brasil tem uma escolaridade média inferior a oito anos de estudo, portanto não têm o ensino fundamental completo. Na região nordeste a situação se agrava ainda mais, sobretudo se o olhar for direcionado para os jovens negros. Em média, eles têm pouco mais que quatro anos de escolaridade (Ipea, 2005).

O Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher estão assentados no Programa maior do Pronaf que visa o fortalecimento da agricultura familiar. Mas, é preciso contemplar aí a demanda por novas terras, melhores condições de vida e possibilidades de fazer uma transição segura para a fase adulta principalmente para os jovens que querem permanecer no campo ou articular suas ações entre campo e cidade, todavia não dispõem de recursos para isso. Alguns depoimentos, como o de Luciano e Lucas apontaram nessa direção.

Olha, tem um ditado que o pessoal mais antigo [os avós, pais, tios] fala que é assim: "quem casa quer casa e quem quer viver na terra tem que ter terra". A vida do agricultor já é sofrimento e se for para depender da terra dos outros aí é pior. Para você poder ficar mais ou menos sossegado, a primeira coisa é ter seu pedacinho de terra. Você estando em cima de sua terra aí é o começo. Garante sua sobrevivência. Agora, para melhorar mesmo você tem que buscar outras coisas, porque é assim: trabalhar na lavoura não leva ninguém para a frente. Você vive, come e veste mais ou menos. Mas não dá para andar na moda, comprar as coisas boas, novas. Para isso a lavoura não dá condição. Se você quiser ter conforto, para a gente que trabalha como nós aqui, como eles falam aí, de "agricultor familiar", você tem que fazer outras coisas. Só o trabalho na lavoura não tem valor, não é valorizado. Acho que essa é uma parte que os governos deviam ver. Para o jovem ficar aqui, tem que ter conforto. Se não tiver, não fica. Filho de fazendeiro que tem conforto não fica, quanto mais a gente que não tem (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

Meu, olha só, os jovens da cidade têm muito mais oportunidades do

que nós. A gente aqui no campo é como se não existisse. Tudo que você quer hoje, você tem que ir buscar na cidade. [...] o que a gente quer? Trabalhar, ter seu próprio dinheiro, comer bem, ter lazer, andar bem vestido. Então acho que os jovens da cidade têm mais chance de conseguir isso do que a gente (Lucas, 20 anos, solteiro, 2º grau incompleto, bairro rural Cabeceira do Boi).

As políticas de acesso à terra para os jovens que desejam permanecer no campo não podem se reduzir apenas as expectativas de sobrevivência. Se – de um modo ou de outro – esta expectativa acalentava reivindicações das gerações passadas, hoje ela não consegue despertar nos jovens o estímulo para viver e trabalhar no campo. Os jovens entrevistados nessa pesquisa demonstram que aprenderam com a gerações passadas que “a vida do agricultor já é sofrimento e se for para depender da terra dos outros aí é pior”.

Além de trabalhar e conseguir objetos básicos de sobrevivência (moradia, comida, educação), os jovens querem “*andar na moda, comprar as coisas boas, novas*”. Vale observar que esses desejos não estão deslocados de ampliação da formação cultural e moral. Nesse sentido, não podem ser tomados como fetiche, ou consumismo. Os jovens fazem parte de uma sociedade na qual a demanda e necessidade do conhecimento, da técnica e seus usos, do acesso a produtos industrializados não se restringem à cidade.

Isto porque os processos de transformações políticas e sociais na agricultura familiar não ocorrem separados de dinâmicas sociais mais abrangentes, como o embaralhamento de fronteiras entre campo e cidade propiciando não apenas a intensificação do intercâmbio de serviços e atividades comerciais entre esses dois espaços, mas implicam – inclusive – na formatação de novos comportamentos e manifestações culturais que apontam para formação de novos hábitos, representações e interpretações do rural. Em síntese, trata-se do que alguns autores cognominam

“novas ruralidades” (Carneiro, 1998; Wanderley, 2000).

Assim, trata-se, na verdade, de suprir certas carências que para os pais e avós desses jovens poderiam não ter importância ou o mesmo valor sociocultural que têm hoje para seus filhos e netos. A comparação que Lucas faz das condições de vida dos jovens rurais com a dos jovens da cidade deixa entender a importância sociocultural que tem para eles o acesso às melhores condições de vida. O não-acesso ao lazer, às condições de trabalho, às “coisas modernas” parece indicar que ainda há muito o que fazer no âmbito das políticas públicas para que elas possam ampliar sua contribuição na conquista da autonomia e transição dos jovens para a vida adulta.

Mesmo admitindo as melhorias na agricultura familiar, como mostrei anteriormente, não se pode conceber que o atual contexto seja favorável aos jovens. Ao dizer que *“a gente aqui no campo é como se não existisse”*, Lucas demonstra a profundidade da lacuna a ser preenchida com a criação de melhores condições materiais de vida no campo. Melhores condições que para eles se traduzem como *“trabalhar, ter seu próprio dinheiro, acesso à educação, comer bem, ter lazer, andar bem vestido”*.

Evidentemente que a tarefa de preencher essas lacunas não cabe apenas aos formuladores e executores das políticas públicas. As instituições sociais como um todo e os próprios jovens se constituem como sujeitos históricos, agentes de transformação. E não foi sem a essencial participação desses agentes - organizados em associações, movimentos sociais e sindicatos - que a agricultura familiar conquistou - na última década - seu lugar na agenda política nacional.

Todavia, não se pode subestimar a importância das instituições políticas em suas esferas locais regionais e nacional na tarefa de viabilizar suporte intelectual e técnico para fortalecer as organizações já existentes dos agricultores familiares e estimular o surgimento de novas iniciativas, sobretudo, no segmento jovem da população rural.

4.6 – Considerações ao Terceiro Capítulo

A sucessão na propriedade e as perspectivas de saída ou permanência dos jovens na agricultura familiar como questões macro-sociais estão diretamente relacionadas a processos sociais mais amplos, como infraestrutura e dinâmica regional, transformações no mundo do trabalho, elaboração de políticas públicas e arranjos institucionais que possibilitem à agricultura familiar e aos jovens rurais o seu reconhecimento e operacionalidade na agenda política nacional.

Nesse sentido, embora essa problemática tenha vínculos fortíssimos com as iniciativas e estratégias coletivas e individuais de seus agentes sociais – ela não pode ser pensada como questão meramente setorial ou desvinculada de questões estruturais.

Sua compreensão exige um pensamento amplo e profundo que dilua a dicotomia rural-urbano e, sobretudo, a idéia de que o rural é um setor à parte da economia e da sociedade. Viver e trabalhar no campo tem suas especificidades em relação a viver e trabalhar na cidade. Todavia, essas especificidades terminam quando o modo de vida urbano se impõe para além do perímetro da cidade e o modo de vida rural é recriado em espaços considerados urbanos.

Nessa perspectiva procurei pensar a problemática dos jovens rurais e suas possibilidades de saída, permanência ou articulação de suas ações entre campo e cidade a partir de cinco questões (*a– infraestrutura e dinâmica da região na qual os jovens atuam; b– estratégias de reprodução dos agricultores familiares e perspectivas dos jovens; c– autonomia dos jovens e os projetos coletivos das famílias; d– gênero; e– políticas públicas*) que ilustram o caráter estrutural da questão agrária e, particularmente, das perspectivas de transição para a vida adulta dos jovens rurais.

Procurei apresentar esses temas não como ponto final no exercício de investigação, mas como mirantes estratégicos a partir dos quais pudesse compreender

com profundidade e extensão os processos sociais em análise.

Primeiro observei que a saída, permanência ou articulação dos jovens entre campo e cidade estão vinculadas à “*dinâmica da região*” na qual eles atuam. Mostrei que nas regiões de infraestrutura precária, como no Vale do Jequitinhonha, os jovens são forçados a sair em busca de alternativas e meios para fazer a transição para a fase adulta da vida. Essa saída não representa uma fatalidade em relação ao abandono da agricultura familiar devido a seu caráter multiespacial e multitemporal. No entanto, ela se constitui como forte tendência para o esvaziamento demográfico de áreas rurais dessas regiões e o açambarcamento de pequenas propriedades por grandes fazendeiros ou profissionais autônomos da cidade.

Mostrei também que as regiões com infraestrutura adequada a um bom padrão de vida para os jovens (caso da região de Araraquara-SP) não são sinônimo da permanência deles no campo, porque os motivos de sua saída podem ser muito variados na sua busca pela autonomia e transição para a vida adulta. No entanto, para os que desejam permanecer no campo, ela oferece as condições mínimas para que isso seja possível. Essas condições variam desde a possibilidade de se desenvolver atividades agrícolas e não-agrícolas mantendo a moradia e um vínculo produtivo esporádico com a terra até a possibilidade de um trabalho em tempo parcial que possibilite justapor a realização de atividades agrícolas e não-agrícolas.

Segundo, mostrei que tão pertinente quanto a dinâmica da região nos processos de conquista da autonomia transição dos jovens para a vida adulta são as “*estratégias de produção e reprodução*” desenvolvidas pelas famílias. Elas compreendem o que chamo de aspectos micro-sociais, posto que são formatadas e realizadas a partir da atuação dos membros do núcleo familiar de modo coletivo e individual concomitantemente.

Entre as mais variadas estratégias discorri sobre duas categorias. A primeira delas é a “*estratégia ruralista*” (o que produzir, consumir e comercializar; troca de dia

de serviço; constituição de matrimônios) e a segunda a estratégia "rural-urbano-rural", na qual destaquei a pluriatividade. Elas são de fundamental importância, porque evidenciam o caráter de sujeito ativo dos agricultores familiares em relação aos processos macro-sociais que, aparentemente, se apresentam como determinantes exclusivos nas perspectivas dos jovens e suas famílias.

Os agentes sociais, em maior ou menor medida, interferem nos processos macro-sociais a partir de suas estratégias formatadas em seu núcleo familiar e através de redes de sociabilidade e socialização criadas com movimentos sociais. Tanto que essas estratégias estão diretamente vinculadas às perspectivas de autonomia dos jovens; aos projetos coletivos das famílias no bojo de questões estruturais, como o trabalho e melhores condições sociais, e se constituem como ações modernizantes.

Terceiro, a "*autonomia dos jovens e os projetos coletivos das famílias*". Mostrei que a busca dos jovens pela autonomia se justapõe aos projetos coletivos da família, mas, um não exclui o outro. Uma característica comum aos projetos individuais e coletivos é que ambos estão conectados com os processos sociais externos ao universo familiar, como acesso à educação e trabalho remunerado fora da propriedade. Entre os jovens que entrevistei, tanto no bairro rural, quanto no assentamento, a maioria trabalha na área urbana e os que ainda não trabalham o desejam fazer o mais rápido possível.

Para esses jovens, a conquista de sua autonomia passa pelo trabalho assalariado na cidade que, necessariamente, não é o projeto de seus pais que desejam ver os filhos trabalhando em sua própria terra. No entanto, de modo paradoxal observam a necessidade de os filhos trabalharem fora para conquistar sua autonomia e chances de transição segura para a vida adulta. Também paradoxalmente, isso faz surgir uma tensão entre os projetos individuais e coletivos nesse processo.

Entretanto, essa tensão é amenizada porque os filhos não rompem definitivamente seu vínculo com o campo. A maioria continua morando com os pais e

ajuda no trabalho agrícola durante os finais de semana. Além disso, canalizam parte de seus salários para a aquisição de animais, móveis e eletrodomésticos.

Diferentemente dos rapazes, vale observar que no caso das moças há uma forte tendência de seu trabalho na área urbana apontar para uma desvinculação tanto habitacional, quanto produtiva em relação ao campo devido ao escamoteamento do seu trabalho como simples “ajuda” na unidade familiar de produção.

Em síntese, para moças e rapazes que desejam permanecer no campo ou não, há uma forte tendência de a busca por sua autonomia e transição segura para a vida adulta se vincularem à experiências de trabalho na cidade. Esse paradoxo revela a necessária interconexão entre os fatores macro e micro-sociais que juntos determinam o maior ou menor êxito nessas iniciativas, bem como a necessidade de se buscar compreender as novas configurações da agricultura familiar. Observei também que, nesse processo, a reação das moças tende a ser diferente daquelas dos rapazes. Abordei essas diferenças no quarto sub-tópico, “gênero”.

Quarto, a questão de “gênero”. No êxodo rural dos jovens o maior contingente é o das moças. Mostrei que na divisão sexual do trabalho às mulheres foram relegadas as atividades menos valorizadas socialmente e ainda que elas desenvolvam atividades caracterizadas como masculinas, a maioria dos homens não vê na sua atuação a realização de um trabalho, ou a organização da produção. A atuação feminina ainda é percebida socialmente como “ajuda”, ou atividade complementar à masculina.

Um desdobramento disso é que no assentamento e no bairro rural a sucessão na propriedade tende a ser marcadamente masculina e pouquíssimas moças têm acesso ao Pronaf Jovem. Diante disso, a maioria das jovens procura migrar para as cidades da região fortalecendo a tendência de masculinização das áreas rurais em processo no país.

No processo de fortalecimento da agricultura familiar e criação de alternativas para os jovens no campo, a questão de gênero precisa ser colocada e requer um olhar

especial, principalmente no aspecto institucional, o que abrange a formulação de políticas públicas especiais. As mulheres carecem de reconhecimento como agentes sociais tão capazes quanto os homens na faina laboral diária e na consolidação da agricultura familiar como modo de produção e vida. Embora elas sejam trabalhadoras de fato, não o são reconhecidas pela maioria de seus pais ou maridos e, apenas recentemente, tiveram reconhecimento no aspecto jurídico institucional.

Em quinto e último, as políticas públicas. Ao lado das estratégias familiares elas são de fundamental importância para o fortalecimento da agricultura familiar. Se no passado histórico do Brasil tais políticas eram praticamente inexistentes, com a criação do Pronaf em 1995, elas passam a ser uma obrigatoriedade dos governos e a agricultura familiar entra na agenda política nacional.

Em que pese a importância desse fato histórico, as políticas públicas não podem escapar à reflexão crítica, sobretudo se elas são balizadas pela idéia de modernização – tendo como essência a produção de mercadorias – em detrimento da idéia de uma agricultura que possa ser comercializada, mas também que se constitua como um modo de vida e nem por isso deixa de ser relevante para o equilíbrio social da nação.

Isso revela que, embora o Pronaf seja extremamente relevante do ponto de vista político e social para a agricultura familiar, carece de revisão em alguns aspectos como na disponibilização de financiamentos especiais para as mulheres e os jovens que, como mostrei nessa pesquisa, ainda têm acesso reduzido a esses financiamentos.

As cinco questões mostram que a plena consolidação da agricultura familiar depende da interconexão entre os fatores macro e micro-sociais que envolvem, entre outras coisas, possibilidades de conquista da autonomia pelos jovens e sua transição segura para a fase adulta com possibilidades reais de “*viver bem*”. Isto parece passar necessariamente pela experiência de trabalho na área urbana e a manutenção de um vínculo habitacional e/ou produtivo com o campo. O caráter esporádico desse vínculo, como desdobramento do trabalho na cidade, pode apontar para uma ruptura com a

atividade agrícola, mas também pode criar condições para que a médio, ou longo prazo seja recriada e fortalecida a relação de produção com a terra.

A possibilidade de recriação do vínculo de produção com a terra foi expressa pela maioria dos jovens, sobretudo no assentamento, quando indagados sobre suas perspectivas de futuro. Vimos que dos 24 rapazes entrevistados, 18 (75%) deles pretendiam trabalhar na agricultura e na cidade ao mesmo tempo. Essa possibilidade pode até não se realizar, mas se constitui como um dos elementos do campo de possibilidades dos jovens em busca de sua transição para a vida adulta.

No caso das moças, mostrei que a possibilidade de recriação do vínculo de produção com a terra não caracteriza significativamente suas perspectivas de futuro. Das 16 moças entrevistada, 12 (75%) pretendem abandonar a agricultura e ir para a cidade.

A agricultura familiar na perspectiva dos jovens que desejam permanecer no campo não se restringe à possibilidade concreta de “sobrevivência”. Para eles, ela deve viabilizar também o exercício de sua cidadania ampliando sua formação sociocultural com acesso à educação escolar, trabalho, lazer, dinheiro para aquisição de produtos básicos (vestuário, calçados, mídias, meios de transporte) demandados por eles. Nesse sentido, a agricultura familiar e suas novas dinâmicas, como a pluriatividade, devem ser pensadas tendo em vista a dinâmica do capitalismo no seu processo de reestruturação, e como setor de peso no projeto de formatação da nação brasileira.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho procurei apreender alguns elementos da problemática social e sociológica, como a conquista da autonomia e transição segura para a vida adulta vividos por jovens rurais no mundo contemporâneo. O assentamento Monte Alegre e o bairro rural Cabeceira do Boi, situados no município de Araraquara-SP, foram os *locus* escolhidos para a pesquisa empírica, na qual as perspectivas de futuro dos jovens foram o objeto central.

O ponto de partida foram os seguintes questionamentos:

- a) Que perspectivas os jovens rurais vislumbram ao indicar a cidade como *locus* de trabalho e conquista de sua autonomia?;
- b) Que elementos culturais, políticos e sociais estariam na base do deslocamento do *locus* de trabalho no campo para a cidade?;
- c) Teria a agricultura familiar lugar em suas perspectivas de futuro?;
- d) Quais os desdobramentos dos atuais esforços governamentais em prol da agricultura familiar e sua relação com a saída ou permanência dos jovens no campo?

O exercício de compreensão dessas questões exigiu uma perspectiva metodológica que apreendesse elementos da vida cotidiana dos jovens, como a percepção social e sociológica sobre eles; as estratégias familiares de produção e reprodução social; questões de gênero; seus projetos individuais e coletivos numa dimensão micro-social e suas vinculações com questões estruturais (emprego, educação, políticas públicas, questão agrária) noutra dimensão, a macro-social.

Na reflexão sobre essa problemática apontei que, como questão social, a juventude foi percebida como etapa da vida em que os sujeitos não teriam responsabilidades para assumir determinados “papéis” sociais como chefes de famílias,

controle de empresas, e seria caracterizada, sobretudo, por sua predisposição a questionamento de regras e comportamentos estabelecidos.

Como questão sociológica a juventude é concebida como uma categoria socialmente criada e politicamente disputada (Bourdieu, 1983). Seu caráter político e social implicaria não apenas em conflitos entre gerações nas disputas por cargos e posições sociais, mas também em critérios para a percepção e definição social de quem é jovem e para a formação de diversas juventudes a partir do lugar social, expressões culturais dos agentes sociais e sua predisposição à constantes transformações.

É exatamente nesse aspecto conflituoso que a juventude como questão social adquire relevância e se torna pertinente para a sociologia. O caráter da juventude como questão sociológica é o seu constante ímpeto de transformação, deslocamentos de hábitos e normas de convivência social.

Essas transformações e deslocamentos de *habitus* e normas podem causar discrepâncias de pensamento e desejo entre adultos e jovens gerando conflitos que, embora tenham em sua origem a questão de geração, têm como principal motivo as disputas de poder em diversas instâncias sociais, como a família, a fábrica, a escola.

Ademais, essas fricções criam uma relação permanentemente tensa entre as gerações mais velhas e os jovens que procuram entrar no mercado de trabalho em busca de sua autonomia e mesmo entre gerações mais velhas e jovens que não vêem a entrada no mercado de trabalho como uma prioridade.

Foi a partir da percepção dos problemas vividos pelos jovens e sua importância como questão social e sociológica que procurei elaborar um conceito sobre “jovem” tendo em vista sua atuação nas duas dimensões macro e micro-social destacando a sua percepção sobre si mesmos, por um lado, e, por outro, o “olhar social” sobre eles.

Nesse sentido, o tema da juventude foi abordado com a preocupação de compreender seus conflitos com as gerações mais velhas a partir de uma perspectiva

geracional e também com a preocupação de perceber e compreender a formação de juventudes heterogêneas a partir das diferenças de classes sociais das quais os jovens fazem parte, bem como através dos seus diferentes estilos de expressão sociocultural através da fala, vestuário, estilo de cabelo, gosto artístico.

Diante disso, formatei uma concepção teórica sobre “jovem” para essa pesquisa procurando considerar a perspectiva sociológica sobre os conflitos de geração; classe social; a diversidade cultural dos jovens; a perspectiva social nas suas dimensões macro e micro sobre a percepção e definição de juventude. Durante as visitas a campo pude perceber expressões e percepções diversificadas sobre a juventude. Os próprios jovens apontavam para uma interação entre esses diferentes aspectos e que eles influenciavam diretamente na sua autopercepção e condição social. Vejamos os depoimentos de Fernanda e Jonilson sobre essa interrelação entre diversos aspectos socioculturais na sua percepção.

Aqui a gente tem vários grupos de jovens, porque o assentamento é muito grande né. Tem os evangélicos, os católicos, tem gente que é do hip hop e agora estão formando aí o grupo das jovens. Mas, a gente não fica dividido na hora de conseguir coisas para o assentamento. Mas também tem uns que não participam de nada, só do jogo (de futebol). Fiquei sabendo também que estão fazendo um grupo de teatro. [...] Então tem muita diferença, mas a gente é unido (Fernanda, 20 anos, 2º grau incompleto, Assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

[...] nós sofremos preconceitos das pessoas da cidade por sermos assentados. [...] uma dificuldade de ser agricultor familiar está também aí. Quer dizer, se for assentado já é visto como pé rapado, pé de poeira [...]. Mas só que acontece que nem todos os meus colegas daqui (do assentamento) conseguem ver isso. Então, fica difícil da gente se unir e valorizar nossa maneira de viver né (Jonilson, 23 anos, 8ª série, Assentamento Monte Alegre, junho de 2006).

Considerando essa diversidade de percepção e expressão sobre a vida

sociocultural, o conceito de jovens deve contemplar a plasticidade com que esses agentes sociais transitam de uma experiência a outra no seu cotidiano, como a participação em grupos musicais, religiosos, de amizade e também marcas que trazem em seus corpos como o modo de vida e lugar social a partir de vínculos culturais com um bairro ou assentamento rural.

Na dinâmica dessas experiências e vínculos um aspecto a ser considerado é que a sociedade contemporânea é fortemente caracterizada por deslocamentos de normas de convivência e constantes reelaborações de estilos de vida até então relativamente estáveis (Giddens, 1991; Ianni, 2000). Entre esses deslocamentos estão as transformações e ampliações do modo de vida rural para além do caráter agrícola. Uma expressão dessas metamorfoses é o desenvolvimento de atividades como o turismo rural, pesque-pague; maior acesso dos habitantes rurais à mídias como telefone (fixo ou celular), televisão, dvd e constituição de vínculos de trabalho e cultura cada vez mais intensos com a cidade. Os jovens tendem a experimentar essas transformações com muito menor resistência do que seus pais e estabelecem uma interação positiva mais intensa com esse novo contexto sociocultural potencializando suas ações modernizantes.

Essas interações dos jovens constituem como movimentos necessários e significativos na formatação da modernidade brasileira então reivindicada exclusivamente como obra de homens ilustrados.

Nesse contexto, os jovens rurais socializados nas experiências de suas famílias; nas pedagogias escolares; elaborando e experimentando novos valores e referenciais culturais projetam a conquista de sua autonomia e o "*viver bem*" como elementos fundantes no seu processo de transição segura para a vida adulta, cuja conquista envolve uma série de fatores macro e micro-sociais e faz com que a permanência no campo ou na agricultura familiar se tornem objetivos secundários. Em outros termos, sair ou permanecer no campo não se configuram como essência dos problemas para a

maioria dos jovens entrevistados. Para eles, o problema fundamental é a conquista da autonomia e condições socioculturais de “*viver bem*” no campo e/ou na cidade. Desse modo, emergem como protagonistas da modernidade e da modernização.

A “transição para a vida adulta” é o processo no qual os indivíduos se preparam para constituir uma nova unidade familiar autônoma e/ou não se identificam mais como jovens e/ou assim deixam de ser percebidos nos seus grupos sociais de convivência (família, amigos, escola, trabalho). Observei - a partir do trabalho de Guerreiro e Abrantes (2005) e na articulação dos jovens entrevistados que, para eles, a transição para a vida adulta não significa apenas um momento, ou um rito de passagem. Ela expressa também o desenredo de um processo da vida biológica e social, no qual se procurou alcançar a conquista de sua autonomia como um desdobramento de suas ações (trabalho, estudo, migração, formação cultural, constituição de novas unidades familiares) nas dimensões micro e macro-social amalgamadas sem que haja determinação exclusiva de uma sobre a outra.

Na análise das questões socioculturais entre o micro e o macro procurei mostrar que há comportamentos estruturados, mas também estruturantes dos jovens e suas famílias de modo que não há uma determinação exclusiva de suas ações na dimensão micro social sobre suas perspectivas de futuro, bem como não há determinações das dinâmicas macro-sociais sobre eles. Exemplo disso foram as abordagens sobre questões de gênero e sucessão familiar. Embora a legislação não prescreva a sucessão hereditária automática nos lotes de reforma agrária, nos casos em que os pais ainda não disponham do Título de Domínio do imóvel, parece haver um acordo tácito entre as famílias de que seus filhos, se não serão seus sucessores legais, o serão de fato.

As estratégias familiares e sua reação à certas normas jurídicas evidenciam que a família não é totalmente redutível, ou não assimila passivamente as ações e transformações estruturadas na dimensão macro-social. Na verdade ela também as desenvolve em seu cotidiano doméstico, ou na dimensão micro-social.

Essas interações estruturadas e estruturantes são socializadas entre uma geração e outra. Nos processos de sucessão e relações de gênero dos casos analisados elas são acionadas estrategicamente visando criar possibilidades para que os rapazes permaneçam ou retornem ao campo, pois, a eles é dada primazia nos processos de sucessão ou acesso à terra enquanto que às moças, em sua maioria, são oferecidas outras oportunidades como estudo na área urbana e/ou parte da herança em dinheiro.

Essa prioridade masculina está ancorada nos processos de socialização e formação cultural, nos quais o homem é percebido como o organizador da produção e provedor da casa. Constitui-se, então, em um *habitus* (Bourdieu, 1983) que é acionado e reproduzido na elaboração das estratégias familiares no processo de sua reprodução social.

Ao lado desse *habitus*, até pouco tempo, vigoravam normas de caráter jurídico institucional que não garantiam às mulheres o efetivo acesso à terra como titulares dos lotes nos assentamentos de reforma agrária. Desse modo, na dimensão macro-social, os arranjos institucionais colaboravam para o reconhecimento social e prioridade dos homens como responsáveis pela unidade familiar de produção e pela propriedade. Na dimensão micro-social, o peso da autoridade paterna incide com mais força sobre as moças e provoca nelas um desejo maior de abandonar o campo que o dos rapazes.

Todavia, o caráter masculino da sucessão - dialeticamente - faz vislumbrar para as moças a possibilidade de se livrar da tutela familiar e da desvalorização do trabalho realizado na unidade doméstica e de produção. Ao optar pela cidade, o objetivo delas é conquistar postos de trabalho, mesmo informais, que viabilizem a conquista de sua autonomia. O que, feitas as devidas exceções, seria mais difícil de conquistar se mantivessem vínculos apenas com a área rural.

Ainda que não seja sua primeira opção, para a maioria dos rapazes os projetos futuros contemplam a possibilidade de permanecer na área rural e na atividade

agrícola dando continuidade ao processo de reprodução social na agricultura familiar. Todavia, querem ampliar seu universo de atuação para além da atividade agrícola, porque compreenderam nos seus processos de socialização que – a despeito do significativo reconhecimento político e social da agricultura familiar nos últimos anos (1995–2007), esta – por si só – não garante seu “*viver bem*”.

Já para as moças, há uma tendência de abandonar o campo e a agricultura familiar devido aos motivos anteriormente citados, mas também devido à histórica marginalização que sofrem nas relações de sociabilidade e socialização intrafamiliar, bem como no acesso a benefícios de caráter institucional.

Se, por um lado, as estratégias de escolha do sucessor – em geral do sexo masculino – contribuem significativamente para o não fracionamento do patrimônio familiar, por outro, a prioridade masculina na sucessão e a maior valorização social sobre as atividades desenvolvidas pelos homens colaboram para deflagrar um processo de masculinização em muitas áreas rurais brasileiras, já que as moças são estimuladas a procurar outras alternativas e meios de ascensão social na cidade (Abramovay, 2001; Stropasolas, 2006).

Desse modo, os arranjos e ações modernizantes dos jovens em busca da autonomia não são deslocados do arco de estratégias elaborado nas sociabilidades intra e inter familiares.

Por sua vez, as possibilidades de permanência no campo se vinculam à estratégias, como a “rural-urbana-rural” que se caracterizam como dinâmicas dos agentes em sua dimensão micro-social estreitamente vinculadas às possibilidades de deslocamentos (meios de transporte), educação escolar e empregos decorrentes de arranjos institucionais na dimensão macro-social. As estratégias são fundamentais ao lado dos arranjos institucionais, principalmente locais ou regionais, voltados à promoção da agricultura familiar combinada com a prática da pluriatividade; à

conquista da autonomia dos jovens e os meios de transição segura para a vida adulta. Exemplo disso são as dinâmicas regionais e as possibilidades de “viver bem” apresentadas aos jovens. Mostrei que numa região, cuja dinâmica social possibilita aos jovens rurais acesso à educação, trabalho e lazer (caso de Araraquara-SP) a tendência é que eles façam migrações pendulares ou intraregional. Já a região cuja dinâmica social não lhes apresenta essas possibilidades (caso do Vale do Jequitinhonha-MG), a tendência é que eles – e mesmo de seus pais – façam migrações temporárias, definitivas ou interregionais em busca de mais e melhores oportunidades.

Essas migrações podem-se configurar como estratégias, quando a região oferece possibilidades de escolha entre migrar ou não migrar e viabiliza a manutenção ou ampliação do patrimônio familiar e/ou a alocação de seus membros em atividades que não a agrícola. Mas, nos casos em que não há possibilidades de escolha as migrações se caracterizam como compulsórias, na medida em que os agentes sociais não chegam a dispor de “mínimos sociais de sobrevivência” em sua região. É o caso da maioria dos migrantes do Vale do Jequitinhonha-MG. Já na região de Araraquara-SP, as migrações dos jovens para áreas urbanas se caracterizam como estratégias e têm como objetivos alcançar meios de conquista da autonomia e transição segura para a vida adulta.

O desejo de “transição segura para a vida adulta” independe do lugar social dos jovens, mas, as possibilidades de realizá-los estão estreitamente relacionadas às suas condições de vida e a esse lugar. Assim, quanto ao *locus* social dos jovens e suas ações e oportunidades, mostrei que os jovens do bairro rural Cabeceira do Boi dispõem de melhores condições sociais para a conquista da autonomia e a “transição segura para a vida adulta”. São eles que têm o melhor grau de escolaridade, sobretudo as moças, e também os quem mais estabelecem vínculos formais com o mercado de trabalho. Mas, também são eles, principalmente as moças, quem mais tendem a

abandonar o campo e a atividade agrícola.

Nesse caso, a inserção formal no mercado de trabalho, como apontaram vários autores³⁹ e, como também pude constatar nessa pesquisa, se constitui como um dos principais canais que possibilitam a conquista da autonomia dos jovens e sua transição para a vida adulta. O trabalho aparece como um elemento central nesse processo, sobretudo na concepção de alguns pais que o tomaram como critério para avaliar se os jovens já eram, ou não, merecedores de “*indulto*”, isto é, liberdade, autonomia.

Os próprios jovens declararam que vêem o trabalho remunerado como uma condição para conquistar a autonomia, cuja característica não se resume ao aspecto financeiro, mas também moral no sentido de tomar decisões sem consultar os pais, tal qual expressaram alguns entrevistados como Luciano, Sandro e o senhor Jovelino.

[...] Acho que o que manda hoje é o dinheiro não é?! Se eu não trabalhar para ter o dinheiro, vou ficar sempre dependendo dos meus pais. Aí nunca que eu vou poder fazer o que quero. [...]. Eu moro com meus pais, mas sou independente deles, porque eu trabalho e eles não precisam comprar nada para mim. [...] Acho que eles mesmos já vêem que a gente é uma pessoa de responsabilidade, que já está trabalhando. Então, não precisa ficar em cima, dando ordem, mandando fazer as coisas. Agora, só que antes de eu trabalhar não tinha isso não. Eles mandavam e eu tinha que fazer de tudo, sabe?! (Luciano, 26 anos, solteiro, 6ª série, assentamento Monte Alegre).

[...] quando eu comecei a trabalhar e ajudar eles (os pais) dentro de casa, aí eu já comecei a sair também e eles não reclamavam. Fazia minhas coisas sem perguntar se podia ou não. [...] Às vezes quero comprar uma vaca. Não preciso perguntar se pode ou não (Sandro, 22 anos, 1º grau completo, solteiro, bairro rural Cabeceira do Boi).

Eu, desde a idade de 12 anos que eu trabalho. Quando eu fiz 13 anos, me lembro como se fosse hoje, meu pai me deu o indulto⁴⁰. Mas, é

³⁹Candido (1971); Bourdieu (1983); Pais (2003); Guerreiro e Abrantes (2005)

⁴⁰ Indulto – desculpa, graça, perdão; dispensa ou comutação de obrigação religiosa dada pela autoridade

como eu te falei, eu já trabalhava. Então, era como se fosse assim, ele viu que eu já era responsável. (Jovelino dos Santos, 63 anos, 2ª série do primário, casado, cinco filhos, assentamento Monte Alegre).

Desse modo, o trabalho remunerado e a conquista da autonomia se constituem como uma das principais perspectivas imediatas de futuro para os jovens. Mas, essa perspectiva é obstaculizada, principalmente para os jovens do assentamento onde a maioria – sobretudo as moças - tem grande defasagem educacional e inserção precária no mercado de trabalho.

É pertinente lembrar que embora as moças do assentamento tenham grau de escolaridade mais alto que os rapazes, sua inserção no mercado de trabalho também é precária. Já as moças do bairro rural têm o melhor grau de escolaridade no conjunto dos 40 jovens entrevistados e tendem a estabelecer vínculos formais no mercado de trabalho, o que lhes possibilita mais chances de fazerem a “transição segura para a vida adulta”, do que os jovens do assentamento.

A inserção precária das moças do assentamento no mercado de trabalho se vincula também ao seu lugar social e não somente ao seu grau de escolaridade e ao fato de serem mulheres. Na medida em que seu grau de escolaridade não é muito diferente do das moças do bairro rural, mas são estas que tendem a estabelecer contratos formais de trabalho e não as primeiras, é o lugar social que parece se constituir como elemento principal no tipo de vínculo estabelecido no mercado de trabalho. O pertencimento à uma família assentada pode ser estigmatizado pelos patrões e/ou patroas no momento da contratação do trabalho das moças do assentamento.

É assim que o desafio da conquista da autonomia e transição para a vida adulta

competente; decreto pelo qual se concede uma graça ou privilégio. p.1104. Cf. FERREIRA, Aurélio B. Holanda. **Novo dicionário século XXI**: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. O sentido dessa palavra (indulto) no depoimento do sr. Jovelino é de “liberdade em relação à tutela paterna”.

se coloca para os jovens com diferentes características passando pelas questões de geração, gênero, condição de vida e seu *locus* social.

Para os rapazes a conquista da autonomia financeira passa, quase que necessariamente, pela cidade e representa para eles a realização de uma perspectiva de futuro imediato e, embora a permanência ou saída do campo não se coloquem como questão fundamental, eles não descartam a permanência ou retorno ao campo, inclusive estabelecendo um vínculo de produção mais sólido com a terra. Já para as moças, a experiência de trabalho na cidade tem significados mais profundos. Ela representa também a liberdade em relação à tutela familiar e o reconhecimento de seu labor como um “trabalho” e não simples “ajuda”, na medida em que ele é remunerado.

A perspectiva de mudar para a cidade foi expressa por 66,5% (oito) das doze moças entrevistadas no assentamento, onde nenhuma tem inserção formal no mercado de trabalho, mas ainda assim vislumbram a cidade como *locus* mais adequado para se conquistar a autonomia e fazer a transição segura para a vida adulta.

A ida para a cidade tende a ser mais intensa ainda entre as moças do bairro rural, onde nenhuma das entrevistadas apontou para a perspectiva de permanecer no bairro, bem como nenhuma tem acesso ao Pronaf Jovem e duas delas (50%) têm inserção formal no mercado de trabalho.

Evidentemente que outros motivos, como namoro e estudos também estimulam o êxodo rural dos jovens e não apenas as dificuldades políticas, econômicas e culturais enfrentadas. Mas, os motivos que apareceram com maior ênfase nessa pesquisa foram o desejo de “viver bem”. Se isto passa pelas dinâmicas da dimensão micro-social, como as estratégias familiares e a divisão sexual do trabalho no interior das famílias, também tem relação com as questões políticas, ideológicas e econômicas na dimensão macro-social, como a educação, a geração de empregos, os programas de acesso à terra e políticas públicas para a agricultura familiar.

O fato de muitos jovens manterem o campo como local de moradia foi explicado por dois motivos:

- ✓ baixos salários que recebem e não são suficientes para pagar despesas com água, luz, e aluguel na cidade;
- ✓ apego a terra demonstrado quando diziam: “*gosto daqui*”, “*se eu pudesse viveria aqui*”. Além disso, pelo trabalho na lavoura durante os finais de semana.

Chegado aqui cabe apontar - em relação às hipóteses levantadas - que os jovens rurais, nos espaços analisados, desassistidos ou assistidos inadequadamente por políticas públicas e a partir de um senso prático ou experiência concreta entre campo e cidade não vislumbram a agricultura familiar como um meio exclusivo ou principal de trabalho para a conquista de sua autonomia e condições socioculturais de “*viver bem*”.

Entretanto, para eles, a secundarização ou mesmo abandono da atividade agrícola não significam um desprezo ou deslocamento do rural do seu “campo de possibilidades” no processo de transição para a vida adulta. Ao contrário, a maioria dos jovens – principalmente os de sexo masculino – expressou a importância de se manter com a terra vínculos afetivos, de moradia e/ou de produção que lhes permitem articular sua atuação entre campo e cidade sem dispêndios nessa última com habitação e infraestrutura básica (móveis, eletrodomésticos, água, energia).

Por um lado, a cidade é percebida e valorizada como *locus* onde há mais e melhores oportunidades de trabalho, estudo e lazer, por outro, o campo é reconhecido e valorizado como espaço onde se obtém moradia e alimentos básicos a custos reduzidos, ou gratuitos. Desse modo, o vínculo de moradia e/ou trabalho com o campo permite que o salário auferido na cidade possa ser canalizado para despesas com estudo, lazer, eletrodomésticos ou constituição de novas unidades familiares autônomas no processo de transição para a vida adulta e conquista de condições socioculturais de “*viver bem*”. Estas são potencializadas na articulação de atividades na

interface campo-cidade e se apresentam, dialeticamente, com maior, ou menor dificuldade para os jovens a partir do seu sexo e *locus* social.

Chegado aqui, cabe apontar que o reconhecimento e pronto atendimento às demandas políticas, social e cultural dos agricultores familiares e seus jovens não podem ser fundamentados na permanência compulsória dos jovens no campo e na atividade agrícola. Seu bem estar social, ou seu “*viver bem*” têm sido alcançados a partir de suas ações modernizantes articuladas estrategicamente no seu cotidiano entre campo e cidade.

6 - BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ABRAMO, Helena; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (Coord). **Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis-SC: Epagri; Brasília-DF: NEAD/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Campinas: Hucitec, Ed. Unicamp, 1998.

_____. ; VEIGA, José Eli da. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Textos para discussão**, nº 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília, abril de 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas-SP: Unicamp; São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata**. Orgs. Joaquim Modesto Pinto Júnior, Valdez Farias. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007. (NEAD Especial; 7).

BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira.; NORDER, Luis.A.C. **O que são assentamentos rurais**. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.

BILAC, Elisabete Dória. **Família e trabalho feminino**. (Tese de doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

BISON, Wanderluce Pessoa. **A volta por cima**. São Paulo: CEM – Centro de Estudos Migratórios, 1998.

BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Trad. Marisa Pérez Colina, Alberto Riesco, Raúl Sánchez Cidilho. Madrid: Akal, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sociologia**. Organizador da [coletânea] Renato Ortiz. Trad. Paula Monteiro e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRUMER, Anita. A reprodução geracional na unidade de produção familiar na agricultura: uma abordagem conceitual. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais**. Campinas, setembro de 2003.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Lúcio Flávio de Carvalho; MOREIRA, José Roberto; BRUNO, R. **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998.

_____. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: TEIXEIRA DA SILVA, F. C.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. (Orgs.) **Mundo rural e política**. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.

_____. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 32, out. /1996.

_____. Ruralidades: novas identidades em construção. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e Agricultura**, nº11, out/1998.

_____. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**. v.9, n.1. Florianópolis, 2001.

_____. Acesso à terra e condições de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. Texto apresentado no **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**. Equador – Quito, 20 a 24 de novembro de 2006.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Young fellow e old fellow: a construção da categoria “jovem” a partir da construção de um estudo de Arensberg e Kimball sobre família e comunidade na Irlanda. pp. 272-321. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol.12, Nº 2, OUT/2004.

_____. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem (Tese de doutorado). Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.

CHAYANOV, Alexander **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Lisboa: Mobilis in Mobili, 1991.

DEERE, Carmen Diana. Direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**. v. 12, n.1. Florianópolis, 2004.

DIEESE. A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos. **Estudos e Pesquisas**. São Paulo. Ano 3, n.24, set/2006. Disponível também em: http://www.dieese.org.br/esp/estpesq24_jovensocupados.pdf
Acesso em 10 de janeiro de 2007.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Col. Tópicos.

DURSTON, J. **Juventud e desarrollo rural**: marco conceptual e contextual. Santiago de Chile: Naciones Unidas/Comisión Económica para América Latina e el Caribe, 1998. (Série Políticas Sociales).

EISENSTADT, S. N. **Modernización, movimientos de protesta y câmbios sociales**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.

FABRINE, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel-PR: Edunioeste, 2003.

FAO - Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura Y la Alimentación. **Mujer en la Agricultura**. Roma: Dirección de Información de la FAO, 1982 (3)?

FAORO, Raimundo. **Existe um pensamento político brasileiro?**São Paulo: Ática, 1994

FERNANDES, Florestan. (Org.) **K. Marx, F. Engels – História**. São Paulo:Ática, 1983. Col. Grandes Cientistas Sociais, 36.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desemprego entre os jovens**. quinta feira, 14 de setembro de 2006.

FORACCHI, Maria Alice Mencarine. **A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Pioneira, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Seuil/Gallimard, 2004. Col. Hautes Etude.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRANCO, Maria S. de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.

FREITAS, Maria Virgínia (Org.) **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. **Rurbanização**: que é? Recife: Massangana/Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

FRÚGOLI Jr., Heitor. **Centralidade em São Paulo**: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez/Edusp/Fapesp, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro

_____. Brasil: da república oligárquica ao Estado Militar. pp.1-24. In. FURTADO, Celso. **Brasil: tempos modernos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 3ª ed.

GARCIA Jr., Afrânio Raul. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: UNB/MCT, 1989.

GIGOU, Jacques. Problemas de uma sociologia da juventude rural. Pp.73-88. Trad. Narciso José de Melo Teixeira e Luís Cláudio Figueiredo. In: BRITTO, Sulamita de. (Org.) **Sociologia da Juventude II**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 1. Ed. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 58. São Paulo, 2005.

GURRIERI, Adolfo; *et all.* **Estudios sobre la juventud marginal Latinoamérica**. México/ Argentina/ España. Siglo Vinteuno, 1971.

HEGEL, Georg W. Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HEREDIA, Maria Beatriz A. de. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio. **Estilos de pensamento: compreender e revelar**. Araraquara/São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP, 2003. (Col. Apoio Acadêmico, 2)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário de 1995/95**. (CD-ROM) Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Censo agropecuário 1995-1996**: Brasil. Rio de Janeiro: Divisão de editoração IBGE, 1998a.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia** – guia prático de linguagem sociológica. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Trad. Antonio Carlos Braga. São Paulo: Escala, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Trad. C. Iperoig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Trad. Karen E. Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. 5ª Edição revista.

LEITE, Sérgio et al. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. São Paulo: UNESP, 2004. (Estudos NEAD, n. 6).

LÊNIN, Wladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. Trad. De José Paulo Neto. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os economistas).

Norbert Lechner, *A modernidade e a modernização são compatíveis?*, Revista Lua Nova, número 21, São Paulo, setembro 1990.

LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **História dos jovens**: da antiguidade a era moderna. Vol. 1. Trad. Cláudio Marcondes, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **História dos jovens**: a época contemporânea. Vol. 2. Trad. Maria L. Machado, Nilson Moulin, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LINHARES, Elisabeth et al. **Conhecendo assentamentos rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

LOERA, Nashieli Rangel. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada**. Campinas-SP: Unicamp, 2001.

MACHADO, Lourival Gomes. Introdução e notas ao "Do Contrato Social". In: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Pensadores.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e costume na sociedade selvagem**. Brasília: UnB, 2003.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In. FORACCHI, Marialice Mencarine. (Org.) **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982. (Col. Grandes Cientistas Sociais – Coord. Florestan Fernandes);

MARTINS, Heloísa T. de Souza & AUGUSTO, Maria Helena Oliva. Juventude(s) e transições. Pp. 1-4. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, nov/2005.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Impasses sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago do Chile: FAO, 2001.

_____. **Reforma agrária – o diálogo impossível**. São Paulo: Edusp, 2004.

Mc MICHAEL, Philip. Reconsiderar la globalización: otra vez la question agraria. pp. 01-37. **Revista Mexicana de Sociología**. Instituto de Investigaciones Sociales, v.LX, n.4, oct-dez, 1998.

MARX, Karl. **A ideologia alemã**. Trad. José Carlos Bruni, Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Livria e Editora Ciências Humanas, 1982.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre / Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Movimentos Sociais, Disputas Políticas e Reforma Agrária de Mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**. Rio de Janeiro: Relumé Dumará; João Pessoa-PB: UFPB, 2002.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: RFRJ/CPDA – REDCAPA-MAUAD, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich. **Gaya ciência**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2001.

NOVAES, Regina. Políticas públicas, direitos e participação (Mesa Redonda). In. **Juventude rural e perspectiva** - Seminário Nacional. LOPES, Adriana et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: CPDA, 2006.

O'DONNELL, Guillermo. Modernização. pp.SILVA, Benedicto (Coord.). **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.

_____. **Modernización y autoritarismo**. Buenos Aires: Paidós, 1972.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Populações meridionais do Brasil**: história, organização, psicologia – populações rurais do Centro-Sul [1920]. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987. Vol. 1.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Orientações para o tratamento de doenças sexualmente transmissíveis**. Genebra - Suíça: Publicações da OMS, 2001. Disponível também em:

http://whqlibdoc.who.int/publications/portuguese/9248546269_por.pdf

Acesso em 21 de setembro de 2005, às 09h43.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD - OMS. **Problemas de salud de la adolescência**. Geneva - Suíça: OMS, 1965. 29p. Série de Informes técnicos, 308.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.

_____. & CAIRNS, David; PAPPÁMIKAIL, Lia. Jovens europeus – retrato da diversidade. Pp.109-140. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.17, n.2, nov/2005.

PARSONS, Talcott & Levy Jr., M. **modernization and the structures societies**. Princeton: Universidade de Princeton, 1965.

PASSADOR, Cláudia Souza. Projeto Escola do Campo: Casas Familiares Rurais do estado do Paraná. In. FARAH, Marta F. Santos; BARBOZA, Hélio Batista (Orgs.). **Novas Experiências de gestão pública e cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. 1ª ed.

PATARRA, Neide Lopes. Migrações internacionais: teorias políticas e movimentos sociais. pp. 7-24. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.20, n.57, Maio/Agos., 2005.

PAULILO, Maria I. Silveira. **O trabalho da mulher no meio rural**. (Dissertação de mestrado). Piracicaba: Esalq/USP, 1976.

PEREIRA, José Carlos A.; FERREIRA, Darlene Ap. de O. **O potencial das atividades agrícolas e não agrícolas em pequenas propriedades rurais no município de Araraquara-SP**. Relatório final de pesquisa – FAPESP. Araraquara, 2004.

PEREIRA de QUEIROZ, Maria Isaura. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**: um balanço dos últimos 10 anos. São Paulo – fevereiro de 2007. *mimeografado*.

PRATES, Ceres Alves; NOGUEIRA, M. Beatriz B. Os programas de combate à pobreza no Brasil e a perspectiva de gênero no período 2000-2003: avanços e possibilidades. In: Comissão Econômica Para América Latina e Caribe – CEPAL. **Mujer y desarrollo**. Santiago de Chile: Publicação das Nações Unidas, maio de 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as ciências e as artes**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Col. Pensadores.

_____. **Do contrato social**. Trad. Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Col. Pensadores.

SACCO, Flávio. **Pluriatividade na agricultura familiar da região Sul**. Santa Catarina, 2003. *Mimeografado*.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. ; CAZELLA, Ademir A.; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmicas recentes do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In. SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo E. Moruzzi. **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração - ou os paradoxos da alteridade**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. A maldição. pp. 651-672. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Trad. Mateus S. S. Azevedo et al. Petrópolis: Vozes, 2003. 5ª ed.

SERVIÇO PASTORAL DOS MIGRANTES. **Relatórios 2003-2004**. São Paulo: SPM, 2004.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. Divisão do trabalho sexual em áreas rurais do nordeste brasileiro. pp. 127-144. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosilene (Orgs.). **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: UFPE, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Assentamento Bela Vista: a peleja para ficar na terra. In: José de Souza Martins (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Reestruturação produtiva e os impactos sobre os migrantes. In: Norma Girracca (Org.) **¿ Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

_____. A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de

camponesas a proletárias. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, **Travessia**. v1, n1, maio/agosto de 1988. p. 9-15.

_____. **Errantes do fim do século**. São Paulo: UNESP, 1999.

_____. De colona a bóia-fria. pp.554-577. In. PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 1999. (Série Pesquisas, 1).

SILVA, Vanda. **Menina carregando menino...**: sexualidade e família entre jovens de origem rural de um município do Vale do Jequitinhonha-MG. (Tese). Campinas: IFCH/UNICAMP, 2005.

STANEK, Oleg. As estratégias familiares. pp.119-148. In. LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar** – do mito à realidade. V.2. Trad. Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade. pp. 149-175. In. LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar** – do mito à realidade. V.2. Trad. Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998.

STROPASOLAS, Valmir Luiz . O valor (do) casamento na unidade familiar rural. pp.253-267. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1), janeiro/abril de 2004.

_____. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TOURAINÉ, Alan. **Crítica da modernidade**. Trad. de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: **Seminário sobre reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Fortaleza-CE, novembro de 1998.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIGNA, Edécio. **Bancada ruralista**: um grupo de interesse. In: Argumento. Brasília, n 8, pp 01-52, dez/2001

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 25, n. 2/3, p.37-68, 1995.

_____.; LOURENÇO, Fernando Antonio. O agricultor e a vida local. pp.207-232. In. LAMARCHE, Hugues (Coord.). **A agricultura familiar** – do mito à realidade. V.2. Trad. Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998.

_____. Raízes históricas do campesinato brasileiro. P. 21-55. In: João Carlos Tedesco (Org.). **A agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2001.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas –

o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. Nº 15, out/2000, pp.87-145

_____. Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga. (estudo de caso no Nordeste). In: José de Souza Martins (Org.). **Travessias**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Maurício Tragtemberg. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Col. Os Pensadores.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: UnB, 1998/2000. 2.v.

WEISCHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos Nead, 7)

WOOD, Ellen Meiksins. As origens agrárias do capitalismo. Pp.12-29. **Crítica Marxista**, nº 10. São Paulo: Boitempo, junho de 2000.

WOORTMAN, Klass. Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/ **Anuário Antropológico**, nº 87, p. 11-72.

ZIMMERMANN, Patrícia. Exportações do agronegócio crescem 13,4% em 2006 apesar do câmbio. In. <http://www.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113513.shtml> acesso em 22/01/07, às 21h15.

7 - Anexos

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO FECHADO PARA OS JOVENS

ANEXO 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS JOVENS

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS

**ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA
REGIONAL ARARAQUARA-SP**

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO FECHADO PARA OS JOVENS

PESQUISA: À PROCURA DE 'VIVER BEM': JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

Responsável: José Carlos Alves Pereira (mestrando em Sociologia/IFCH-UNICAMP)

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Financiadora da pesquisa: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Local: Assentamento (1) Bairro rural (2)

1 – **Nome:** _____

2 – **Sexo:** feminino (1) masculino (2)

3 – **Idade:** _____

4 – **Local de nascimento** _____

4.1 – **Você já morou noutros lugares antes de morar aqui? Se sim, quais?**

5 – **Escolaridade**

5.1 – **Quantos anos você estudou para chegar a esse grau de escolaridade?**

6 – **Local de moradia**

Campo (1)	Cidade (2)	Campo e cidade (3)
-----------	------------	--------------------

7 – **Local de trabalho**

Campo (1)	Cidade (2)	Campo e cidade (3)
-----------	------------	--------------------

8 – **Quais são as atividades que você desenvolve e que geram renda para você?**

9 – **Qual atividade que gera maior renda?**

10 – **Quanto, aproximadamente, você tem de renda por mês?**

11 – **Qual o principal destino de sua renda?**

Consumo individual (1)	Consumo familiar (2)	Consumo individual e familiar (3)
------------------------	----------------------	-----------------------------------

12 – Uso da renda

Alimentação (1)	Eletrodomésticos e vestuário (2)	Investimento na lavoura (3)
--------------------	-------------------------------------	--------------------------------

13 – você tem acesso ao Pronaf Jovem?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

14 – destino dos recursos do Pronaf Jovem

Agricultura (1)	Pecuária (2)	Beneficiamento da produção (3)	Atividades não-agrícolas (4)
-----------------	--------------	--------------------------------	------------------------------

15 – seus pais têm acesso aos recursos do Pronaf?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

16 – você fez ou faz curso de capacitação rural?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

17 – você desenvolveu ou desenvolve a atividade aprendida no curso?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

18 – você mudaria de município ou estado para ter seu próprio lote ou propriedade?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

19 – você tem carteira de produtor rural?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

20 – seus pais conversam com você e seus irmãos sobre a sucessão na propriedade?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

21 – já há um sucessor ou sucessora da propriedade definido na sua família?

Sim (1)	Não (2)
---------	---------

22 – você é vinculado a

Cooperativa (1)	Associação (2)	Sindicato (3)	Partido político (4)	Grupo de jovens (5)	Todos estes (6)	Nenhum destes (7)
--------------------	-------------------	------------------	-------------------------	------------------------	--------------------	----------------------

23 – você acompanha o noticiário sobre agricultura

Regularmente (1)	De vez em quando (2)	Não acompanha (3)
------------------	----------------------	-------------------

24 – como você avalia o Pronaf Jovem?

Péssimo (1)	Ruim (2)	Regular (3)	Bom (4)	Ótimo (5)	Não sabe (6)
-------------	----------	-------------	---------	-----------	--------------

25 – para o futuro você deseja

Permanecer no campo como agricultor (1)	Abandonar a agricultura e ir para a cidade (2)	Trabalhar na agricultura e na cidade ao mesmo tempo (3)
---	--	---

ANEXO 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS JOVENS

PESQUISA: À PROCURA DE 'VIVER BEM': JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

Responsável: José Carlos Alves Pereira (mestrando em Sociologia /IFCH-UNICAMP)

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Financiadora da pesquisa: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Local: Assentamento (1) Bairro rural (2)

1 – **Nome:** _____

2 – **Sexo:** feminino (1) masculino (2)

3 – **Idade:** _____

4 – Local de nascimento _____

4.1 – Você já morou noutros lugares antes de morar aqui?

5 – Escolaridade

5.1 – Quantos anos você estudou para chegar a esse grau de escolaridade?

6 – Você trabalha na agricultura? Se sim, como se sente trabalhando nessa atividade?

7 – Como é o seu trabalho na propriedade? O que você costuma fazer?

8 – Como você vê a agricultura familiar hoje no Brasil?

9 – Como você vê a questão do agronegócio?

10 – Fale sobre seus projetos individuais? Você deseja formar uma família? Permanecer no campo? Sair do campo?

11 – Como é o seu trabalho na propriedade de seus pais? O que você costuma fazer?

12 – Como você vê a participação das mulheres nas atividades desenvolvidas na propriedade de sua família?

12.1 – Como você vê a realização de atividades domésticas sendo desenvolvidas por homens?

13 – Sua família lhe apóia quando você deseja introduzir uma atividade nova na propriedade?

14 – seus pais costumam conversar com você e seus irmãos sobre a sucessão na propriedade? Se sim, como são as conversas?

- 15 – Se você for escolhido como sucessor da propriedade de sua família, o que pretende fazer?
- 16 – Como você vê as políticas governamentais voltadas para a agricultura familiar?
- 17 – O que você acha que deveria ser feito para melhorar as políticas governamentais e mais jovens ter acesso a elas?
- 18 – como você avalia a questão agrária, distribuição de terras no Brasil?
- 19 – Como você acha que deveria ser feita a Reforma Agrária?
- 20 – O que você acha que deveria ser prioridade num projeto de reforma agrária?
- 21 – Como você vê a questão do plantio da cana de açúcar para fornecimento às usinas e mamona para biocombustível nos assentamentos de reforma agrária?
- 22 – Como você avalia a atuação dos movimentos sociais rurais como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores – MAP, Sindicatos Rurais?
- 24 – Como você vê a educação na escola rural?
- 25 – De que forma você acha que a educação pode ajudar na realização de seus projetos futuros?
- 26 – Como você vê as oportunidades de trabalho e transição para a vida adulta para os jovens da cidade e os jovens do campo?
- 27 – Que futuro você vislumbra na agricultura familiar?
- 28 – Você deseja mudar de profissão? Se sim, para qual profissão mudaria e por que?

ANEXO 3 - QUESTIONÁRIO PARA OS PAIS

PESQUISA: À PROCURA DE 'VIVER BEM': JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

Responsável: José Carlos Alves Pereira (mestrando em Sociologia /IFCH-UNICAMP)

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Financiadora da pesquisa: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Local: Assentamento (1) Bairro rural (2)

1 – **Nome:** _____

2 – **Sexo:** feminino (1) masculino (2)

3 – **Idade:** _____

4 – **Local de nascimento** _____

4.1 – **Já morou noutros lugares antes de vir morar aqui? Se sim, quais?**

5 – **Escolaridade**

5.1 – **Quantos anos você estudou para chegar a esse grau de escolaridade?**

6 – **Local de moradia**

Campo (1)	Cidade (2)	Campo e cidade (3)
-----------	------------	--------------------

7 – **Local de trabalho**

Campo (1)	Cidade (2)	Campo e cidade (3)
--------------	---------------	-----------------------

8 – Quais as atividades que o senhor (a senhora) desenvolve e que geram renda?

8.1 – Entre as fontes de renda da família, há aposentadoria de algum membro, bolsa escola?

8.2 – O que o senhor (a senhora) acha da aposentadoria e do bolsa família?

8.3 – Mesmo com essa fonte de renda adicional o senhor (a senhora) ainda desenvolve algum tipo de trabalho mal remunerado ou que lhe causa mal à saúde (trabalho degradante)?

9 – Como o senhor (a senhora) as políticas governamentais voltadas para a agricultura familiar?

10 – Como o senhor (a senhora) acha que deveria ser feita a reforma agrária?

11 – O que o senhor (a senhora) acha que deveria ser prioridade num projeto de reforma agrária?

12 – O senhor (a senhora) costuma conversar com seus filhos sobre sucessão na propriedade? Como ocorrem as conversas?

13 – Há preferência por homem ou mulher na sucessão?

14 – Como o senhor (a senhora) avalia as idéias sobre novas atividades a serem desenvolvidas na propriedade apresentadas pelos filhos?

15 – Se o senhor (a senhora) não acha essas idéias interessantes, o senhor (a senhora) as descarta ou ainda assim abre espaço para que o filho desenvolva a atividade?

16 – Como o senhor (a senhora) vê o comportamento dos jovens de hoje e os jovens do seu tempo?

17 – O senhor (a senhora) gostaria que seus filhos permanecessem no campo como agricultores ou gostaria que eles fossem para a cidade tentar novas formas de vida?

ANEXO 4 - QUESTIONÁRIO PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA – REGIONAL ARARAQUARA

PESQUISA: À PROCURA DE 'VIVER BEM': JOVENS RURAIS ENTRE CAMPO E CIDADE

Responsável: José Carlos Alves Pereira (mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp – PPGS/IFCH-UNICAMP)

Orientador da pesquisa: Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço

Financiadora da pesquisa: FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

Local: Assentamento (1) Bairro rural (2)

1 – **Nome:** _____

2 – **Sexo:** feminino (1) masculino (2)

3 – **Idade:** _____

4 – **Local de nascimento** _____

5 – **Escolaridade**

5ª a 8ª (1)	2º incompleto (2)	2º completo (3)	Curso técnico (4)	Curso superior (5)
----------------	----------------------	--------------------	----------------------	--------------------

6 – Como você avalia o desempenho da agricultura empresarial e da agricultura familiar no Brasil?

7 – Você acha que a agricultura familiar já está consolidada no Brasil? Se sim, por que? Se não, o que falta para que ela seja consolidada?

8 – Como você avalia a capacidade de produção dos agricultores familiares da região de Araraquara?

9 – A Secretaria da agricultura dispõe de infraestrutura mecânica e humana para atender as demandas apresentadas pelos agricultores familiares da região?

10 – que tipo de serviço é mais solicitado e quais, de fato, são realizados?

11 – quais dificuldades a Secretaria enfrenta para atender as demandas dos agricultores familiares da região?

12 – Como você vê os jovens rurais e suas dificuldades de se fixarem na terra?